



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Ciências Aplicadas



TAÍS ALVES TEIXEIRA

**DOMÉSTICAS DA ESCRITA:
ENTRE AS FABULAÇÕES DE “UM TETO TODO SEU”
E “QUARTO DE DESPEJO”**

LIMEIRA
2024



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Ciências Aplicadas



TAÍS ALVES TEIXEIRA

**DOMÉSTICAS DA ESCRITA:
ENTRE AS FABULAÇÕES DE “UM TETO TODO SEU”
E “QUARTO DE DESPEJO”**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Mestra em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Henrique Bernardes

Coorientador: Prof. Dr. Eduardo José Marandola Júnior

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA TAÍS ALVES TEIXEIRA E ORIENTADA PELO PROF. DR. ANTONIO HENRIQUE BERNARDES.

LIMEIRA
2024

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Biblioteca da Faculdade de Ciências Aplicadas
Ana Luiza Clemente de Abreu Valério - CRB 8/10669

T235d Teixeira, Taís Alves, 1988-
Domésticas da escrita : entre as fabulações de "Um teto todo seu" e "Quarto de despejo" / Taís Alves Teixeira. – Limeira, SP : [s.n.], 2024.

Orientador: Antonio Henrique Bernardes.
Coorientador: Eduardo José Marandola Júnior.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP),
Faculdade de Ciências Aplicadas.

1. Woolf, Virginia, 1882-1941. 2. Jesus, Carolina Maria de, 1914-1977. 3. Literatura feminista. 4. Espaço doméstico. I. Bernardes, Antonio Henrique, 1981-. II. Marandola Júnior, Eduardo José, 1980-. III. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Faculdade de Ciências Aplicadas. IV. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Domesticity of whiteness : between fabulations of "A room of one's own" and "Child of the dark"

Palavras-chave em inglês:

Woolf, Virginia, 1882-1941

Jesus, Carolina Maria de, 1914-1977

Feminist literature

Domestic space

Área de concentração: Modernidade e Políticas Públicas

Titulação: Mestre em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Banca examinadora:

Antonio Henrique Bernardes [Orientador]

Georgia Cristina Amitrano

Fernanda Cristina de Paula

Maíra Kahl Ferraz

Jamille da Silva Lima

Data de defesa: 21-08-2024

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-7851-9991>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/6283773316782450>

Folha de Aprovação

Autor(a): Taís Alves Teixeira

Título: Domésticas da escrita: entre as fabulações de “Um teto todo seu” e “Quarto de despejo”

Natureza: Dissertação

Área de Concentração: Modernidade e Políticas Públicas

Instituição: Faculdade de Ciências Aplicadas – FCA/Unicamp, Rua Pedro Zaccaria, 1300 Limeira-SP,

Data da Defesa: 21 de agosto de 2024

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Antonio Henrique Bernardes (orientador)
Faculdade de Ciências Aplicadas - FCA/Unicamp

Profa. Dra. Maíra Kahl Ferraz (membra interno)
Faculdade de Ciências Aplicadas - FCA/Unicamp

Profa. Dra. Fernanda Cristina de Paula (membra externa)
Universidade do Vale do Rio Doce (UNIVALE)

Profa. Dra. Georgia Cristina Amitrano (membra externa)
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

A Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria do Programa da Unidade.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001: 88887.671972/2022-00.

Agradeço também ao Prof. Dr. Antonio Henrique Bernardes e ao Prof. Dr. Eduardo J. Marandola Jr. que me orientaram de maneira generosa, aberta e atenciosa, estimulando a reflexão e o desenvolvimento da pesquisa. Aos meus professores do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) do curso de Licenciatura em Geografia, em especial ao professor Carlos Francisco Gerencsez Geraldino pelo incentivo para seguir na pesquisa acadêmica. Aos docentes do programa Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, que estimularam a instabilidade das minhas certezas disciplinares. Aos colegas do Laboratório de Geografia dos Riscos e Resiliência (LAGERR), em especial a Tiago Rodrigues Moreira, Fernanda de Faria Viana Nogueira, Mayara Sebinelli Martins, Nicolas Vieira da Costa, Larissa Uceli e Beatriz Santos de Souza pelas trocas nos encontros do grupo e nos eventos. Aos meus amigos Diego Alves Marques, que me estimula cotidianamente a permanecer estudando e escrevendo, apresentando autoras que em muito contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa, espantando com isso a voz do anjo do lar; ao Rafael Ramos com suas indicações literárias e lembrete de que, quando acaba é que começa; ao Felipe Nartis pela leitura e revisão atenta; ao Sasha Cruz pela escuta e motivação; à Bárbara Kanashiro pelos desenhos digitalizados e Denise Ortiz pelas conversas e incentivo para continuar. Por fim, gostaria de agradecer à minha companheira Denise Pereira Rachel, por toda sua generosidade, escuta, entusiasmo, leitura, revisão, indicações bibliográficas, atenção, acolhimento e incentivo constante para permanecer pesquisando e falando em línguas estranhas.

RESUMO

A partir da fabulação de um encontro imaginado, esta pesquisa propõe o diálogo entre duas autoras, Carolina Maria de Jesus e Virginia Woolf, que produzem importantes reflexões em torno da concepção de lugar/lar. De modo que, as obras literárias de ambas respectivamente, “Quarto de despejo: diário de uma favelada” e “Um teto todo seu”, nos aproximam de problemas que ainda permeiam a sociedade contemporaneamente, como: desigualdade de gênero, desigualdade social, misoginia, racismo e a ausência de um lugar para quem se dedica à escrita, sobretudo as escritoras. Assim como, essas obras nos ajudam a pensar sobre a não separação entre arte e ciência. Dessa forma, esta dissertação é resultado da inquietação que possibilitou o movimento em direção à crítica à conformação e permanência da lógica Moderna na produção do conhecimento, de modo fragmentário e disciplinar. Junto ao questionamento em torno da hegemonia da visão, com o olhar ciclópico que tudo vê, em detrimento da percepção realizada pelos outros sentidos corpóreos. Com isso, buscamos partir da ideia de situação para entender como cada um/a se posiciona no espaço tempo vivido. Ao propor uma espacialização do ensaio “Um teto todo seu”, o que se verificou foi a emergência das reivindicações de Virginia Woolf pelo direito à educação, à intimidade e a um espaço para a criação artística e intelectual das mulheres, ou seja, este teto presente desde o título da obra se refere a um lugar para as mulheres na sociedade. Já em “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, Carolina Maria de Jesus nos convida para um mergulho em seus relatos cotidianos com descrições angustiantes de sua vida na favela do Canindé, onde a fome, a violência, o abandono do poder público e o suicídio encontravam morada; ao passo que o lugar reivindicado por Carolina Maria de Jesus é a escrita – é na escrita para salvar o dia que ela encontra refúgio. Portanto, foi por meio do exercício de fabulação do encontro entre Carolina Maria de Jesus e Virginia Woolf que se tornou possível constatar que as duas autoras partilham a condição de domésticas da escrita, a partir de uma compreensão de doméstica não domesticada. Isto é, ambas escreveram no ambiente doméstico apesar de e desafiando as imposições patriarcais, coloniais e capitalistas. Nesse sentido, este trabalho almeja abordar os escritos dessas autoras por meio de perspectivas interdisciplinares, decoloniais e interseccionais, ao utilizar os conceitos de geograficidade e fabulação como guias para a leitura das obras de Carolina Maria de Jesus e de Virginia Woolf.

Palavras-chave: Virginia Woolf, Carolina Maria de Jesus, Literatura Feminista, Casa.

ABSTRACT

Based on the fabulation of an imagined encounter, this research proposes a dialogue between two authors, Carolina Maria de Jesus and Virginia Woolf, who produce important reflections around the concept of place/home. So, the literary works of both respectively, “Quarto de despejo: diário de uma favelada” and “A room of one’s own”, bring us closer to problems that still permeate society today, such as: gender and social inequality, misogyny, racism and the absence of a place for those who dedicate themselves to writing, especially female writers. Likewise, these works help us to think about the non-separation between art and science. Thus, this dissertation is the result of the concern that enabled the movement towards criticizing the Modern logic of permanence and conformation in knowledge production, in a fragmentary and disciplinary way. Along with the questioning surrounding the hegemony of vision, with the cyclopean gaze that sees everything, to the detriment of the perception carried out by other bodily senses. With this, we seek to start from the idea of situation to understand how each person positions themselves in the space and time they experience. When proposing a spatialization of the essay “A room of one’s own”, was verified the emergence of Virginia Woolf’s demands for the right to education, intimacy and a space for women’s artistic and intellectual creation, that is, this room present right from the title of the work refers to a place for women in society. In “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, Carolina Maria de Jesus invites us to delve into her daily stories with distressful descriptions of her life in the Canindé favela, where hunger, violence, abandonment of public power and suicide found a home; while the place claimed by Carolina Maria de Jesus is writing – it is in writing to save the day that she finds refuge. Therefore, it was through the exercise of fabulation of the meeting between Carolina Maria de Jesus and Virginia Woolf that it became possible to verify that the two authors share the status of domestic writers, from an understanding of undomesticated domesticity. That is, both wrote in the domestic environment despite and defying patriarchal, colonial and capitalist impositions. In this sense, this work aims to approach the writings of these authors through interdisciplinary, decolonial and intersectional perspectives, by using the concepts of geographicity and fabulation as guides for reading the works of Carolina Maria de Jesus and Virginia Woolf.

Keywords: Virginia Woolf, Carolina Maria de Jesus, Feminist Literature, House.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. FABULAÇÕES: A CASA EM PLANTA BAIXA E O LUGAR NA LITERATURA	17
1.1 PENSANDO LUGAR A PARTIR DE CONCEPÇÕES DE SITUAÇÃO E EXPERIÊNCIA: QUANDO NA SIMULTANEIDADE DE ESTÓRIAS VIRGÍNIA WOOLF ENCONTRA CAROLINA MARIA DE JESUS.....	21
1.2 FABULAÇÕES	27
2. VIRGINIA WOOLF E A FABULAÇÃO DE UM TETO TODO SEU	60
2.1 FABULAÇÃO FEMINISTA	63
2.2 VIRGINIA WOOLF E O ASSASSINATO DO ANJO DO LAR	68
2.3 VIRGINIA WOOLF: A ERA VITORIANA E A SITUAÇÃO DA MULHER INGLESA	72
3. CAROLINA MARIA DE JESUS E O QUARTO DE DESPEJO	77
3.1 ESPACIALIZANDO A LITERATURA	78
3.2 EXERCÍCIO ORTÓPTICO: CAROLINA MARIA DE JESUS E O DESEJO POR UM LAR	82
3.3 O DIÁRIO DE CAROLINA MARIA DE JESUS	87
3.4 QUARTO DE DESPEJO	91
4. A LITERATURA COMO LUGAR	102
4.1 DOMÉSTICAS DA ESCRITA	102
4.2 A ESCRITA COMO LUGAR POSSÍVEL	105
4.3 EPÍLOGO	110
REFERÊNCIAS	113

INTRODUÇÃO

No primeiro semestre de 2021 as aulas na pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas, *campus* de Limeira, aconteciam de maneira remota. Estava em vigor o decreto de quarentena estadual nº 64.881/2020, que estabelecia medidas de combate à COVID-19, o distanciamento social era uma dessas medidas. Longe dos professores, de uma sala de aula comum e dos colegas de curso, assistia às aulas no período da tarde dentro do meu quarto, por meio de um aplicativo de vídeo conferência. Dentre as disciplinas em que estava matriculada, havia a “Ciências Humanas e Sociais como Conhecimento Interdisciplinar” (CH001), na qual estudamos a composição das Ciências Humanas, compreendendo como este campo do conhecimento se constituiu ao longo da Modernidade por meio de um conjunto de saberes fragmentados.

Uma das referências de estudo nessa disciplina foi a leitura da obra “As palavras e as coisas”, do filósofo, historiador e filólogo francês Michel Foucault (2016). Ao realizar uma arqueologia das Ciências Humanas, o autor refutou a visão linear e progressista da História, demonstrando como a Ciência foi constituída anteriormente ao Classicismo, de maneira interdisciplinar, e que foram as mudanças ocasionadas pela concepção Moderna de representação e a inclusão do ser humano como objeto de análise que modificaram a Ciência, dividindo-a entre Ciências Humanas, Exatas e Biológicas.

Ao final da disciplina tínhamos que entregar um ensaio, tendo como referência os textos discutidos ao longo do semestre e com base no tema da pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas Sociais e Aplicadas. No meu caso, o interesse era compreender o sentido de lar e de lugar com um recorte de gênero, raça e classe. As duas autoras de referência para pensar tal problemática eram Carolina Maria de Jesus e Virginia Woolf. Autoras aparentemente tão distintas e tão distantes.

Enquanto estudava a constituição das Ciências Humanas para escrever o ensaio, comecei a imaginar o encontro das autoras, uma inglesa e outra brasileira. Nesse exercício, foi preciso recorrer a uma fabulação para explicitar os caminhos que passei a percorrer ao longo desta pesquisa, me colocando, desse modo, em situação na busca pela realização de um encontro imaginado, o qual se tornou uma espécie de obsessão. Desde então, tenho experimentado formas de complexificar esse encontro imaginado. As leituras de “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (Jesus, 2007) e de “Um teto todo seu” (Woolf, 2019) potencializaram as imagens que passei a construir cotidianamente em torno desse encontro.

Ao experimentar a fabulação, verifico que a minha obsessão por realizar o encontro das duas autoras se deu pela constatação da não separação entre a Arte e as demais áreas do conhecimento. Mas, como relacionar ciência e fabulação? Se considerarmos a fabulação como uma operação proveniente do campo do imaginário, Gaston Bachelard pode nos ajudar a encontrar a resposta, pois, para ele, “A imaginação não é, como sugere a etimologia, a faculdade de formar imagens da realidade; ela é a faculdade de formar imagens que ultrapassam a realidade, que cantam a realidade” (Bachelard, 2001, p. 98). Esse encontro imaginado que passou a ocupar meus pensamentos, ultrapassando a realidade, em tese não poderia acontecer, afinal, ambas as autoras já não fazem mais parte deste mundo, a não ser por suas obras. No entanto, o encontro estava acontecendo como fruto de um devaneio cotidiano, e por meio dele veio a ser escrito.

Para entender como isso se relaciona à ideia de não separação entre imaginação e ciência, é preciso retomar as contribuições de Gaston Bachelard, pois ele desenvolveu uma profunda crítica à prática da ciência pela sua valorização da ocularidade em detrimento dos demais sentidos. Dessa forma, o filósofo propôs uma explicação para diferentes tipos de imaginação: a imaginação formal está fundamentada na visão, já a material está voltada para a sensibilidade tátil. A imaginação material é movida pela possibilidade de transformação e age sobre a matéria manipulando-a, permitindo, com isso, a relação entre ciência e arte.

Um exemplo contundente dessa relação gerada pela imaginação material é a obra “Frankenstein”, de 1818, escrita por Mary Shelley. A autora (Shelley, 2013), ao criar as personagens de um cientista e de uma criatura que é fruto de suas experimentações, provoca a reflexão acerca da ética no fazer científico. Além disso, de como o resultado dos experimentos pode revelar-se um “verdadeiro Frankenstein”, algo que funciona parcialmente, imperfeito, que precisa de reparos constantes, que pode consistir em uma instrumentalização e objetificação de um ser vivo. Tais conclusões só foram possíveis por conta da imaginação material, fruto do devaneio, a qual contribuiu para pensarmos sob novas perspectivas. A obra de Mary Shelley tem sido usada com frequência para pensarmos os limites dos experimentos científicos, basta observarmos a profusão de artigos científicos e ementas das disciplinas de metodologia de pesquisa que utilizam “Frankenstein” como mote de discussão.

O ímpeto de fabular o encontro entre Carolina Maria de Jesus e Virginia Woolf revelava o desejo de relacionar a ciência com a arte literária, o que leva à prática interdisciplinar. Esta prática, por sua vez, abala as certezas disciplinares que, ao longo dos últimos séculos, têm apostado na fragmentação como um modo válido de fazer ciência. Tal movimento de fragmentação do conhecimento, como já foi mencionado, ocorreu no período Classicista, no

qual a razão trazia a necessidade de impor metodologias de análise para classificar e ordenar seus objetos do conhecimento. Foucault (2016) demonstra que a organização dessa lógica dentro do movimento Classicista levou a uma profunda transformação na maneira de pensar.

Contudo, a Modernidade e o Classicismo configuraram-se enquanto parte do projeto de poder da razão Ocidental. Nesse contexto, é oportuno pensar como essa forma de fragmentação carrega consigo uma distinção entre conhecimento e saber. Assim, compreendemos que o conhecimento é fruto de constantes mudanças e disputas que vêm acompanhadas de diferentes perspectivas. Portanto, partir da fabulação é uma maneira não usual de tratar um problema em Ciências Humanas.

Mas há muitas linhas que se abrem a partir dessas possibilidades. A bióloga, filósofa e feminista estadunidense Donna Haraway (1995), por exemplo, propõe um fazer científico distante da produção de conhecimento baseada em um olhar ciclópico que tudo vê. Afinal, todo conhecimento parte de algum ponto de vista situado, parcial e localizado. Nessa perspectiva, a hegemonia da visão no fazer científico novamente é questionada, como Bachelard havia feito ao argumentar o quanto a visão era um sentido supervalorizado em detrimento dos outros.

Com a perspectiva dos saberes localizados de Haraway, a ideia de situar as autoras ganhou atenção nesta pesquisa, pois seria uma maneira de espacializar a literatura considerando a posicionalidade e a situacionalidade de cada uma delas, mas trazendo à baila os pontos em comum e diferenças existentes. De modo que, o exercício da fabulação seria uma espécie de confrontação do vício ocular na ciência, criticado tanto por Gaston Bachelard, quanto por Donna Haraway.

O espaço aparece neste contexto em sua potencialidade interdisciplinar, pois este não é de interesse restrito apenas da Geografia, manifestando-se na Literatura e em outras áreas do conhecimento. A partir da leitura de Marandola Jr. e Livia Oliveira (2009) emergiu a possibilidade de pensar práticas que remontam a um fazer científico, em que não há separação entre criatividade-razão-emoção-imaginação. Os autores partem da proposição de Eric Dardel, geógrafo que defende a ideia de uma geograficidade, que seria a não separação entre o ser humano e o meio, o que possibilitaria a inserção de sentimentos e sensações humanas na construção do conhecimento.

Por meio da geograficidade da literatura é que se faz possível uma prática interdisciplinar. A geograficidade, portanto, se constitui como uma maneira de fazer ciência considerando outros sentidos, o que pode ser um caminho para a inserção da fabulação no fazer científico. Se pensarmos a partir de Dardel (2011), é possível afirmar que a escrita não está desvinculada da terra pois, quando escrevemos, estamos posicionados em um dado lugar

sofrendo suas interferências. Por isso, a relação entre lugar e escrita precisa ser entendida como parte fundamental na construção de uma fabulação. Desse modo, a justificativa para o uso da fabulação encontra estofamento teórico ao relacionarmos as/os autoras/es aqui citadas/os, pois o que buscamos é uma maneira de fazer ciência sem cair nas armadilhas do olhar que tudo vê e da imaginação formal.

Imaginar cotidianamente o encontro entre Carolina Maria de Jesus e Virginia Woolf, possibilitou uma abertura para pensar problemas contemporâneos, como a ausência de um lugar/lar, o acesso à educação, saneamento básico e o aumento de pessoas em situação de alta vulnerabilidade social como permanência de um passado não muito distante, descrito pelas autoras. O contexto político marcado pela gestão presidencial de um governo de extrema direita (2019-2022) e a pandemia de COVID-19, potencializaram o aumento desses problemas no contexto brasileiro.

Portanto, a leitura das duas obras que servem de base para a fabulação neste trabalho, se deu em um período em que a discussão referente à casa como lugar de segurança contra um vírus, até então desconhecido e letal, permeava a esfera pública¹. Ao passo que, a internet ganhou um significativo protagonismo no período pandêmico – fechadas/os em casa, mas com as janelas *online* abertas –, havia uma crescente variedade de atividades virtuais acontecendo: cursos, aulas de dança, cultos, *lives* de cantoras/es, peças de teatro e clubes de livros. Em razão da necessidade de reclusão (algo possível apenas para uma parcela da população), esses clubes virtuais e cursos em plataformas digitais sobre obras literárias passaram a fazer parte do horizonte dos/as leitores/as.

A desigualdade social impede, por exemplo, que grande parte da população brasileira adquira livros e, como consequência, temos um baixo desenvolvimento de escrita e leitura dos/as estudantes, o que reflete em um baixo desempenho educacional. Entretanto, durante o período pandêmico, vimos o número de clubes do livro aumentar por meio de encontros *online* realizados por bibliotecas públicas como, por exemplo, a Biblioteca Municipal Raul Bopp, localizada no bairro da Aclimação na cidade de São Paulo; além de livrarias e editoras que organizaram clubes de leitura pagos. Assim, foram surgindo formas de as pessoas permanecerem em casa e ainda poderem encontrar outros leitores para discutir um determinado título. Mesmo assim, este movimento de encontros *online*, gratuitos ou pagos, estava restrito a

¹ Ao longo do processo de pesquisa tive a oportunidade de integrar o MobEx – Mobilidades Contemporâneas: Transformações na Experiência de Casa e Rua a partir da Pandemia – um projeto que faz parte do LAGER – Laboratório de Geografia dos Riscos e Resiliência – coordenado pelo Prof. Dr. Eduardo Marandola Jr. (FCA – UNICAMP). As discussões realizadas pelo MobEx contribuíram de modo significativo na elaboração deste trabalho.

um dado grupo social que tinha acesso à Internet, haja vista que o período pandêmico foi de extrema insegurança social no Brasil.

Em meio a esse movimento de clubes de leitura, tive a oportunidade de auxiliar na organização de um curso *online* intitulado: “Questões de gênero em obras de escritoras brasileiras”, transmitido pela Escola Latino-Americana de Altos Estudos da Cultura (ELACult) ministrado pela doutora em Teoria e História Literária pelo Instituto de Estudos da Linguagem (IEL – UNICAMP), Luciana Lima Silva. Isso aconteceu no mesmo período em que procurava articulações bibliográficas para pensar o ensaio solicitado na disciplina CH001. Em um dos encontros do curso “Questões de gênero em obras de escritoras brasileiras”, quando discutíamos a respeito da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, as questões referentes à escrita e à ausência de um lugar, uma das participantes pediu a palavra e constatou: “Uma das poucas autoras que matou seu anjo do lar foi Carolina Maria de Jesus”. Essa afirmação foi mais uma pista para perceber que o encontro das duas autoras era possível.

Assim, retomei a leitura de “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (Jesus, 2007) e, ao adentrar o barraco de número 9 na favela do Canindé, por meio da leitura de Carolina Maria de Jesus, questões como ausência do direito à cidade, racismo estrutural, abandono escolar, fome, violência, negligência do Estado, marcas da colonialidade/modernidade desfilaram na minha imaginação espacial... A casa como o lugar do aconchego e segurança, que a todo momento era ressaltado nas mídias televisivas durante a pandemia, contrapunha-se à realidade das/os muitas/os brasileiras/os sem acesso a água e saneamento básico nas favelas de hoje em dia, itens essenciais para o asseio e o controle da disseminação do vírus da COVID-19.

Em uma observação inicial, tornava-se evidente que o que Carolina Maria de Jesus escreveu na primeira metade do século XX sobre a favela na metrópole paulista, ainda hoje se perpetua com a violência, fome, frio e a ausência de oportunidade de emprego. Dessa forma, podemos perceber as continuidades existentes no espaço-tempo ao reiterar que o espaço não é um mero palco ou cenário e que, sendo o espaço doméstico múltiplo e dinâmico, obras como “Um teto todo seu” e “Quarto de despejo”, podem nos ajudar a observar a situacionalidade de cada autora.

No caso da outra obra escolhida para pensar a escrita do ensaio para a disciplina CH001, “A Room of One's Own” (Wolf, 1929), cujo título foi traduzido para o português de duas formas: “Um teto todo seu” e “Um quarto todo seu”, demonstra na inconstância da tradução para a língua portuguesa uma abertura para pensar um cômodo, uma sala ou uma porção de espaço em um ambiente fechado, enquanto lugares em potencial para a escrita e a produção de conhecimento. Por este viés, Virginia Woolf problematiza a hegemonia dos homens nos

espaços de poder e de desenvolvimento do conhecimento. A obra de Woolf, ainda hoje, anima reflexões em torno da desigualdade de gênero no contexto da produção artística e científica.

No caso de “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (Jesus, 2007), percebemos a ferida aberta e exposta do racismo na sociedade brasileira. Carolina Maria de Jesus nos mostra a beleza da arquitetura da cidade de São Paulo e, ao mesmo tempo, a miséria de quem vive à margem da cidade. É pela escrita na perspectiva do quarto de despejo que vemos a desigualdade social tão discutida pelas Ciências Humanas, mas quase sempre estudada na perspectiva do alpendre, aquela que se refere a teóricos/as distantes da margem e da miséria.

No fim do primeiro semestre de 2021 entreguei aos professores responsáveis pela disciplina CH001, João José de Almeida e Eduardo J. Marandola Jr., o ensaio e acreditei que aquela inquietação sobre a fragmentação das Ciências Humanas havia sido sanada. Mas, algo ainda alimentava o desejo de pensar a não separação entre arte e ciência. No segundo semestre do mesmo ano, ao participar de uma disciplina eletiva ministrada também pelo professor Eduardo J. Marandola Jr., intitulada “Lugar, territorialidade e mobilidades contemporâneas”, oferecida pelo Instituto de Geociências da Unicamp no Programa de Pós-Graduação em Geografia, discutíamos remotamente sobre os muitos sentidos de lugar. Como permanecia inquieta com as leituras interdisciplinares desde o semestre anterior, abri minha janela *online* e perguntei aos colegas: “Será que podemos pensar uma obra literária como lugar?”. A resposta imediata de um colega foi: “Como assim, Taís? Como vamos fazer campo em um livro?”

Essa resposta inicial, dada de supetão, carrega consigo o sentido de preservação da lógica disciplinar criticada por Foucault (2016). Pode ser lida como uma defesa da disciplina sem compreendê-la amplamente e em relação com as demais áreas do conhecimento. Essa resposta também serviu de motivação para continuar investigando a relação entre ciência e arte e o encontro imaginado de Carolina Maria de Jesus e Virginia Woolf. Foi por meio dessas experiências que o exercício de fabular um encontro entre as autoras ganhou força na escrita de diálogos impossíveis, que só poderiam acontecer no plano da imaginação. Por meio de recortes de frases escritas pelas autoras nas obras citadas, elencamos algumas palavras catalizadoras: lar, lugar, casa, barracão, quarto, cômodo e teto para compor esta fabulação. Palavras que podem nos ajudar a perceber os pontos convergentes e divergentes entre as duas autoras, em torno da problemática do espaço doméstico, da casa, lar/lugar e da escrita.

Portanto, partimos da fabulação para nos aproximarmos da geograficidade e da literatura em busca da compreensão do que estamos chamando de domésticas da escrita. Conforme apresentaremos no Capítulo 1, intitulado “Fabulações: A casa em planta baixa e o lugar na literatura” alguns aspectos sobre a casa como refúgio é apresentado e questionado, por

meio da contribuição de autoras e autores que nos ajudam a complexificar essa ideia de casa como fortaleza. Neste capítulo também é feita uma digressão histórica sobre o espaço doméstico, demonstrando suas especificidades e sua não separação de valores patriarcais. O lugar para Virginia Woolf e Carolina Maria de Jesus é descrito como circunstancial, no qual ambas têm a literatura como lugar. Este encontro improvável entre as autoras tem a intenção de aproximá-las para verificar seus pontos convergentes e divergentes, a fim de entender como a casa e a escrita moldam a percepção de lar/lugar a partir das obras escolhidas.

Já no Capítulo 2 “Virginia Woolf e a fabulação de um teto todo seu”, a escritora inglesa, no livro “Um teto todo seu” (Woolf, 2017), a autora problematiza a ausência de direitos sociais das mulheres, na sociedade britânica da passagem do século XIX para o século XX. Esse livro é o resultado de duas palestras para as quais foi convidada a falar a respeito da relação entre mulheres e ficção. Ao aceitar o convite, Virginia Woolf inicia a palestra elencando autoras que já tinham alguma notoriedade na época, mas se desvia da análise das obras das autoras citadas para falar do que seria necessário para conseguir escrever, na condição de mulher, branca, de classe alta e origem europeia, em uma sociedade patriarcal na primeira metade do século XX. Ela realiza uma digressão histórica para demonstrar como a divisão sexual do trabalho e a vida das mulheres no espaço doméstico dificultaram o engajamento destas no campo da literatura.

Segundo a autora, as mulheres que permanecem no âmbito doméstico e se enquadram em um determinado padrão de sociabilidade feminina são denominadas como “anjos do lar”. Tal figura aparecerá em outros ensaios da autora, como em “Profissões para mulheres” (Woolf, 2021). Esse ensaio também é fruto de uma palestra realizada à associação feminista britânica *The Women’s Service League*. No ensaio, o anjo é representado por uma mulher, uma figura fictícia que obsedia Virginia Woolf em sua escrita. A autora finaliza o texto afirmando que havia cometido um assassinato e, por mais difícil que fosse matar uma figura fictícia, era necessário.

Já no Capítulo 3 “Carolina Maria de Jesus e o quarto de despejo”, o intuito será movimentar reflexões em torno das concepções de lugar/lar. Esta obra, publicada em 1960, causou grande impacto na literatura nacional e internacional ao trazer à baila a realidade social de faveladas/os e as condições de vida daquelas/es que eram despejadas/os de cortiços e subúrbios na cidade de São Paulo. Foi por meio desse olhar crítico e sensível à realidade cotidiana, que Carolina Maria de Jesus registrou a vida na favela do Canindé nos anos 1950. As condições de vida das/os despejadas/os são apresentadas pela escritora, de maneira a apontar como a cidade tem se caracterizado por expurgar aquelas/es consideradas/os descartáveis. Pessoas que são aviltadas, desprovidas de direitos, vistas como figuras descartáveis e

desagradáveis, que devem ser afastadas do espaço público, por questões relacionadas a gênero, raça e classe social. Também é nesse capítulo que discutiremos a ideia de doméstica da escrita e de um entendimento de casa fora do âmbito privado (Palladini, 2019). Pois, tais entendimentos constituem-se em modos de perceber como o gesto de permanecer escrevendo, mesmo em meio à precariedade, como fizera Carolina Maria de Jesus, é carregado de uma atitude doméstica não domesticável.

Quando a escritora constrói uma imagem a respeito da cidade de São Paulo tal qual uma casa, onde os cômodos possuem uma espécie de hierarquia, nos faz ver a organização do espaço público e de suas relações de poder. Isso ocorre quando, no dia 15 de maio de 1958, Carolina Maria de Jesus escreveu, “Eu classifico São Paulo assim: O Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (Jesus, 2007, p. 32). Nesse trecho, a autora cria uma metáfora: a sala de visita como o Palácio onde reside o governador, lugar de recepção de figuras importantes, conversas e tomadas de decisões. Assim como a Prefeitura, representada pela sala de jantar, local em que projetos e iniciativas públicas são promulgadas. A cidade compreendida enquanto jardim possibilita pensar em um espaço planejado e cuidado, tal como os projetos de Ebenezer Howard, urbanista inglês que pensava a cidade exatamente como um jardim. Mas, nessa cidade jardim não caberia a favela, ao passo que esta foi destinada ao quintal, que na visão da escritora é onde se joga o lixo. A crítica de Carolina Maria de Jesus nos ajuda a compreender como a desigualdade marca fortemente a experiência de pessoas que estão na condição de despejadas. Dessa forma, o desejo por um lugar/lar se relaciona a uma concepção do lar como lugar de aconchego e pertencimento (Tuan, 2005). Algo que Carolina Maria de Jesus acredita que encontrará na edificação de uma casa de alvenaria.

CAPÍTULO 1 – FABULAÇÕES: A CASA EM PLANTA BAIXA E O LUGAR NA LITERATURA

Que se pudesse encontrar qualquer mulher com essa disposição de ânimo no século XVI era obviamente impossível. Basta pensar nos túmulos elisabetanos, com todas aquelas crianças ajoelhadas de mãos postas; e em suas mortes prematuras; e ver suas casas de cômodos escuros abarrotados, para perceber que nenhuma mulher poderia ter escrito poesia naquela época (Woolf, 2019, p. 57).

Em Virginia Woolf, a casa aparece na dimensão da precariedade da vida, da ausência de privacidade e na imposição à adequação das mulheres inglesas ao espaço doméstico. A citação acima demonstra o caráter insalubre das casas no período elisabetano como um dos aspectos que impediram o acesso à produção literária feita por mulheres, conforme apontado pela autora.

Já em Carolina Maria de Jesus, a casa em “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, aparece como uma ideia. Ao passo que, a palavra “casa” é constantemente substituída: “Cheguei em casa, alias no meu barracão, nervosa e exausta [...] Cheguei no inferno. Abri a porta e pus os meninos para fora” (Jesus, 2007, p. 12-15). Carolina Maria de Jesus parece não reconhecer como uma casa o lugar no qual residia na favela. Por meio desses breves exemplos, podemos inferir que, tanto em Virginia Woolf quanto em Carolina Maria de Jesus, a casa para ambas é profundamente marcada pelo questionamento desta enquanto lugar de refúgio e aconchego.

Sabendo que a casa e o lar não possuem estritamente o mesmo entendimento, sendo a casa relacionada ao espaço arquitetônico e o lar a uma construção circunstancial, podemos observar como a construção da intimidade ocorre em relação a ambos. Ao passo que, tanto a casa quanto o lar são reivindicados como pré-requisitos para a obtenção desse espaço íntimo. Mas, para pensar a intimidade, seja no lar ou na casa, um elemento importante precisa ser levado em consideração: a concepção de espaço doméstico, sobretudo quando há um recorte de gênero.

A arquiteta argentina Zaida Muxí Martínez, na obra “Mujeres, casa y ciudades” (Martínez, 2018), ao realizar um levantamento sobre a contribuição das mulheres à arquitetura, se atenta para as especificidades do espaço doméstico na experiência das mulheres nas sociedades ocidentais. A autora afirma que apesar do espaço doméstico ser equiparado ao espaço privado, ele não é.

Com isso Zaida Muxí Martínez realiza uma pequena digressão histórica, para localizar onde as mulheres podiam transitar no ambiente doméstico na Grécia antiga e na sociedade

romana. A arquitetura das casas gregas tinha como característica a centralidade do pátio. O gineceu era um cômodo específico das mulheres e crianças, o qual era ordenado de modo a deixá-las invisíveis na casa. A sala de estar, ou, como era chamada, o *andrón*, destinava-se aos hóspedes. Por este viés, a autora demonstra que em uma sociedade marcada pela distinção entre quem era cidadão e quem não era, sua arquitetura inevitavelmente seria marcada por esta forma de organização social.

Já na sociedade romana, a casa, ou melhor, o *domus*, se constituía de acordo com a riqueza da família. Homens e mulheres podiam ocupar os mesmos cômodos, contudo, havia uma organização hierárquica e patriarcal. Segundo a autora, a casa só irá se transformar na casa tal qual a conhecemos posteriormente, já no século XIX, assim como a ideia de intimidade seria inventada após a revolução industrial (Martínez, 2018). Se nos recordarmos da organização da sociedade europeia na era pré-industrialização, a casa era tanto um espaço de trabalho como de habitação, e a noção de privacidade inexistia. Na obra “O massacre dos gatos”, do historiador francês Robert Darnton (2014), a invenção da intimidade fica explícita como uma marca da burguesia que, na ânsia por diferenciar-se, assumia costumes e formas de organização domésticas outras.

Ao buscarmos a origem da palavra “casa”, uma das denominações comuns utilizadas para nomear uma moradia na modernidade, encontramos na literatura arquitetônica e urbanística, o artigo “A casa e suas casas” (Seixas; Oliveira; Faria, 2013), escrito pelo antropólogo Paulo Seixas juntamente com os arquitetos Avelino Oliveira e Luís Faria. De acordo com os autores, a gênese da palavra casa está no latim *casa-ae*, que poderíamos traduzir para a língua portuguesa como “cabana”, termo que nomeava as moradias rurais romanas no período da Antiguidade. Ainda neste período, os autores apontam que havia outro termo utilizado para designar uma moradia em contraposição às cabanas rurais, a palavra *domus*, a qual pode ser traduzida como “domicílio” e nomeava a residência dos romanos no contexto urbano. A palavra *domus* também dá origem a outros termos da língua portuguesa, como “domínio” e “doméstico”, dos quais derivam as palavras “dominação” e “domesticação”.

Com a queda do Império Romano e a ascensão do chamado período medieval, localizado entre os séculos V e XV na porção ocidental do que hoje compreendemos como continente europeu, o termo *domus*, que se referia inicialmente à moradia urbana, tornou-se *domus dominius*, ou seja, a casa de Deus, do dono ou do senhor. Desse modo, a ideia de casa passou a ter uma compreensão muito atrelada à arquitetura católica e, ao mesmo tempo, ao domicílio familiar. Tal fato parece demonstrar que a origem da ideia de domicílio pode estar vinculada a uma série de violências produzidas historicamente em certos modos de constituição

de moradia, a partir do pensamento eurocidental. Por este viés etimológico, é possível inferir que já na origem dos termos que designam diferentes entendimentos de moradia, está presente uma lógica de dominação e domesticação que concernem ao conceito de violência patriarcal (hooks, 2019a).

Outro termo utilizado para designar moradia é a palavra “lar” que, por sua vez, também deriva do latim e nomeia uma divindade do período da Antiguidade romana, assim como, está relacionada à origem da palavra “lareira”. A ligação entre essas duas palavras é proveniente do ato de acender o fogo para cultuar o deus Lar, que representava a proteção da família no domicílio romano, designado como *Lar familiaris*. De modo que este termo carrega consigo aspectos simbólicos, como a ideia de acolhimento, segurança, fortaleza e, conseqüentemente, proteção.

Neste mesmo sentido, é possível observar na língua inglesa, de origem anglo-saxônica, a separação existente entre a palavra que nomeia a casa enquanto construção arquitetônica e a palavra que traz a concepção de lar, enquanto construção simbólica, assim: *house* se refere à casa física e *home* se refere ao lar de forma simbólica. Por meio dessa breve incursão etimológica em torno das palavras “casa” e “lar”, podemos perceber, em linhas gerais, o ideário patriarcal que constitui a concepção moderna de moradia no campo da linguística.

Já na perspectiva das Ciências Humanas, a casa como espaço físico possui múltiplas características, relacionadas à classe social, localidade, etnia, gênero, raça e sexualidade de cada pessoa ou grupo de pessoas. O geógrafo Yi Fu Tuan em “Paisagens do Medo”, trabalha com a ideia de casa, relacionando-a com: “uma fortaleza construída para defender seus ocupantes humanos dos elementos; é uma lembrança constante da vulnerabilidade humana” (2005, p.12).

Contudo, a concepção de moradia como lugar de segurança é mutável, os aspectos físicos nem sempre coincidem com a ideia de fortaleza. Neste sentido, podemos citar, por exemplo, as casas autoconstruídas, ocupações urbanas e periféricas, as favelas e cortiços como edificações que instabilizam essa concepção; pois a precariedade das condições físicas destas construções, estabelece uma oposição à ideia de fortaleza e torna a vulnerabilidade humana um fato social, não uma mera lembrança.

Ao estabelecermos um paralelo entre os termos casa, lar e espaço doméstico, é possível perceber pontos de intersecção que concernem a aspectos de opressão vinculados a uma perspectiva patriarcal, cis-heteronormativa, eurocentrada, proveniente de um recorte de classe. Talvez por conta destes aspectos opressores, não encontramos nos escritos de Virginia Woolf uma reivindicação pela casa/lar, pois o que a autora necessita é de uma situação lugar/lar. Ou

seja, de um lugar circunstancial para que a escrita aconteça, como a sala de estar de Jane Austen que, mesmo com todas as interrupções, lhe possibilitava a escrita.

Como se sabe a casa e o ambiente doméstico se constituíam, no contexto de Virginia Woolf, como destino quase exclusivo das mulheres. Por esta perspectiva, a resposta para a ausência de pertencimento a este espaço marcado pela domesticação e a violência patriarcal encontra-se no lugar enquanto circunstância. Este lugar fortuito pode se dar tanto dentro de casa, quanto fora, afinal, a escrita não é dependente desta. São inúmeras/os as/os escritoras/es que escreviam e escrevem fora de casa, ou fazem um estudo minucioso sobre o cotidiano doméstico e encontram brechas em momentos da madrugada, ou no período de ausência das crianças.

Ou seja, se estamos pensando este lugar enquanto circunstância, este por si só instabiliza a noção de casa como fortaleza, pois ela não se dá de maneira constante. É assim que bell hooks pensa a violência patriarcal no ambiente doméstico, enquanto uma realidade que “é baseada na crença de que é aceitável que um indivíduo mais poderoso controle os outros por meio de várias formas de força coercitiva.” (hooks, 2019b, p. 95). Esta violência patriarcal estava presente tanto nos escritos de Virginia Woolf quanto nos de Carolina Maria de Jesus. Assim, quando pensamos a escrita em situação, estes elementos muitas vezes estão presentes, mas a capacidade de escrever dentro ou fora de casa considerando o lugar como circunstancial nos faz entender que casa e lugar não estão necessariamente relacionados.

Por meio dessa linha de pensamento, podemos afirmar que a prática da violência patriarcal consiste em algo que foi naturalizado historicamente na nossa sociedade. Dessa maneira, notamos que por trás da ideia de fortaleza há uma série de dinâmicas perversas de violência nas relações que ocorrem no âmbito doméstico, as quais concernem a uma lógica patriarcal, cis-heteronormativa, eurocidental e capitalista, intimamente vinculada aos aspectos etimológicos da palavra “casa”, mas quando observamos a casa por meio da prática cotidiana da escrita, há lugares circunstanciais nela.

A partir dessa relação é possível estabelecer um paralelo entre Virginia Woolf e Carolina Maria de Jesus, ao considerar que ambas estão em busca de um ambiente propício para poderem escrever e, por extensão, viver em condições melhores do que puderam viver, seja longe da Guerra ou da fome. Nesse sentido, o pensamento de bell hooks traz uma importante contribuição para considerarmos a casa como um espaço em disputa. As palavras de bell hooks são uma demonstração da relevância de se compreender a situação de Virginia Woolf e Carolina Maria de Jesus em seus contextos específicos, relacionando-os às concepções de experiência e situação conforme veremos a seguir. Apesar de bell hooks abordar o contexto

de segregação racial nos Estados Unidos para formular seu pensamento, é possível relacionar aspectos dessa realidade com as experiências de privação e violência presentes nas fabulações de Virginia Woolf e Carolina Maria de Jesus, guardadas as devidas proporções. De acordo com hooks:

Ao longo da história, as pessoas afro-americanas têm mostrado acreditar que a construção de uma casa, ainda que frágil e simples (a cabana de escravizados, o barraco de madeira), tem uma dimensão política radical. Apesar da brutal realidade do *apartheid* racial, da dominação, o lar de uma pessoa era o único lugar onde ela podia enfrentar livremente a questão da humanização, onde ela podia resistir. As mulheres negras resistiram constituindo lares onde todos os negros pudessem se empenhar em ser sujeitos, não objetos; onde pudéssemos encontrar conforto para nossos pensamentos e nosso coração apesar da pobreza, das dificuldades e privações; onde pudéssemos restaurar a dignidade negada a nós do lado de fora, no mundo público (hooks, 2019b, p. 105).

Assim, bell hooks aposta na construção da casa e do lar realizado por mulheres negras, independente da sua materialidade para que pessoas negras possam se constituir como sujeitos e não serem subjugadas como objetos da branquitude. A partir dessas colocações, é possível inferir que tanto o que Carolina Maria de Jesus quanto Virginia Woolf fazem, guardadas as suas devidas situacionalidades, é construir casas e lugares circunstanciais que têm servido de abrigo literário, ou seja, elas fazem da literatura um lugar.

1.1 Pensando lugar a partir de concepções de situação e experiência: Quando na simultaneidade de estórias Virgínia Woolf encontra Carolina Maria de Jesus

Nas reivindicações das autoras, as quais serão apresentadas mais detalhadamente nos próximos capítulos, encontraremos pontos convergentes no desejo por um lugar circunstancial relacionado à escrita. A divergência encontra-se na *situação* de cada uma, explícita pela localização geográfica, poder econômico e racialização. Dessa forma, é preciso observar a realidade de cada autora conforme sua situação, para não cometermos os equívocos do feminismo do norte.

Quando a socióloga brasileira Lélia Gonzalez (2020) relacionou o racismo por omissão ao feminismo latino-americano, estava justamente nos alertando a esta tendência racista de apagamentos epistemológicos. Carolina Maria de Jesus é uma importante autora que nos ajuda a pensar as condições de vida dos seres em situação colonial, que também são nomeados como mulheres negras, na qualidade de intelectuais, domésticas, catadoras e faveladas, ao passo que, é preciso problematizar o vício ocular que nos inebria, fazendo não percebermos os efeitos do

par modernidade/colonialidade (Mignolo, 2017) e a contribuição intelectual dessas mulheres. Por essa perspectiva, o lugar em Carolina Maria de Jesus é circunstancial e fraturado. Portanto, é marcado pelas opressões oriundas da modernidade/colonialidade e se caracteriza por sua circunstancialidade nos escassos momentos a beira do rio, quando lia uma matéria jornalística ou no intervalo do ferver de uma panela quando escrevia.

O conceito de *lócus* fraturado está presente no texto “Rumo ao feminismo descolonial” (Lugones, 2019), partimos dele para entender as múltiplas relações de poder em porções colonizadas. Por isso, o uso do conceito de *lócus* fraturado consiste no esforço de entendimento das condições e possibilidades vividas por Carolina Maria de Jesus. Há uma proximidade entre o pensamento de María Lugones e a crítica da socióloga brasileira Lélia Gonzalez para o feminismo latino-americano, quando afirma o que se perde ao abstrair um fato da maior importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região, para pensar a divisão sexual do trabalho sem articulá-la com uma correspondente divisão em termos raciais, pois o conceito de *lócus* fraturado também se refere a essa abstração. Tal atitude é como cair em uma espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco (Gonzalez, 2020, p. 142). Lélia Gonzalez aponta a ferida do vício racionalista masculinizante universal, nesse momento, para pensar a divisão do trabalho. Isso se relaciona com o que María Lugones denominou de *lócus* fraturado, quando a ausência das especificidades dos seres em situação colonial impossibilita compreender com mais acuidade as suas condições.

Ao relacionar as contribuições de María Lugones e Lélia Gonzalez para pensar os seres em situação colonial, as palavras da intelectual feminista estadunidense bell hooks (2019b) sobre o lar para as mulheres negras emergem como uma resposta para pensar este lugar circunstancial e fraturado. Segundo bell hooks, a dimensão política do lar, mesmo que seja um barraco em uma favela, num país localizado na periferia do capitalismo, carrega consigo aspectos de um espaço de resistência. De acordo com a autora, “Essa tarefa de constituir um lar, de fazer do lar uma comunidade de resistência, tem sido compartilhada por mulheres negras do mundo inteiro, especialmente por mulheres negras que vivem em sociedades de supremacia branca” (hooks, 2019b, p. 107).

Dessa forma, podemos olhar para o barraco na favela do Canindé, e para o quarto de despejo onde Carolina Maria de Jesus vivia, como espaço de precarização, de abandono do poder público, mas também de ação imaginativa que se mostrou fundamental para construir o sentido para a vida e o conhecimento, apesar da miséria material, por meio dessa atitude imaginativa com a qual Carolina Maria de Jesus construiu seu abrigo literário, onde podemos residir por meio da experiência da leitura. Tanto em Virginia Woolf quanto em Carolina Maria

de Jesus, o desejo de ter um lugar é uma reivindicação comum, este desejo aqui estará associado à situação e à experiência. Dito de modo diferente, pensar o lugar como sendo cheio de significados para quem o habita, sobretudo em obras tão distintas, requer pensar como a experiência e a situação configuraram o lugar de cada autora. Portanto, para compreendermos este desejo presente em ambas as autoras por ter um lugar, iremos delinear em um primeiro momento a experiência e relacioná-la com a situação.

Na etimologia da palavra no latim, “experiência” possui relação com outras palavras ligadas ao mesmo sentido, sendo uma delas “experimento”, ao passo que, a/o aventureiro/a que se joga no desconhecido descobre sensações, emoções, pensamentos, concepções e percepções que os acontecimentos experienciados proporcionam, o que conseqüentemente relaciona-se com o aprendizado. A experiência é um elemento importante da vida cotidiana, sendo ela parte constitutiva tanto da construção do conhecimento como da maneira pela qual os seres humanos constroem sua realidade.

No campo da historiografia e da literatura, a experiência do/a leitor/a é um elemento de fundamental importância nesse processo de recepção de uma obra literária. O historiador Júlio Pimentel Pinto na obra, “Sobre Literatura e a História: Como a ficção constrói a experiência” (Pinto, 2024) buscou enfatizar que a relação da experiência com a leitura tanto da ficção quanto da História precisa ser complexificada e entendida como não estática. O historiador parte do poema Autopsicografia de Fernando Pessoa para introduzir a discussão sobre, como a experiência da leitura é singular. A partir dos versos, “O poeta é um fingidor./ Finge tão completamente/ Que chega a fingir que é dor/ A dor que deverás sente./ E os que leem o que escreve,/ Na dor lida sentem bem,/ Não as duas que ele teve,/ Mas só a que eles não têm./ E assim nas calhas da roda/ Gira, a entreter a razão,/ Esse comboio de corda/ Que se chama o coração.”, o historiador propõe que:

- 1) O poema trata de três dores (a sentida, a escrita e a lida) essas dores diferem entre si e realizam um movimento regular em que texto e vida, significação e leitura, cumprem seus papéis; 2) o trabalho de escrita é uma experiência de referência ao real e, simultaneamente, de distanciamento e estranhamento em relação a ele; 3) o trabalho de leitura é a tentativa de reaproximação é sempre mediada e sempre relativa, inclusive porque a leitura jamais é una, jamais é fixa (Pinto, 2024, p. 17).

A partir dessa citação, o que fica evidente é justamente essa relação particular que cada leitor/a possui com a obra. No poema introduzido como exemplo, o que se destaca é essa relação dinâmica de dois personagens, o que escreve e o que lê. O primeiro sente uma dor, mas a dor escrita é fingimento, ao passo que o segundo, ao ler, também a sente, mas esta não é a mesma

dor do poeta, afinal, a dor que ele escreve é fingimento. Então, essa dor que o/a leitor/a sente nada mais é do que a transposição de sua experiência pessoal para a obra literária. Esse processo é como um caminho de volta do representado para o vivido, mesmo que seja vivido por outra pessoa em outro tempo e lugar. Assim, o poema configura-se como um movimento de aproximação e distanciamento entre experiência e escrita. Da vida, passa-se ao texto, do texto volta-se à vida, mas a outra vida. (Pinto, 2024, p.17)

A partir desse entendimento, a leitura de “Um teto todo seu” e “Quarto de despejo”, acontece por meio de uma experiência pessoal, que se dá de maneira não estática. A leitura dessas obras escritas respectivamente no início e no meio do século XX, em tese, expressaria a realidade e o seu contexto vivido e provavelmente não se aproximaria da experiência de quem as lê no século XXI. Mas, o que o historiador nos chama atenção é justamente para essa ação de refletir, de espelhar a realidade calcada na relação com a metáfora da razão explicadora. “Ou seja, o ‘contexto’ é também ele, construído no texto historiográfico, literário, sociológico etc. Não pode, portanto, operar como garantia de verdade por trás do enredo ficcional, nem atuar como balizador da precisão da representação imaginativa.” (Pinto, 2024, p. 25). Nesse sentido, o que pode os contextos construídos de duas obras tão distintas espelhar? Nas palavras do autor, é pelo diálogo do/a leitor/a com a obra que este a incorpora e desenvolve suas representações conforme suas convenções, pois as posições dos/as leitores/as são instáveis. Outro exemplo exposto pelo historiador vem por meio do livro de Ítalo Calvino, chamado “Se um viajante numa noite de inverno”, onde o protagonista, “o leitor”, descobre páginas repetidas em seu livro e, ao retornar à livraria, descobre juntamente com a outra protagonista, “a leitora”, que aquele livro em específico se modifica conforme o exemplar. “Para Calvino, a ação da leitura se torna decisiva; cabe ao leitor o papel de fazer com que a literatura explique sua força crítica e isto pode ocorrer independentemente da intenção do autor” (Pinto, 2024, p.18). É por meio dessa ação decisiva da experiência que a leitura de “Quarto de despejo” e “Um teto todo seu” abre caminho para a construção de diálogos ou como denominamos aqui, fabulações.

No campo da educação, o pedagogo e filósofo espanhol Jorge Larrosa, no artigo “Experiência e alteridade em educação” (Larrosa, 2011), compreende a experiência por meio da expressão “isso que me passa”. Ao esquadrihar essa frase, o autor revela o sentido que cada palavra possui com o objetivo de demonstrar como a experiência guarda componentes implícitos em “isso que me passa”, evidenciando sua complexidade. Nesse exercício, o *isso* possui uma relação direta com “exterioridade, alteridade e alienação [que] têm a ver com o acontecimento, com o que é da experiência”. O *me*, por sua vez, liga-se à “reflexividade, subjetividade e transformação [que] têm a ver com o sujeito da experiência, com o quem da

experiência”. E o *passa* junta-se à noção de “passagem e paixão [que] têm a ver com o movimento mesmo da experiência” (Larrosa, 2011, p. 8). Essa frase, portanto, auxilia no entendimento da complexidade e constituição da experiência, demonstrando a ação dos elementos acontecimento, exterioridade, reflexividade, subjetividade, transformação, passagem, paixão e movimento.

Jorge Larrosa, ao longo do artigo, demonstra como a literatura é um veículo de experiência para o/a leitor/a que se permite relacionar com o texto como um acontecimento, que por sua vez o levará à transformação. De modo que, foi por meio da experiência da leitura do ensaio de Virginia Woolf e do diário de Carolina Maria de Jesus que a necessidade de diálogo entre as duas autoras emergiu. Assim, a experiência da literatura ligada à multiplicidade de mundos vividos faz emergir as diferentes constituições pelo desejo de um lugar/lar. Ao passo que a experiência de uma mulher situada no hemisfério norte com preocupações referentes à desigualdade de gênero e acesso à educação, se diferencia da experiência de uma mulher no hemisfério sul, lutando para sobreviver em um continente profundamente marcado pelas ações da colonialidade/modernidade. Mas podemos, enquanto leitoras/es, aproximá-las exercendo um senso imaginativo.

Já a problemática da situação nos aproxima da experiência de leitura das duas obras com mais acuidade. Em “O segundo sexo”, Simone de Beauvoir (2016a; 2016b) realiza um exercício de descrição das situações vividas pelas mulheres no contexto do século XX em diversas localidades geográficas, e, com isso esquadrinhou e demonstrou a situação da mulher casada, mãe, prostituta, lésbica, jovem e velha com o intuito de demonstrar como o caráter inessencial advém de inúmeras situações cotidianas.

O geógrafo brasileiro Marandola Jr. (2020) parte de Simone de Beauvoir para demonstrar como a situação, ou seja, essa possibilidade de pender para a imanência, possui uma relação direta com o ser mulher. Partindo das formulações da filósofa, o autor nos convida à reflexão sobre a situacionalidade, o feminismo e a produção do conhecimento, demonstrando como a contribuição de Simone de Beauvoir ao apontar para o homem como aquele que não é visto como um ser em situação, pelo fato de ser considerado supra situacional e neutro, abriu caminho para problematizarmos tal certeza e a desdobrarmos em outros questionamentos referentes à carnalidade e à produção do conhecimento situado. Portanto, Virginia Woolf e Carolina Maria de Jesus constituem-se como seres situados, suas experiências de vida refletem sua situação.

No campo literário e na linguística, situação e situacionalidade são temas de debate na busca pela plena compreensão do texto. O linguista brasileiro Luiz Antônio Marcuschi (2009)

afirma que a compreensão de um texto requer a interação entre texto-leitor-autor e a ação de situar o texto. Segundo o autor, para que o processo de significação do texto ocorra é preciso considerar a língua na qual este foi escrito, assim como seu contexto cultural e histórico.

No campo da Geografia Humanista, situação relaciona-se diretamente com as experiências, memórias que configuram uma determinada identidade ao lugar. Basta observar quando Eduardo Marandola Jr. afirma que “é pelo lugar que nos identificamos, ou nos lembramos, constituindo assim a base de nossa experiência com o mundo” (Marandola Jr., 2012, p. 228). O autor, por meio de situações diversas, demonstra que o lugar não possui uma escala definida, muito menos uma temporalidade dada, ele é dinâmico e vivo e se constitui como a mundanidade do cotidiano.

De modo que o lugar, como se observou, possui uma forte relação entre experiência e a situação, algo que pode, no limite, se aproximar da concepção de gênero. Tal relação é possível em razão da situação e da experiência emergirem como fator fundamental para pensar tanto o lugar quanto a negação do aspecto biologizante relacionado ao gênero feminino. Tal negação foi iniciada por Simone de Beauvoir, por influência do pensamento do filósofo Hegel, na emblemática frase “não se nasce mulher, torna-se” (Beauvoir, 2016b), ao evocar a situação e a experiência como elementos primordiais para pensar o que viria a ser o “tornar-se”.

Quando a filósofa feminista estadunidense Judith Butler, no texto “Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista” (2018), salienta que foi pela contribuição de Merleau-Ponty a respeito do corpo sexuado relativo à experiência, o seu distanciamento da relação com a espécie natural e um discurso biológico, que Simone de Beauvoir se aproximou da concepção de corpo como uma ideia histórica, o que lhe deu elementos para pensar que todo gênero é uma situação histórica.

Como salienta a feminista argentina e pesquisadora da educação Ana Maria Bach (2012), a experiência e a situação são essenciais para o feminismo do Sul global, pois estão relacionadas com a produção do conhecimento situado, proposta pelas feministas anglófonas que já haviam demonstrado a possibilidade do seu uso como ferramentas para a pesquisa feminista. Sandra Harding, que é uma das referências nesse sentido, no artigo “A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista” (Harding, 1993), busca evidenciar como há constantes disputas na produção do conhecimento feminista e que isso mostra-se em níveis mais elevados. Pois, é a partir dessas discussões que é possível inserir questões antes soterradas na produção do conhecimento e que frequentemente lutam para não serem empurradas para as margens epistemológicas.

Questões acerca da natureza construída da experiência, acerca de como os sujeitos são, desde o início, constituídos de maneiras diferentes, acerca de como a visão de um sujeito é estruturada – acerca da linguagem (ou discurso) e história – são postas de lado. A evidência da experiência, então, torna-se evidência do fato da diferença, ao invés de uma maneira de explorar como se estabelece a diferença, como ela opera, como e de que forma ela constitui sujeitos que vêm e agem no mundo (Harding, 1993, p. 26).

A não separação entre experiência e situação é o que possibilita nos aproximarmos das diferenças e ver emergir novos problemas e soluções. Situação e experiência são de grande importância para o pensamento feminista. O questionamento feito por Simone de Beauvoir acerca da imanência e da mulher como um ser em situação reverberou e ganhou novas contribuições. Assim, quando María Lugones realizou o movimento de contestação da colonialidade do poder e inseriu o sistema moderno/colonial de gênero nas discussões, colocou o foco nas marcas produzidas pela colonização na experiência das mulheres e, com isso, formulou a conceito de *locus* fraturado. Isto é, o lugar constituído por imposições coloniais e pela permanência de cosmovisões, onde acontece uma profusão de experiências vividas de maneiras singulares e às margens. Então, o que vemos é que o lugar se constitui como um elemento primordial para compreendermos a situação das mulheres por meio de suas experiências.

Por isso, quando relacionamos a experiência do ato da leitura como uma abertura e um convite ao diálogo, as fabulações a seguir nos convidam a pensar as situações e as experiências em um exercício imaginativo com Carolina Maria de Jesus e Virginia Woolf. Ao partir de citações dessas autoras, o que se vislumbrou foi imaginar esse encontro fazendo da experiência da leitura um diálogo aberto e situado tanto para as autoras quanto para quem o escreve.

1.2 Fabulações

As fabulações a seguir consistem na composição de diálogos que foram construídos e inventados no embaralhar de trechos extraídos das referidas obras: “Um teto todo seu” e “Quarto de despejo”. O ato de fabular esse encontro é um exercício que tem como inspiração a proposição de Saidiya Hartman (2021). A historiadora tem como método a contra história, que parte de documentos para fabular a história daquelas/es que foram esquecidas/os pela historiografia oficial. No entanto, neste caso não estamos partindo de documentos históricos e nem tratando de pessoas que foram esquecidas. Fabularemos esse encontro a partir de obras literárias, como um exercício imaginativo de construção de contextos e de imaginação material.

Contudo, há um fantasma que ronda práticas como essa: o anacronismo. Júlio Pimentel Pinto (2024), ao tratar dessa problemática, demonstrou que muitos teóricos como Jacques Rancière (apud Pinto, 2024) acreditam que a própria ideia de anacronismo como um erro em relação ao tempo precisa ser desconstruída. Didi-Huberman, por meio de Bloch (apud Pinto, 2024) acredita que o ofício do/a historiador/a é a desmontagem e remontagem do tempo e, com isso, os anacronismos seriam inevitáveis. Novamente afirmo que não estamos tratando de um texto historiográfico, e sim de um diálogo que se faz por meio de um exercício imaginativo, de modo que podemos incorrer em anacronismos, mas tal exercício também consiste em uma leitura ativa e recriadora de um contexto.

O exercício metodológico que intento realizar aqui parte da proposta de Saidiya Hartman, mas não é uma contra história da escravidão. Afinal, Carolina Maria de Jesus, apesar de ter sido neta de escravizados, não teve sua história completamente obliterada: ela pôde ter contato com seus avós, saber sobre sua história e escrevê-la. Segundo Farias (2018), ela possuía uma relação de proximidade com seu avô materno, o qual era conhecido como “Sócrates africano”, homem que marcou profundamente o seu desenvolvimento intelectual.

De modo que, Carolina Maria de Jesus é conhecida por ter narrado o cotidiano de quem estava à margem, algo muito raro de acontecer no contexto em que viveu, haja vista a falta de acesso à educação da parcela preta e pobre da população brasileira. O que a autora fez foi nos permitir ver a vida sob o ponto de vista de uma mulher negra no Brasil da primeira metade do século XX. Já Virginia Woolf é conhecida por sua produção literária e seu engajamento político contra o espírito hitlerista e a desigualdade de gênero. Por isso, fabular esse encontro é alargar a compreensão de espaço tempo por meio de um exercício imaginativo de uma leitura aberta e móvel.

Nesse sentido, Virginia Woolf desenvolve uma narrativa para demonstrar a importância de *room*, palavra que na língua inglesa é utilizada para designar variados tipos de cômodos. A partir de um lugar circunstancial, a autora busca enfatizar a importância de um espaço para as mulheres escritoras. Por outra via, Carolina Maria de Jesus vai usar o quarto de despejo como elemento para complexificar a história do lugar de pessoas negras e pobres na sociedade, demonstrando de maneira metafórica cômodos como sala de visita e quarto de despejo enquanto elementos constituintes da desigualdade nacional.

Portanto, nas fabulações a seguir a prerrogativa é promover um diálogo entre as autoras com a intenção de complexificar o entendimento de lugar/lar, espaço e o exercício da escrita. Sobretudo quando é considerada a intersecção de gênero, raça e classe. Sabemos que o interesse das duas escritoras não era necessariamente compreender o que é lugar/lar e espaço, mas suas

reflexões têm impulsionado na contemporaneidade o desenvolvimento do pensamento em torno da desigualdade de gênero, domesticidade e do espaço para a escrita. Assim como, têm movido debates a respeito do racismo, fome, educação e acesso à urbanidade.



Ilustração 1 – Bárbara Kanashiro e Taís Teixeira

Em uma manhã fria e cinza, onde a neblina intensa impossibilitava a vista do horizonte e a distinção da localização exata, Carolina Maria de Jesus acorda às cinco horas da manhã para pegar água, como todos os dias. Os pardais já haviam iniciado sua sinfonia matinal e um pensamento toma Carolina: as aves devem ser mais felizes do que nós. Talvez entre elas reine amizade e igualdade. O mundo das aves deve ser melhor do que dos favelados, que deitam e não dormem por que deitam-se sem comer.

Instantes após esse breve pensamento ter lhe ocorrido, ao abrir a porta do seu barracão encontra Virginia Woolf. A autora inglesa parece estar completamente perdida. Carolina, percebendo a desorientação de Virginia, se apresenta para a escritora, fala de sua admiração por sua obra e se oferece para caminhar junto com ela. Um passo após o outro começam a percorrer ruas e vielas. O assunto a princípio era literatura, mas invariavelmente outras pautas emergiam como, a vida na cidade, pobreza, fome e a situação das mulheres. As duas cruzaram ruas que possuíam trilhos, onde possivelmente bondes transitavam no horário comercial. As fábricas com tijolinhos à vista e grandes chaminés amanheciam soltando fumaça que se misturava à névoa que encobria a cidade. Um rio serpenteava e compunha a paisagem urbana. Após uma longa caminhada, a névoa, enfim, esmaece e Virginia estranha a paisagem.

Barracos de madeira, chão de terra e vegetação que se mistura com lixo, água e o mau odor.

– Afinal, onde estamos? Saí de casa para comprar um lápis e me perdi na multidão.

– Virginia, você está na cidade de São Paulo, no Brasil. Mais precisamente na favela do Canindé.

– Como eu vim parar na América do Sul?

– Nós fazemos parte da fabulação de uma mestranda que resolveu nos juntar. E veja só, ela nos chama de domésticas da escrita, viu!

– Que maneira não usual para se referir a duas escritoras.

– Ela tem buscado uma relação entre nós duas para entender casa/lar/espço e pertencimento por meio de nossa literatura.

– Mas isso não é o que os historiadores chamam de anacronismo?

– Virginia, acredito que ela deva ter alguma metodologia ou autor para justificar tal aproximação. Afinal, ciência é coisa séria, não? E se não fosse assim, como nos conheceríamos?

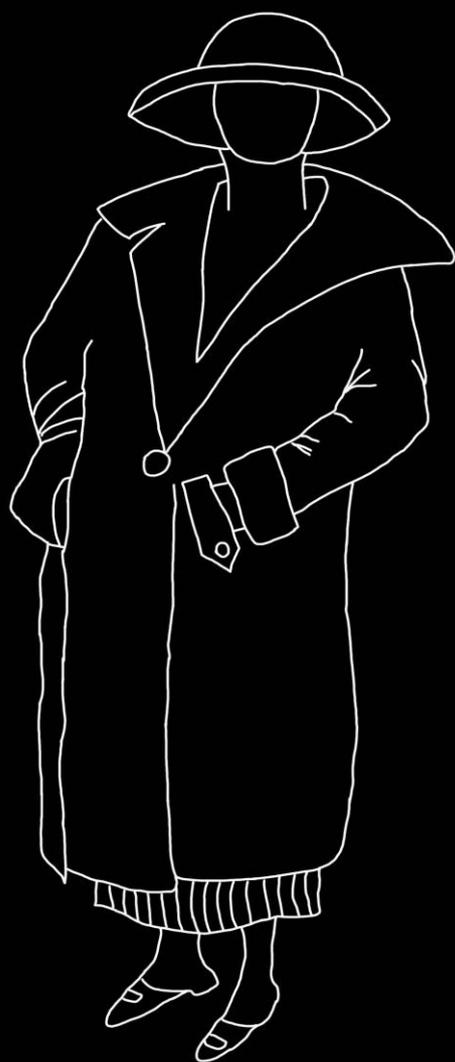


Ilustração 2 – Bárbara Kanashiro e Taís Teixeira

– É, isso é verdade.

– Por isso estamos aqui. Então, me conta como é a vida de uma escritora na Inglaterra, pois por aqui é essa precariedade que você está vendo. Eu escrevo em cadernos que recolho do lixo e luto há muito tempo para conseguir publicar meus livros. Vem comigo, agora que a neblina se dissipou, vou te apresentar o quarto de despejo de São Paulo, mais conhecido como favela.

– Sabe, Carolina, recebi uma boa herança que me possibilitou ter a minha própria editora, a *Hogarth Press*. Assim, juntamente com meu marido Leonard, trabalhamos em nossa casa imprimindo livros de maneira manual.

– Que maravilha deve ser não depender de editoras e ter os seus próprios meios para realizar suas publicações. Eu apenas escrevo em casa, ou melhor, no meu barracão, em cadernos que recolho do lixo e busco editoras que possam publicá-los.

– Realmente é muito bom, mas também é bem cansativo e constantemente fico doente. Por conta disso, boa parte do trabalho na editora fica para o Leonard. Mas, Carolina, estou realmente curiosa para saber o porquê fomos adjetivadas de domésticas da escrita?

– Fiquei um bom tempo pensando sobre isso e acho que cheguei a uma conclusão. Talvez seja porque você, assim como eu, escrevemos em casa de uma maneira não domesticada, ou seja, escrevemos apesar das circunstâncias adversas, guerra, fome, pobreza. E não nos rendemos à lógica do espaço doméstico de docilização, nós o subvertemos. Não foi você quem matou o anjo do lar para poder escrever? Quer coisa mais selvagem do que matar um anjo?

– Realmente eu fiz isso. Por mais estranho que possa parecer, ser a assassina de um ser ficcional me deu um grande alívio.

– Além disso, aqui no Brasil qualquer mulher negra facilmente pode ser enquadrada como doméstica.

– É mesmo? Por quê?

– Isso é reflexo direto da escravidão, pois, os postos de trabalho que nos empregam são majoritariamente aqueles ligados ao cuidado. Eu mesma já tentei trabalhar como empregada doméstica, mas não deu muito certo, me distraía com as palavras e esquecia os afazeres, ou seja, um sinal de que sou insubmissa e não domesticável. No Brasil, essa marca da escravidão ainda se faz presente até mesmo na arquitetura, em muitos prédios há um cômodo reservado apenas para as empregadas domésticas. Acredita? Geralmente, os quartos de empregada são muito pequenos e sem ventilação. Enfim, tem muitas mulheres que passam a vida nessa situação. Mas sabe, o que me conforta é saber da existência de mulheres que lutaram e lutam pelo direito dessas trabalhadoras, como Laudelina de Campos e Benedita da Silva.



Ilustração 3 – Bárbara Kanashiro e Taís Teixeira

– Não tinha conhecimento sobre essas marcas da escravidão sobre as mulheres na América do Sul. Essas duas mulheres que mencionou, quem são?

– Laudelina é uma precursora na luta pelo direito das trabalhadoras domésticas. Ela fundou a associação das empregadas domésticas na cidade de Santos, que fica no litoral aqui perto de São Paulo. Já Benedita da Silva é uma ex-empregada doméstica que se tornou uma importante política aqui no Brasil.

– Fico feliz em saber da participação feminina na política e que o sufrágio universal deu frutos. Agora acho que comecei a entender a relação com essa ideia de domésticas da escrita. No inglês a palavra doméstica não é muito utilizada, mas lá também o espaço doméstico é domínio das mulheres. Por isso, é muito menosprezado e se opõe ao espaço público que é domínio dos homens, os quais têm liberdade para circular pelas ruas da cidade, enquanto muitas mulheres permanecem reclusas em suas casas, presas aos afazeres domésticos, um trabalho sem fim e não remunerado. Então, tenho uma impressão ruim a respeito da palavra doméstica.

– Eu não me importo em ser chamada de doméstica da escrita. Afinal, é o que faço mesmo, escrevo naquele barracão, que por vezes chamo de casa, entre um e outro afazer. É desse jeito que subverto a lógica da dona de casa e mato todos os dias o anjo do lar, fazendo da escrita o meu lar.

– Me diz uma coisa, as pessoas vivem muito tempo na favela? Como elas fazem para descansar?

– O período que se vive em uma favela é estabelecido pela ordem da prefeitura para o próximo despejo. Aqui o pobre não repousa. Não tem o privilégio de gozar descanso. Eu sempre penso, oh! Se eu pudesse mudar daqui para um núcleo mais decente...

– Deve ser um desafio cotidiano viver em um ambiente tão carente.

– Estou residindo na favela. Mas, se Deus me ajudar, hei de me mudar daqui. Meu filho José Carlos quando me vê triste diz, “não fique triste, mamãe! Nossa senhora Aparecida há de ter dó da senhora. Quando eu crescer eu compro uma casa de tijolos para a senhora”. Apesar de tudo, sou muito alegre. Todas as manhãs eu canto. Sou como as aves, que cantam apenas ao amanhecer. A primeira coisa que faço é abrir a janela e contemplar o espaço. Eu penso, já que não posso dar aos meus filhos uma casa decente para residir, procuro dar uma refeição digna.

Carolina e Virginia continuam caminhando e paulatinamente se afastam da favela do Canindé. Agora, estão no centro de São Paulo.



Ilustração 4 – Bárbara Kanashiro e Taís Teixeira

– Veja só, esses prédios em muitos deles os elevadores são maiores que meu barracão. Essa é a biblioteca municipal de São Paulo. Não é linda? Leva o nome de um escritor, Mário de Andrade. Mais adiante chegaremos à Catedral da Sé. Falando nisso, como é o acesso às bibliotecas para as mulheres na Inglaterra? Aqui é difícil, os livros que tenho lido são os que encontro no lixo.

– Não é muito fácil também não. Certa feita ao visitar a biblioteca de uma universidade, devo ter aberto a porta, pois ali apareceu imediatamente, como um anjo guardião do paraíso barrando o caminho, com uma beca preta esvoaçando no lugar das asas brancas, um cavalheiro grisalho, gentil e desaprovador que, acenando a mão para recuar, desculpou-se em voz baixa que as damas só podem entrar na biblioteca se estiverem acompanhadas por um docente da faculdade ou munidas de uma carta de apresentação.

– As bibliotecas em seu país são como casas do tesouro?

– Sim, e guardadas por bedéis. E o mais estarrecedor foi constatar a ausência de obras escritas por mulheres. Assim, pouco sabemos sobre a condição de vida das mulheres na Inglaterra no período do reinado da Rainha Elizabeth, por exemplo. Por isso, que continuo afirmando que as mulheres incomuns precisam escrever mais sobre a vida das mulheres comuns.

– E as comuns também. Ao menos aqui no Brasil são elas que recolhem o lixo, limpam as casas, escritórios e realizam todo tipo de trabalho não prestigiado. As vozes dessas mulheres deveriam ser ouvidas e elas mesmas deveriam escrever suas histórias. Você não acha?

– Eu sempre achei que as mulheres que escrevem eram mulheres incomuns. Não consigo vislumbrar uma mulher comum que dedica sua vida ao trabalho doméstico e aos cuidados com a família encontrando espaço para a escrita.

– Pois esse é o meu caso. Sou uma mulher comum que escreve, uma catadora de papel que luta pra criar três filhos com dignidade... Mudando um pouco de assunto, é verdade que você viveu em meio às duas Grandes Guerras? Como foi essa experiência? Dizem que o Brasil é um país abençoado por não encampar nenhuma guerra, mas eu lido todo dia com a guerra da fome.

– Fiquei bastante tempo sem conseguir dormir, ouvindo o barulho das sirenes e o ruído dos zepelins e depois dos aviões, na Segunda Guerra, que sobrevoavam nossas casas. Vivia em um constante estado de alerta.

– Para mim o mundo em vez de evoluir está retornando à primitividade. Quem não conhece a fome há de dizer: “muito bem, Carolina, os gêneros alimentícios devem estar ao



Ilustração 5 – Bárbara Kanashiro e Taís Teixeira

alcance de todos”. Elogiando minha luta diária por conseguir o básico. Mas não tem ideia de como é horrível ver um filho terminar de comer e perguntar: “tem mais?” Esta frase “tem mais” fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha as panelas e não tem mais. Por isso, acredito que o Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome, pois a fome também é professora.

– Concordo plenamente, Carolina. Não se pode pensar bem, amar bem, dormir bem se não se janta bem. Sobre as Guerras em meu continente, sem dúvida foi um choque, em especial para as mulheres, com suas ilusões sobre educação e assim por diante, ver a fisionomia de nossos dirigentes pelo clarão dos bombardeios. Pareciam tão feios – alemães, ingleses, franceses –, tão brancos.

– Uma vez encontrei um livro que dizia que você estava buscando uma resposta para o efeito da pobreza e da riqueza sobre o espírito. Já achou algo nesse sentido?

– Essas questões têm me acompanhado por muito tempo. Por que os homens tomavam vinho e as mulheres água? Por que um sexo era tão próspero e o outro tão pobre? Que efeito tem a pobreza sobre a literatura? E tudo o que encontro são trabalhos escritos por homens sobre a inferioridade mental, moral e física das mulheres.

– A pobreza no Brasil constitui a vida dos que foram deixados à margem. As margens do rio são os lugares dos lixos e marginais. Gente da favela é considerada marginal por aqui. E quanto ao efeito da pobreza sobre a literatura? Literatura por aqui é luxo. Constantemente sou interpelada pelos meus vizinhos: “nunca vi uma preta gostar tanto de livros como você”.

– As coisas são bem diferentes na Inglaterra. A sociedade me fornece frango, café, cama e alojamento em troca de um certo número de pedaços de papel que uma tia me deixou, só porque tenho o mesmo sobrenome dela. Sabe Carolina, minha tia, Mary Beton, morreu ao cair do cavalo, quando saía para espairecer em Bombaim, uma cidade que fica na Índia, na época em que ainda era colônia britânica. Certa noite, recebi a notícia do que me coube como herança, mais ou menos na mesma época em que foi aprovada a lei que concedia direito ao voto para as mulheres. Descobri que ela me deixara quinhentas libras anuais até o final da vida.

– Dizem que os escritores quase sempre são herdeiros. Por isso, possuem tempo para escrever e apreciar coisas bonitas. Eu sou uma escritora diferente, herdei apenas a pobreza. Vamos parar um pouco aqui na Ladeira Porto Geral, suas pernas devem estar cansadas. Logo mais vamos chegar ao Mercado Municipal de São Paulo, um lugar lindo e frequentado apenas por quem pode pagar pela carestia dos alimentos. Está vendo aquele rio? É o Tamandateí. Muitas vezes quando chove o Mercado Municipal é atingido pelas águas.

Um policial aborda Virginia e pergunta se Carolina a está importunando.



– Não senhor, policial. Ela é uma escritora que está gentilmente me apresentando a cidade.

Carolina aguardou, enquanto o policial se afastava após cumprimentar Virginia.

– Viu só! Uma mulher negra no espaço público neste país será sempre suspeita.

– Penso que esses valores vão mudar. Precisam mudar. Como pode o simples ato de andar pela cidade ser considerado um ato suspeito? Daqui a um século é muito provável que esses valores tenham mudado completamente.

– Poderiam mudar o quanto antes.

– Mas, me conta, como é viver na favela?

– Sobre viver na favela, cheguei à conclusão que quem não tem de ir para o céu, não adianta olhar para cima. Uma mulher preta que vive na favela é vista como os restos da sociedade. Essa desvalorização das mulheres também é uma realidade na Inglaterra, não é?

– Sim, a sociedade inglesa é patriarcal, o ódio às mulheres está presente em muitas esferas da vida cotidiana. Como disse, na literatura, por exemplo, já foi muito difícil encontrar autoras escrevendo sobre mulheres. As poucas que encontrei inevitavelmente falavam indignadas da situação das mulheres. Veja o caso da Lady Winchilsea, que foi ao longo da vida descredibilizada. Ela nasceu em 1661, era nobre por nascimento e por casamento, não teve filhos e escrevia poemas críticos à situação da mulher. Achei poucos dados sobre sua história pessoal. O que soube é que era uma dama melancólica que gostava de vaguear e pensar em coisas raras, e que desdenhava de forma tão temerária, tão imprudente da maçante tarefa de cuidar do lar.

– Pois é, este mal da falta de credibilidade também acomete as mulheres no Brasil. Porém, sinto que há uma característica em mim que potencializa essa ausência de confiança: é a cor. A educação aqui não é para todos, eu mesma fiz até o quarto ano primário, porque tive uma bolsa de estudos em um colégio espírita de Minas Gerais.

– Por isso que acho esplêndido o que você faz, escreve de maneira incansável e se reconhece como escritora. Muitas mulheres inglesas nobres, mesmo tendo um grande pendor para a escrita, se convenceram de que escrever um livro era ser ridícula e até mostrar-se mentalmente perturbada. Também tivemos outras mulheres que romperam esse medo. É o caso de Jane Austen e das irmãs Emily e Charlotte Brontë.

– Se não rompermos o medo, nada acontece! Esse estranhamento por conta da minha prática de escrita e leitura não me incomoda, se ficasse me preocupando com o que os outros



Ilustração 7 – Bárbara Kanashiro e Taís Teixeira

dizem não teria feito metade do que fiz. Acredita que já fui até presa por estar lendo um livro espírita? Acusaram-me de bruxaria.

– Que horror! Acusar as mulheres de bruxaria também era algo muito comum na Europa, principalmente no período medieval. Que retrocesso! Você sabe, Carolina, que nessa busca por compreender o papel das mulheres na literatura, tenho tentado entender como as condições materiais das mulheres influenciaram na escrita de poesias e romances. Sei que você, assim como eu, mantém um diário com o propósito de publicá-lo um dia. Como ocorre o acesso às editoras em seu país?

– Eu já fui em muitas editoras, enviei meu material até para os Estados Unidos da América. O máximo que consegui foi publicar alguns textos no jornal de Sacramento, uma cidade do interior de Minas Gerais. Agora, aqui em São Paulo, um jornalista que veio fazer uma matéria sobre a favela do Canindé prometeu ajudar a publicar meu trabalho.

– A literatura sofre de um empobrecimento incalculável devido às portas fechadas para as mulheres...

– Virginia, precisamos apertar o passo, logo mais à frente tem um posto policial e certamente eles vão achar estranho essa dupla improvável de mulheres andando a esmo e falando de literatura. Os policiais vão nos parar de novo e tudo o que eu não quero é problemas com a polícia.

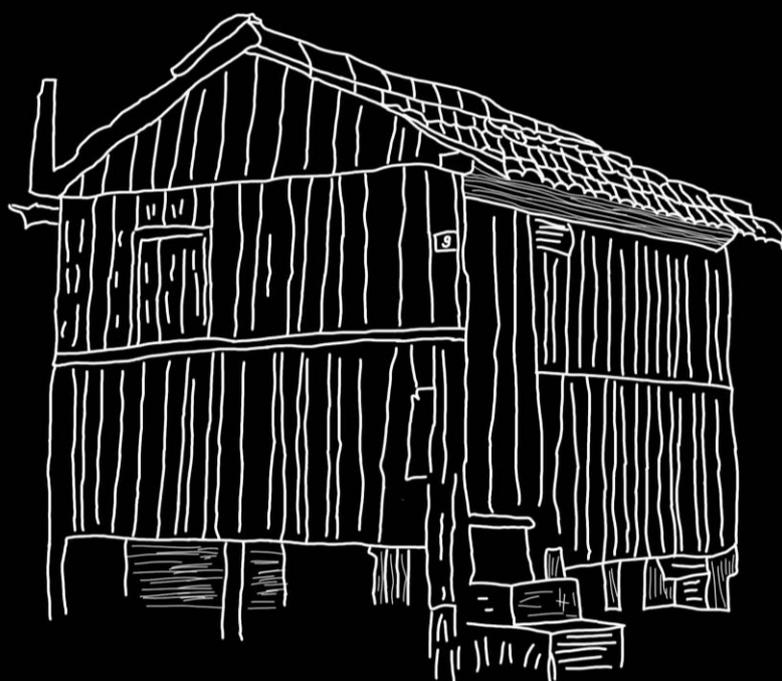
Ambas caminham apressadamente tentando não levantar suspeitas, até se afastarem do posto policial e se sentarem, um pouco ofegantes, num banco em meio às árvores do Parque Dom Pedro. Uma leve brisa movimentava as folhas e animava o voo dos pássaros.

– Gosto tanto desse parque. Pena que ele está sendo engolido aos poucos pela cidade. Às vezes também me sinto assim, sendo engolida pelas ruas da cidade, prestes a desaparecer... Qual é o seu lugar no mundo, Virginia?

– Meu lugar é o cascalho.

– O cascalho?

– Sim, porque estou acostumada a enfrentar os sedimentos do patriarcado inglês. A caminhada das mulheres inglesas acontece quase sempre em caminhos não pavimentados. Nós precisamos abrir e pavimentar os nossos caminhos, caso queiramos permanecer caminhando. Os caminhos que percorro são repletos de cascalhos. E para você Carolina, o que caracteriza seu lugar no mundo?



– Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro.

– Acho que entendo o que você diz, após essa caminhada que fizemos. Além da incredibilidade pelo fato de ser mulher, você também enfrenta a incredibilidade por conta da raça.

– É bem por aí, Virginia. Como você consegue escrever com todas as adversidades impostas às mulheres?

– Em primeiro lugar, tenho um quarto próprio sossegado e a prova de som.

– Mas nem toda mulher consegue tal ambiente, não é? Eu mesma não consigo nem imaginar o que seria escrever em um lugar silencioso.

– Mesmo na Inglaterra não era comum mulheres escreverem nessas condições. Em muitos casos estava fora de questão, a menos que seus pais fossem excepcionalmente ricos ou nobres, isso já no início do século XX. E você, como faz para poder ler e escrever nas circunstâncias em que vive?

– Enquanto as panelas fervem eu escrevo um pouco. Todos os dias eu escrevo. Sento no quintal e escrevo. Não sei dormir sem ler. Gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção do homem. Gosto de ficar sozinha e lendo, ou escrevendo.

– Então, como sua escrita acontece?

– Ela acontece, mesmo eu não tendo um lugar calmo. Você sabe que já procurei um lugar para escrever sossegada, mas na favela não tem esses lugares. No sol sentia calor. Na sombra sentia frio. Aqui, todas imprecam comigo. Dizem que falo bem. Aqui não há um momento de calma, sempre tem uma briga ou discussão acontecendo. Quando fico nervosa não gosto de discutir. Prefiro escrever. Mesmo elas aborrecendo-me eu escrevo. Sei dominar meus impulsos. Ao menos não tenho as obrigações matrimoniais. Minhas vizinhas aludem que não sou casada. Mas sou mais feliz do que elas. Elas têm marido. Mas são obrigadas a pedir esmolas. Não me casei e não estou descontente. Os que preferi me eram soezes e as condições que eles me impunham eram horríveis. Deve ser mais difícil escrever para quem é casada.

– Sim. Portas foram fechadas para mulheres casadas contra sua vontade, mantidas num cômodo e com uma só ocupação. Em todos os séculos anteriores, o dinheiro teria sido propriedade do marido. Por isso, estava buscando incessantemente a resposta do porquê algumas mulheres são pobres. É isso, a liberdade intelectual depende de coisas materiais. A poesia depende da liberdade intelectual. E as mulheres sempre foram pobres, não por duzentos anos, mas desde o começo dos tempos. As mulheres têm menos liberdade intelectual do que os filhos dos escravos atenienses. As mulheres, então, não têm a menor chance de escrever poesia. Por isso dou tanta ênfase ao dinheiro e ao direito de ter um quarto só seu.

– Entendi seu argumento, realmente precisamos de tudo isso. Mas na ausência dessas condições materiais, deveríamos deixar então de escrever?

– Não. Veja só você, permanece escrevendo apesar de não ter um teto todo seu e sim um quarto de despejo.

– Exatamente, permaneço escrevendo, pois é isso que ainda me permite encontrar sentido na vida.

As brumas tomam conta das margens do Rio Tamanduateí e as duas desaparecem sob a névoa, em silêncio.

A partir desse breve diálogo impossível, o qual chamamos de fabulações, podemos nos aproximar dos sentidos de lugar apontados pelas autoras. Em Virginia Woolf, o lugar aparece como um seixo ou cascalho que se caracteriza por ser um sedimento, um material que resulta do processo de decomposição ou desintegração de uma rocha. Isso ocorre devido às dinâmicas físicas e químicas características de um dado ambiente.

A etimologia da palavra “sedimento” vem do latim *sedis*, que significa “assento” ou “deposição”, isto é, um material sólido que se depositou e que é passível de transporte (Teixeira et.al, 2009, p. 242). Doreen Massey (2008), ao ser questionada sobre a eventualidade do lugar quando relacionado aos elementos da “natureza”, fala sobre o processo de desgastes do maciço de Skiddaw, que aparentemente parece estático e muito antigo. Mas aquela paisagem foi modificada ao longo dos anos, quando as rochas foram raspadas e estriadas na deposição do gelo, demonstrando que a eventualidade do lugar também se encontra em elementos naturais que aparentemente parecem antigos e imóveis. Esta pedra no meio do caminho do pensamento patriarcal é o lugar de Virginia Woolf, fato que se relaciona com o pensamento de Sara Ahmed, quando esta afirma que feministas se comportam como estraga prazeres ou, como podemos relacionar aqui, uma pedra no sapato.

Frequentemente, a experiência de ser feminista é a experiência de estar fora de sintonia com as outras pessoas. A nota que soa desafinada é não só a que mais destoia como também a que arruína a melodia inteira. É evidente que parece negativo: arruinar alguma coisa. Somos ouvidas como se fôssemos pessoas negativas: sempre arruinando algo, jantares, fotografias... Precisamos arruinar o que a arruína. Poderíamos pensar que arruinar não é apenas uma atividade que provoca o colapso ou a queda de algo, mas também é como aprendemos sobre as coisas quando desmontamos, ou como aprendemos por desmontá-las (Ahmed, 2022, p. 76).

De acordo com Sara Ahmed, podemos ver Virginia Woolf como uma “estraga- prazeres”, pois, ao reivindicar o cascalho como seu lugar, de algum modo estava arruinando o caminho de alguém e não o deixando fácil. Por meio de sua escrita atenta às desigualdades de gênero e de classe na sociedade inglesa do século XX, Virginia Woolf pôde andar entre os sedimentos do pensamento patriarcal e arruiná-lo. Foi ela quem incentivou muitas mulheres a matarem o maior algoz de seu tempo, o anjo do lar, o espírito que representava os valores vitorianos de docilidade e submissão.

Já Carolina Maria de Jesus adjetivou seu lugar como preto, assim como sua pele, fato que se relaciona à predominância da ocupação por pessoas negras nas favelas brasileiras. Isso

é o que demonstra o último censo do IBGE em 2019², em relação ao que foi denominado de aglomerados subnormais. Tal nomenclatura diz respeito a formas de ocupação irregulares em terrenos públicos e privados como: favela, gruta, baixada, comunidade, mucambo, palafita, loteamento, ressaca, vila etc. Contudo, o termo “favela” está em constante disputa, como demonstra a última nota técnica do IBGE³ na qual as nomenclaturas “favela” e “comunidades urbanas” foram retomadas por meio de reivindicação dos movimentos sociais. A declaração de Carolina Maria de Jesus ao reconhecer a sua negritude como seu lugar, demonstra a visão crítica que a autora tinha frente à realidade racista brasileira, que pensa a/o negra/o como sujeitas/os de segunda classe. Quando a psiquiatra e psicanalista Neusa Santos Souza, na obra “Tornar-se negro” (2021), tratou do processo de adequação das pessoas negras em uma sociedade estruturada sobre as bases de uma lógica escravocrata, ela pontuou como a autonegação e a busca por adequação é um fator presente na vida dessas pessoas, que buscam pela adequação e branqueamento para se afastar dos argumentos que os ligam ao primitivismo e ao animalismo.

A definição inferiorizante do negro perdurou mesmo depois da desagregação da sociedade escravocrata e a sua substituição pela sociedade capitalista, regida por uma ordem social competitiva. Negros e brancos viam-se e entreviam-se através da ótica deformada consequente à persistência dos padrões tradicionalistas das relações sociais. O negro era paradoxalmente enclausurado na posição de liberto: a ele cabia o papel do disciplinado – dócil, submisso e útil – enquanto o branco agia como o autoritarismo, por vezes paternalista, que era característico da dominação senhorial. Esse lugar da inferioridade se espelhava no modo de inserção da população negra no sistema ocupacional das cidades (Souza, 2021, p. 49).

Mas, Carolina Maria de Jesus vai na contramão dessa lógica. Quando interpelada sobre a segregação racial nos Estados Unidos, escreveu: “Fico pensando: os norte americanos são tão considerados os mais civilizados do mundo e ainda não convenceram que preterir o preto é o mesmo que preterir o sol.” (Jesus, 2007, p. 123). A partir dessa citação é possível inferir que a autora tinha ciência de que o racismo era fruto de uma lógica que visa impor à população negra uma ideia de inferioridade, pois ela sabia que frente a esta realidade é preciso ser insubmissa.

Assim, era preciso saber que a sua posição na sociedade não era reflexo de sua cor, mas fruto de um processo histórico que escravizou e deixou à margem um número significativo de

² Dados extraídos da nota técnica sobre aglomerados subnormais no contexto da covid-19. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101717_notas_tecnicas.pdf Acesso em: fev. 2024.

³ Esta informação encontra-se na nota técnica: Sobre a mudança de aglomerados subnormais para favelas e comunidades urbanas. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102062> Acesso em: fev. 2024.

pessoas. Nesse âmbito, o que Carolina Maria de Jesus evidencia é a marginalidade como resultado desse processo: “Gente da favela é considerado marginais. Não se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos. (Jesus, 2007, p. 55). Estar à margem resulta desse processo de exclusão social que continua a ser atualizado. Quando Carolina Maria de Jesus se coloca como insubmissa e consciente, afirma como seu lugar a sua cor, o que nos fornece meios para entender a lucidez que a autora possuía frente à sua realidade. A sua negritude como lugar projeta-se como uma forma de afirmação de sua existência, em oposição à condição histórica demonstrada acima, que ainda hoje relaciona a população negra com subserviência e animalidade.

Essa maneira assertiva e consciente de se colocar frente ao racismo e à desigualdade pode ser percebida em um dado momento da fabulação. Quando Virginia Woolf, fala a respeito das mulheres incomuns escreverem sobre a realidade das mulheres comuns. Nesse momento, o que Carolina Maria de Jesus faz é se reconhecer como agente de sua própria história e questionar o imperativo do vício ocular feminista calcado na racionalidade que acredita falar em nome das mulheres incomuns.

Ao longo da fabulação, a favela aparece no âmbito da precariedade e da ausência de condições para a sobrevivência, mas o seu desejo por não sucumbir ao que está posto como destino para uma mulher negra e favelada é o que a faz permanecer escrevendo. A escrita também é o seu lugar, é para a escrita que Carolina Maria de Jesus se volta quando a realidade ao seu redor se impõe. Todavia, a escrita não é uma fuga, e sim um mergulho na mais brutal realidade. É pela escrita que ela supre sua necessidade existencial.

O trajeto imaginário percorrido pelas autoras na fabulação faz alusão à visão de Carolina Maria de Jesus sobre a cidade de São Paulo na metade do século XX. A paisagem construída visa pensar a cidade como sala de visitas e a favela como quarto de despejo, conforme a metáfora usada pela autora. Esse encontro imaginário parte também de informações biográficas das autoras. Como é sabido, Carolina Maria de Jesus percorria grandes distâncias em busca de papel para reciclagem e, em suas andanças discutia política e a situação da cidade com outros transeuntes.

O ato de caminhar pela cidade na escrita de Carolina Maria de Jesus relaciona-se com uma visão consciente das desigualdades sociais. Nas suas descrições, há momentos para ressaltar a beleza da cidade e outros para apontar a aversão do espaço urbano às pessoas negras e pobres. Ao longo da fabulação, momentos como o da abordagem policial aparece para lembrarmos como o corpo negro e pobre é percebido como suspeito no espaço urbano. Tal

qual afirmou Neusa Santos Souza (2021), isso é fruto direto do processo histórico escravagista que incutiu a inferiorização e impulso para a criminalidade à população negra.

Virginia Woolf também tinha como prática caminhar pela cidade, Londres era o espaço urbano no qual a autora realizava o seu maior ato de liberdade, a caminhada. Segundo a escritora Lauren Elkin, no livro “Flâneuse” (2022), andar pela cidade lhe dava assunto para escrever, sendo que uma de suas personagens mais emblemáticas, Mrs. Dalloway, nasceu dessa relação da mulher com a rua. Elkin também aponta como Virginia Woolf se dedicou ao tema da cidade, da rua e da mulher, sobretudo no ensaio “Street Haunting: A London Adventure”, que foi traduzido para o português da seguinte maneira “Batendo pernas na rua: Uma Aventura em Londres” (Woolf, 2014). Nesse ensaio, a narradora sai à rua para comprar um lápis, tendo a companhia de uma “ostra da percepção”, em outras palavras, um grande olho. A autora tinha ciência que a experiência feminina de andar pela cidade era diferente da masculina e buscou demonstrar isso ao enfatizar a importância da liberdade para as mulheres. Assim, nesse ensaio, ela afirma que ao andarmos com o manto do anonimato pela cidade, deixamos de lado nossa personalidade para nos tornarmos função da paisagem urbana.

Em casa, escreve Woolf, estamos cercados de objetos que nos fazem quem somos: coisas que escolhemos e dispomos, que “expressam” e “reforçam” nossa identidade. Mas, no momento em que deixamos esse cenário, essa “concha que nossa alma excretou para se abrigar”, “largamos a personalidade pela qual os amigos nos reconhecem e nos tornamos parte desse exército republicano de caminhantes anônimos (Elkin, 2022, p. 104).

A partir da citação acima, vimos como Virginia Woolf relaciona a casa e a rua. Sendo a casa o lugar onde se reforça a personalidade e a rua o espaço onde é possível afrouxá-la e dissolvê-la. Isso possibilita fazer parte do anonimato da multidão, e assim experimentar a cidade de maneira singular. Toda essa incursão sobre o caminhar, a rua, a cidade e a experiência feminina precisa ser apontada, pois, ao longo da fabulação o episódio da restrição na biblioteca emerge no diálogo com Carolina Maria de Jesus, nos fazendo lembrar que:

Um quarto todo seu não trata apenas da necessidade de um espaço privado, silencioso e fechado. Trata também dos limites com que as mulheres se defrontam no mundo fora do quarto; trata da transgressão intelectual, ousando fazer perguntas que nunca foram feitas antes sobre as mulheres e a literatura e sobre as mulheres e a história (Elkin, 2022, p. 104).

Portanto, os limites que as mulheres precisam transpor também se encontram na rua e em outros espaços fora do quarto. Com isso é preciso fazer perguntas incômodas como: quem

pode ser anônimo no espaço público? Quem pode se perder na multidão sem levantar suspeitas? O gênero, sexualidade, raça, situação e classe social certamente compõem as respostas para as questões acima. Pois, em um contexto de modernidade/colonialidade, o privilégio de andar e se perder na multidão permanece atrelado ao gênero masculino e à cor branca.

Nesse sentido, o ato de caminhar pelas ruas realizado por Virginia Woolf precisa ser considerado como um elemento necessário e relevante para a modificação da experiência de vida de muitas mulheres eurocentradas, a partir da primeira metade do século XX. Lauren Elkin nos lembra que Virginia Woolf por residir em Bloomsbury, local onde pôde ter contato com grupos de sufragistas que organizavam marchas em prol do direito ao voto e estar na rua com outras mulheres, foi algo de grande importância para a autora.

Com isso, podemos ver em seus romances, ensaios e diários descrições da cidade de Londres, das estações do ano e as suas mais variadas luminosidades, assim como, as particularidades da flora. Foi pelo hábito de perder-se na multidão que Virginia Woolf encontrou elementos para a construção de muitas de suas personagens. Portanto, o ato de caminhar pela cidade era uma prática comum às duas autoras, que, de maneiras distintas, viviam suas cidades e as descreviam em sua beleza e seus problemas. No embaralhar das duas obras, as fabulações que emergiram inevitavelmente ligavam assuntos como a fome, a desigualdade social, a guerra, a violência, o racismo e a misoginia.

Assim, Carolina Maria de Jesus nos convida a pensar sobre a condição da mulher escritora favelada, que escreve para salvar o dia, sendo a escrita seu lugar de pertencimento. As dificuldades da vida urbana somadas à extrema pobreza são narradas ao longo de “Quarto de despejo” e nos dizem muito sobre a constituição da sociedade brasileira. Sobretudo quando marcadores de raça, gênero e classe são considerados como elementares para conhecer uma dada realidade. A escrita em Carolina Maria de Jesus aparece como um exercício para a manutenção da existência, e não o trabalho doméstico.

Contudo, tanto Carolina Maria de Jesus quanto Virginia Woolf concentram-se na figura da mulher casada para pensar a situação de pobreza relacionada à mulher. Fato que nos aproxima do pensamento de Simone de Beauvoir quando, ao escrever sobre a situação da mulher casada, afirmou: “A mulher está voltada à perpetuação da espécie e à manutenção do lar, isto é, à imanência.” (Beauvoir, 2016b, p. 189). A partir de um levantamento histórico sobre a constituição do matrimônio nas diferentes porções terrestres, Simone de Beauvoir buscou demonstrar como o lar se constitui para a mulher casada.

O lar torna-se o centro do mundo e até sua única verdade; como observa muito acertadamente Bachelard, é “uma espécie de contrauniverso ou um universo do contra.”; refúgio, retiro, gruta, ventre, ele abriga contra todas as ameaças de fora: é essa confusa exterioridade que se torna irreal. À noite principalmente, quando estão fechadas as janelas, a mulher sente-se rainha; a luz espalhada ao meio-dia pelo sol universal a perturba; à noite ela não se sente mais despojada, porque abole o que não possui; vê brilhar sob o abajur uma luz que é sua e que ilumina exclusivamente sua casa: nada mais existe (Beauvoir, 2016b, p. 220).⁴

A situação da mulher casada, tal qual demonstraram Carolina Maria de Jesus, Virginia Woolf e Simone de Beauvoir, encontra-se intimamente relacionada à imanência, e é no cuidado do âmbito doméstico que a mulher obtém sua justificação social: o cuidado com o espaço de reprodução da vida. Assim, a conversa fabulada nos proporciona uma aproximação entre o pensamento de autoras tão distintas, relativo à situação da mulher, sem perder de vista que esta não deve ser considerada como um ser universal. Afinal, é preciso considerar seus marcadores sociais e sua situacionalidade.

Para Simone de Beauvoir (2016a, 2016b), a mulher casada está diretamente relacionada com o trabalho doméstico. Trabalho este, que se configura como o suplício de Sísifo, ou seja, cotidianamente o lavar pratos, limpar a casa, passar e consertar roupas. Uma atividade constante que faz a mulher se desgastar sem sair do lugar. A dona de casa ou a mulher casada, portanto, trabalha para realizar a perpetuação do presente.

Mas, também há nesse movimento incessante de limpeza e organização uma espécie de sadomasoquismo e uma fuga para longe de si. Pois, há mulheres que encontram na magia do fogo e na modificação da matéria, realização, isto é, na transformação de uma fruta em geleia ou no manuseio das massas é que ela experimenta seu poder. Todavia, a repetição, esse suplício de Sísifo, acaba por subtrair o prazer e o poder que a mulher casada por vezes encontra na transformação da matéria.

Para pensar na inquietação de Virginia Woolf sobre a pobreza e as mulheres, que aparece ao longo da fabulação, se faz necessário observar como a modernidade/colonialidade posicionou a mulher na sociedade ocidental. Para tanto, é preciso voltar à Revolução Francesa para pensar como a Modernidade floresceu sobre o sangue de Marie Gouze ou, como ficou conhecida, Olympe de Gouges, a francesa e dramaturga que escreveu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, dois anos após a Revolução. Documento sucinto repleto de

⁴ Ainda nesse parágrafo, Simone de Beauvoir faz uma citação direta a uma obra de Virginia Woolf, “As ondas”, para tratar da casa enquanto espaço que aniquila o de fora.

reivindicações importantes no sentido da equidade entre homens e mulheres, que causou grande incômodo nesse contexto. No trecho a seguir, Gouges aponta as contradições da Revolução Francesa e a ausência de direitos para as mulheres:

Mulheres! Mulheres, quando deixareis de ser cegas? Quais são as vantagens que obtivestes na Revolução? Um menosprezo mais marcado, um desdém mais perceptível. Durante os séculos de corrupção vós só conseguistes reinar sobre a fraqueza dos homens. Vosso império está destruído; o que vos sobra? A convicção das injustiças do homem.⁵

O que Olympe de Gouges fez ao inserir a mulher como cidadã provocou uma espécie de abalo sísmico no projeto revolucionário de igualdade, liberdade e fraternidade. Esta invisibilidade que Virginia Woolf reclama foi pontuada por Gouges quando escreveu sobre a inexistência dos direitos das mulheres. Mas, o fim de Olympe de Gouges foi a morte por decaptação, justamente por reivindicar os mesmos direitos dos homens. Dessa maneira, a Modernidade que nasceu sob os preceitos do Iluminismo demonstrava que a liberdade, fraternidade e igualdade não era para as mulheres, este ser inessencial. Assim, tais direitos não incluíam mulheres, muito menos aquelas/es vivendo em colônias e ex-colônias, sujeitadas/os aos valores da colonialidade/modernidade.

É sabido que o Iluminismo e a Revolução Francesa pavimentaram com seus valores a Modernidade. Um exemplo disso é a reprodução da efígie Marianne, a mulher que nunca existiu e que representa a liberdade no quadro “A Liberdade Guiando o Povo” do pintor Eugène Delacroix (1798-1863), o qual foi encomendado para comemoração da Revolução Francesa. Essa efígie é entendida como a personificação da imagem da república, ao passo que hoje a encontramos nas cédulas do Real, moeda brasileira. Tal imagem é importante para tencionar o que é representação e o que é a realidade vivida pelas mulheres na república francesa, um dos berços da Modernidade. Sabemos que Olympe de Gouges foi guilhotinada por agir no sentido de reivindicar que os valores iluministas contemplassem as mulheres. Enquanto Marianne, a representação da república, demonstra o desejo de um ideal inanimado e de subordinação da mulher ao homem moderno.

Quando a filósofa inglesa Mary Wollstonecraft, em 1790, escreveu “Reivindicação dos direitos da mulher” (Wollstonecraft, 2016), antecipando os passos de Olympe de Gouges, ao

⁵ A declaração está disponível na íntegra no site: <https://fpabramo.org.br/2008/03/27/a-declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada/> Acesso em: jan. 2024.

questionar a ideia de subordinação da mulher como um dado da natureza, junto a outros intelectuais, procurava se colocar na direção genuína dos valores iluministas.

De fato, me parece que os homens agem de maneira muito pouco filosófica quando tentam assegurar a boa conduta das mulheres, tratando de mantê-las sempre em um estado infantil. Rousseau foi mais consistente quando desejou deter o progresso da razão em ambos os sexos, porque, se os homens provarem os frutos da árvore do conhecimento, as mulheres poderão vir a prová-los; mas, do cultivo imperfeito que recebe agora seu intelecto, elas obtêm apenas o conhecimento do mal (Wollstonecraft, 2016, p. 40).

A crítica que a filósofa inglesa faz refere-se à visão de Jean Jacques Rousseau (1712-1778), filósofo conhecido por escrever dentre importantes obras o “Contrato Social”, livro imprescindível para compreender o ideário de República Moderna. Era na postura pouca assertiva de Rousseau em direção à defesa dos direitos das mulheres que residia a indignação de Wollstonecraft, pois ela afirmava que o filósofo em seus escritos sobre igualdade e liberdade abordou a condição feminina de maneira pouco aprofundada, destinando a mulher à virtude em contraposição ao homem que deveria ocupar-se da política.

Ainda nesse sentido de compreender a indignação de Virginia Woolf sobre a pobreza e a mulher, é preciso relembrar como no contexto europeu o pensamento dessas/es intelectuais estavam em disputa. Por exemplo, John Stuart Mill em 1865, no ensaio “A sujeição das mulheres” (Mill, 2021) problematizou a incoerência iluminista, quando afirmava que existia uma ausência de sentido iluminista ao não reconhecer a igualdade entre homens e mulheres: “Acredito que as inaptidões que lhes são atribuídas em qualquer outro lugar só visam a manter sua subordinação na vida doméstica; porque o sexo masculino em geral ainda não pode tolerar a ideia de viver como igual.” (Mill, 2021, p. 114).

Como podemos observar, o debate em torno dos direitos das mulheres no contexto da Modernidade em diversos momentos foi alvo de questionamentos. Dessa maneira, quando realizamos uma aproximação com a realidade a qual vivemos na contemporaneidade, a permanência de valores patriarcais e misóginos, seja no campo do direito, da política e em outras esferas da vida cotidiana, podem ser entendidos como resquícios dessa forma de pensar. Isso nos faz compreender que existe uma longa duração de opressões sobre as mulheres, sobretudo quando estas são racializadas e pobres. O pensamento universalista, Iluminista e Moderno custou a reconhecer a humanidade de um número significativo de seres humanos, dentre eles, as mulheres. Ao passo que, projetos ambiciosos como o Iluminismo e a Modernidade inevitavelmente excluíram e aniquilaram um número significativo de mulheres e

de coletividades humanas dentro e fora do continente Europeu, que não correspondiam ao modelo eurocêntrico civilizado.

Contudo, essa perspectiva única de história em torno da adequação da mulher ao modelo universal de adaptação ao espaço doméstico, não pode ser usada como regra para compreender todas as mulheres, mesmo no continente europeu. Pois, como a Escola dos Annales nos ensina, houve segmentos sociais que não foram contemplados pelas narrativas totalizantes, dentre estes segmentos, estão as mulheres pobres e os povos racializados. É sabido que o ideal de domesticidade foi criado no contexto da Modernidade e se complexificou ao longo do tempo. Conforme o desenvolvimento tecnológico avançou, novos elementos foram inseridos no ambiente doméstico. Os cômodos passaram a ter funções específicas e novos hábitos para habitar foram inventados, principalmente no contexto do Norte global.

O objetivo dessa mudança nos costumes e na forma de habitar era proporcionar ao homem conforto e, além disso, retirá-lo da rua, dos *pubs* e da vida sem uma ética de valorização do trabalho. A casa tornava-se, então, o lócus da domesticidade e da civilidade. O conforto era um elemento imprescindível para esse novo homem civilizado. Paulatinamente, esse modelo de domesticidade chega às mais remotas porções geográficas do mundo. Entretanto, não podemos afirmar que esse modelo civilizatório de domesticidade foi incorporado facilmente.

No Brasil, a historiadora Margareth Rago nos apresenta a ideia de “anjo do lar”, na obra “Do cabaré ao lar” (Rago, 1987). Por meio da análise do contexto do início do século XX, a autora narra o modo como a mulher era convencida da necessidade de respeitar um certo modelo de domesticidade: o asseio da casa, o controle do horário de trabalho do marido, da escola dos filhos e do cuidado com o bem-estar da família nuclear, heterossexual, cristã, que se tornava o modelo a ser seguido. Nesse período, na cidade de São Paulo, tal ideia aparecia na forma de controle dos trabalhadores, principalmente nas vilas operárias que, na visão da historiadora, configuravam-se como um centro de controle da vida e dos costumes dos operários e suas famílias. Existia um projeto de ideal de mulher e de domesticidade que as empresas impunham aos seus trabalhadores. Com isso, podemos verificar um projeto de universalização de valores relativos às formas de vida.

Por meio dessa digressão histórica, fornecemos alguns argumentos para responder à questão posta por Virginia Woolf, mas cabe acrescentar uma crítica sobre o feminismo de viés universalizante e totalizante, que por vezes reivindicou direitos às mulheres brancas e posicionadas no Norte global desconsiderando a realidade das mulheres de outras localidades e situacionalidades. Fato que tem demonstrado o quanto o feminismo também possui um olhar civilizatório, pois, uma prática feminista que não se atentar à situacionalidade incorre nos

mesmos erros dos iluministas. Dessa forma, quando pensamos concepções que reivindicam um olhar macro trazemos à memória esses movimentos. Por isso, é preciso tensionar as reivindicações por equidade feitas pelo feminismo civilizatório, conceito formulado pela historiadora e cientista social Françoise Vergès na obra, “Um feminismo Decolonial”, pois este nasceu no seio do Iluminismo e, na contemporaneidade segue agindo de maneira civilizatória:

O capitalismo não hesita em adotar o feminismo corporativo (aquele que exige que as pessoas se integrem a seu mundo) ou o discurso dos direitos das mulheres segundo o qual as desigualdades entre homens e mulheres são uma questão de mentalidade, de falta de educação, e não de estruturas opressivas. Não que a transformação de mentalidade e uma educação antirracista e antissexista sejam questões a se negligenciar, longe disso. No entanto, devemos chamar a atenção para a insistência em não se admitir que estamos falando de estruturas, que o capitalismo racial desmorona sem o racismo, e com ele um mundo inteiro construído sobre a invisibilização, a exploração e a expropriação (Vergès, 2020, p. 91-92).

A partir do pensamento de Vergès, podemos inferir que o feminismo corporativo tem feito uso das práticas universalistas para alimentar uma lógica capitalista estruturada pelo racismo. Dessa maneira, contribui para manter uma estrutura social construída a partir da invisibilização, exploração e expropriação de corpos racializados. Por esse viés, o impacto da Modernidade sobre a vida no ambiente doméstico pode ser exemplificado pela invenção da primeira máquina de lavar roupas nos Estados Unidos, por William Blackstone, em 1874, quando constatamos que sua invenção não constituiu uma mudança no cotidiano de muitas mulheres. Mesmo hoje, com o aprimoramento da técnica e da ciência, em que podemos a quilômetros de distância acionar uma máquina de lavar e secar pelo celular, tantas outras pessoas pelo mundo continuam lavando roupas em rios ou tanques, ou mesmo não podendo lavar devido à ausência de saneamento básico, escassez de água e falta de produtos para higiene.

Por esses pequenos exemplos, podemos constatar que o desenvolvimento técnico proveniente da Modernidade não contempla a todas/os. Haja vista que, mesmo após anos de reivindicação por igualdade e reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho, apenas um grupo de pessoas acorda todos os dias da semana mais cedo para limpar a casa e cuidar de outras pessoas e, em sua maioria, são mulheres racializadas. Nesse sentido, o processo de globalização e a emergência de uma modernidade líquida, conforme propõe Zygmunt Bauman (2001), paulatinamente roubaram o sentido de cidadania e de coletividade para fazer florescer a concepção de indivíduo consumidor, fato que só aprofundou a precarização das condições de trabalho. Sobretudo para as pessoas racializadas, historicamente submetidas a condições precárias de existência.

A partir disso, é necessário ter um olhar crítico para o feminismo civilizatório com valores iluministas e universalistas. Quando Mary Wollstonecraft e Olympe de Gouges, vivendo as circunstâncias sociais de seu tempo, procuraram se aproximar e criticar o modelo revolucionário iluminista, ainda mantinham consigo um olhar universalista que hoje podemos compreender como problemático. Ao pensarmos em Modernidade e suas concepções universalistas e totalizantes, torna-se urgente um exercício crítico em relação ao modo como o pensamento ocidental se organiza.

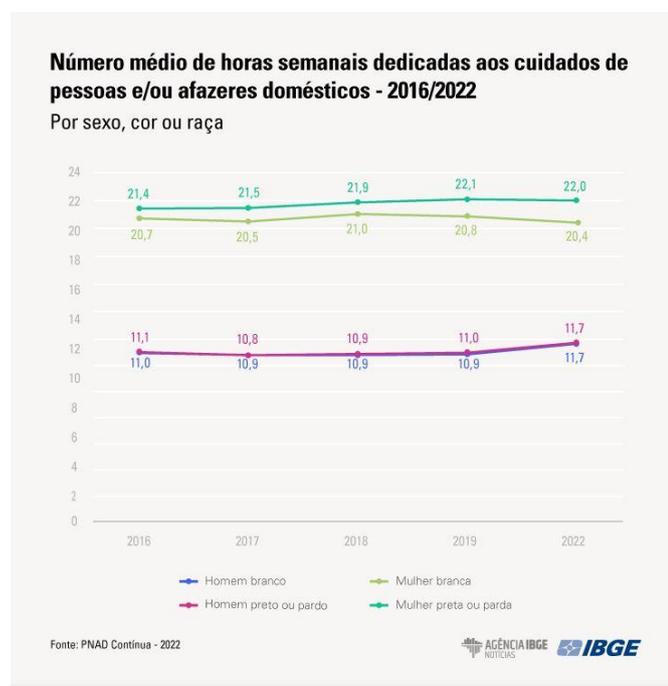
O feminismo da Europa das luzes não reconhece as mulheres que participaram da Revolução Haitiana (que será comemorada pelos poetas românticos), nem as mulheres escravizadas que se revoltaram, fugiram, resistiram. A questão aqui não é emitir um juízo de valor retrospectivo, mas se perguntar por quê, tendo em conta essa cegueira, essa indiferença, ainda não foi feita uma revisão crítica da genealogia do feminismo europeu (Vergès, 2020, p. 43).

A partir de Vergès, podemos compreender essa cegueira como um hábito desenvolvido por quem pretende ver o todo, ou seja, assumir uma perspectiva macro, ao entender esse termo como possível sinônimo para uma perspectiva universal. Tal cegueira precisa ser cuidada, de maneira que seja possível vermos as transformações sociais referentes a cada contexto, evitando cairmos em universalismos. Por fim, aproximar Carolina Maria de Jesus e Virginia Woolf por meio da fabulação foi uma maneira de apresentar essas diferentes perspectivas sobre a condição de ser mulher em contextos diversos. Ao demonstrar como a situacionalidade é fundamental para pensarmos sobre a experiência da mulher na cidade, na rua e na casa, sabendo que esta não pode ser compreendida de uma maneira generalizante.

Assim, podemos ver as distinções entre as autoras: enquanto uma encontrava liberdade no anonimato da multidão, ao caminhar pela cidade de Londres, a outra buscava o sustento material ao percorrer grandes trajetos por São Paulo, em busca de papéis para reciclagem. Mas ambas possuíam a escrita como mote para a existência, ou seja, a escrita como lugar/lar. Assim, a resposta que Virginia Woolf perseguiu em torno de qual o efeito da pobreza sobre a mulher e a literatura, pode ser personificado na figura de Carolina Maria de Jesus, uma mulher pobre, favelada, catadora, sambista e escritora que independentemente das dificuldades que enfrentava, matou seu anjo do lar e permaneceu escrevendo.

Todavia, a pobreza material ainda possui um efeito devastador sobre a vida das mulheres, especificamente das mulheres negras que são as mais afetadas com a desigualdade na educação e mercado de trabalho no Brasil. Recentemente o IBGE publicou uma matéria online intitulada, “Mulheres pretas ou pardas gastam mais tempo em tarefas domésticas,

participam menos do mercado de trabalho e são mais afetadas pela pobreza” (2024)⁶. Nessa matéria alguns dados apresentados ilustram a permanência da desigualdade de gênero e do racismo no cotidiano das mulheres brasileiras entre 2016 e 2022.



(Fonte: PNAD contínua, 2022)

O que podemos visualizar, a partir do gráfico apresentado pela pesquisa, é a presença expressiva das mulheres, com destaque para as mulheres negras, nas funções de cuidado, em contraposição aos homens brancos e negros. Isso demonstra a permanência da lógica do cuidado enquanto trabalho destinado expressivamente às mulheres negras. Tal fato irá reverberar nos postos de trabalho, como é evidenciado na tabela produzida com os dados extraídos do Censo demográfico de 2022, que mostra a origem do rendimento de homens e mulheres na sociedade brasileira.

⁶ A matéria completa está disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39358-mulheres-pretas-ou-pardas-gastam-mais-tempo-em-tarefas-domesticas-participam-menos-do-mercado-de-trabalho-e-sao-mais-afetadas-pela-pobreza#:~:text=Em%202022%2C%20enquanto%20as%20mulheres,tarefas%20do%20que%20as%20brancas.> Acesso em: jul. 2024.

Rendimento habitual de todos os trabalhos (R\$)				
	Total	Homem	Mulher	Razão (%)
Grupos de Idade e Grandes Grupos Ocupacionais	2.658,68	2.920,29	2.303,08	78,86
Grupos Ocupacionais no Trabalho Principal (1)	7.107,69	7.948,19	5.870,27	73,85
Diretores e gerentes	5.707,87	7.268,08	4.600,19	63,29
Profissionais das ciências e intelectuais	3.400,58	3.836,72	2.852,48	74,34
Técnicos e profissionais de nível médio	2.114,55	2.364,02	1.955,50	82,71
Trabalhadores de apoio administrativo	1.907,52	2.373,81	1.552,10	65,38
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	1.918,03	2.007,71	1.416,70	70,56
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	1.999,06	2.119,69	1.371,38	64,69
Trabalhadores qualificados, operários e artesões da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	2.158,69	2.238,45	1.635,96	73,08
Operadores de instalações e máquinas e montadores	1.237,18	1.312,85	1.156,26	88,07
Ocupações elementares	6.029,52	5.975,88	6.515,76	109,03

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2022 (acumulado de quintas visitas).
Notas: Valores inflacionados para reais médios de 2022.

(Fonte: IBGE, 2022)

O que os dados apresentados evidenciam é a permanência das mulheres brasileiras com rendimento inferior aos homens, mesmo ocupando os mesmos postos de trabalho. De modo que, a desigualdade de gênero e o racismo continuam atuando para impor às mulheres menores rendimentos e postos de trabalhos ligados ao cuidado. Ao tornar explícito que o efeito da pobreza sobre as mulheres ainda é grande.

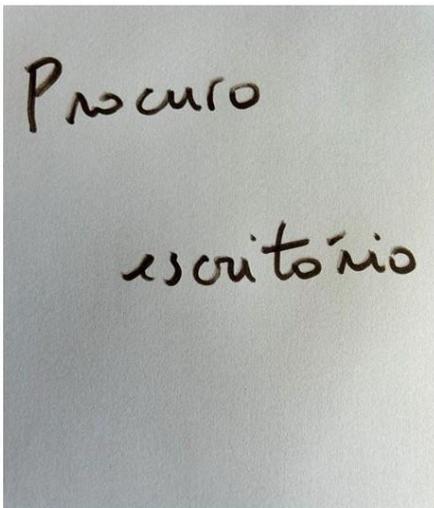
O trabalho de Claudia Goldin, ganhadora do prêmio Nobel de Economia de 2023, evidencia o que ela chamou de *gender gap*, ou seja, a desigualdade ainda presente entre homens e mulheres no mercado de trabalho ao longo do tempo. Um dos fatores que proporciona esse declive ou estagnação das mulheres no mercado de trabalho, segundo ela, é a responsabilidade pela maternidade e o cuidado com familiares doentes sendo destinado quase exclusivamente às mulheres. Isso faz com que elas não alcancem promoções e progressão em seus cargos. Ao considerar tais aspectos, é possível perceber que muitas inquietações provenientes do pensamento de Virginia Woolf ainda encontram espaço para serem ecoadas na contemporaneidade.

CAPÍTULO 2: VIRGINIA WOOLF E A FABULAÇÃO DE UM TETO TODO SEU

A casa e a escrita são pautas recorrentes na produção de escritoras/es, professoras/es e jornalistas, pois, muitas vezes, o espaço doméstico parece incompatível com o ato de escrever. Um indício de como esse conflito entre espaço doméstico e escrita permanece presente é, por exemplo, quando o escritor e professor da USP, Julian Fuks, em uma postagem para a rede social *Instagram* anunciou: “Procuró escritório”. Seu anúncio provocou uma sequência de comentários que acolhiam sua angústia.

← Instagram

julian.fuks



julian.fuks Por quinze anos foi um privilégio e um prazer trabalhar em casa. Ficar lendo na cama por algumas horas, chegar à escrivaninha ainda de pijama, visitar a escrita em total desalinho, criando com ela a intimidade máxima.

Há algum tempo, no entanto, a casa se fez alegre e movediça e turbulenta e eufórica. Percebi que chegou a hora de sair, de achar algum lugar calmo que me resguarde do tumulto familiar. Peço ajuda aos camaradas: alguém porventura dispõe de sala pequena e simples pra vender, alugar ou sublocar nesta cidade caótica como a casa? Alguém me oferece abrigo barato em Pinheiros ou proximidades?

Prometo ser ocupante tranquilo e ordeiro, gentil e concentrado. Só o que quero é algum silêncio sobre o qual tecer as minhas palavras.



@julian.fuks). 2023. *Procuró escritório*. Instagram, 7 de Novembro

A escrita e a casa possuem uma relação instável, por vezes é romantizada pelas/os escritoras/es, mas a depender do contexto é vista como um espaço inóspito para a criação, como podemos visualizar no *post* publicado pelo professor e escritor. O constante processo de verticalização da cidade de São Paulo faz a cidade produzir uma sonoridade característica de um canteiro de obras permanente e, somado a este barulho produzido pela cidade, as crianças aparecem nos comentários como pequenos agentes do caos, que impossibilitam a concentração para a escrita. Os seguidores passam então a sugerir espaços de *coworking*, bibliotecas públicas e outros ainda indicavam o período noturno como o mais apropriado à escrita.

Esse exemplo foi escolhido para demonstrar como tal problema, a depender da classe social, da raça e do gênero, pode ser resolvido. Alugar um espaço como um *coworking* para escrever tranquilamente, sem a interferência dos filhos e com uma janela antirruído parece uma saída razoável. O próprio Julian Fuks, em resposta a um seguidor que se compadece de sua situação, afirma, “Talvez sejamos vários nesse sonho de um teto próprio”. A aparição de uma citação direta ao título de Virginia Woolf mostra a permanência de um problema que afligia não somente a autora, mas gerações de escritoras/es que viveram antes e depois dela, que possuem o desejo pela escrita, pelo estudo e, portanto, torna-se um fenômeno a ser estudado.

Nesse sentido, a colocação de Fuks também possibilita pensar que a depender da raça, da classe e do gênero há diferentes maneiras de lidar com o problema, principalmente se pensarmos no ambiente inóspito de alguns/mas escritores/as como foi o caso de Carolina Maria de Jesus: um barraco às margens do Rio Tietê. Assim, ao observar o exemplo do professor que não encontra espaço em sua própria casa para a escrita e da escritora favelada que escreveu no intervalo do fervilhar das panelas, nos aproximamos da ideia de domésticas da escrita, ou seja, do ato de escrever no ambiente doméstico de maneira não domesticada. O doméstico, nessa perspectiva, ganha uma nova conotação. Não iremos abandonar seu caráter histórico de opressão e violência, mas o sentido de domésticas da escrita nessa proposição será desvinculado do âmbito doméstico privado, tornando-o público, pensando a casa e o doméstico como um modo de fazer junto.

O lugar/lar em Virginia Woolf aparece como reivindicação. O ensaio “Um teto todo seu” (2017) é uma ode à privacidade, independência financeira e ao direito à educação feminina. Todavia, é importante frisar que a realidade vivida pela autora perpassou o fim da Primeira Guerra Mundial, com zepelins alemães bombardeando residências comuns em Londres, local onde a autora residia nas proximidades do Hyde Park Gate; e posteriormente, com a Segunda Guerra Mundial, quando pôde ver sobrevoos e ataques dos aviões nazistas contra a Inglaterra. No artigo “A torre inclinada” (Woolf, 2014), publicado postumamente, a autora fez uma longa

reflexão sobre a relação das/os escritoras/es com a política. Discorreu sobre as mudanças bélicas do século XX, sobretudo a respeito das proximidades dos horrores da guerra no próprio território, algo completamente diferente do que foi a guerra de trincheiras.

O clamor das batalhas levava longo tempo para chegar à Inglaterra. Somente quando as diligências dos correios, enfeitadas com coroas de louros, moviam-se aos solavancos pelas estradas rurais é que os moradores de cidadezinhas como Brighton tomavam conhecimento de uma vitória obtida e acendiam velas postas para brilhar nas janelas. Comparem isso com a nossa situação hoje em dia. Os disparos dos canhões, no canal da Mancha, hoje são ouvidos por nós. Basta ligar o rádio para ouvirmos um avião contando como nessa mesma tarde ele abateu um inimigo; seu avião pegou fogo; ele pulou no mar; a luz ficou verde, depois virou escuridão; ele voltou à tona e foi resgatado por um barco de pesca. Scott nunca viu os marinheiros que se afogavam em Trafalgar; Jane Austen nunca ouviu os canhões troando em Waterloo. E nenhum deles ouviu a voz de Napoleão, como ouvimos nós a de Hitler, quando à noite nos sentamos em casa (Woolf, 2014, p. 269).

Essas/es escritoras/es pouco interessadas/es em política, segundo Virginia Woolf, que estavam em segurança em suas torres com seus privilégios de classe, no século XIX, começaram a sentir suas torres se inclinarem a partir de 1914. Além disso, com a Segunda Guerra Mundial e suas novas tecnologias bélicas, os civis viram seu cotidiano se transformar bruscamente. Virginia Woolf, nesse artigo, cita a proximidade dos horrores da Guerra em seu cotidiano. De modo que, o teto todo seu reivindicado pela autora no contexto entre Guerras transborda a ideia de casa, haja vista que o contexto era o de constante destruição.

Na noite passada e também na anterior, os alemães estiveram por cima desta casa. E eles já estão aqui de novo. É uma experiência esquisita, deitar-se no escuro para ouvir o zumbir de um marimbondo que a qualquer momento pode lhe dar uma ferroada mortal. É um som que interrompe um coerente e calmo pensamento de paz (Woolf, 2014, p. 290).⁷

Essa proximidade da autora com as duas Grandes Guerras no continente europeu constituiu sua forma de ver a realidade, pois seu dia a dia foi marcado por constantes ataques aéreos, ao passo que, em diversos artigos esse assunto emerge. Virginia Woolf tinha uma postura crítica ao espírito hitlerista de seu tempo que, segundo ela, estava presente no coração e mente não apenas dos jovens alemães e italianos, mas também dos ingleses com a sua valorização exacerbada aos ímpetus militares e com a admiração excessiva às condecorações e honrarias militares. Esse contexto histórico é importante de ser apresentado, pois reflete a experiência de vida da autora na Primeira e na Segunda Guerra. Na citação acima, Virginia

⁷ Essa citação consta em um artigo publicado em 21 de outubro de 1940, para o jornal “New Republic” de Nova York.

Woolf usa a imagem de um marimbondo mortal para descrever os aviões nazistas que sobrevoavam sua casa noite após noite, trazendo consigo a possibilidade da finitude a cada sobrevoo, tal aspecto nos ajuda a entender sua visão sobre lar/lugar.

Apesar da autora nos convidar a pensar em “Um teto todo seu”, em um quarto com janelas voltadas para a rua, onde qualquer mulher possa se trancar para ter liberdade, ela não especifica onde necessariamente este quarto ficaria. Isso nos abre brechas para pensar este lugar/lar não circunscrito apenas ao ambiente doméstico. Virginia Woolf inicia o ensaio dizendo que, ao ser convidada para escrever sobre as mulheres e a ficção, sentou-se à margem de um rio para pensar no sentido de suas palavras. Com isso, podemos pensar que, tal como um rio, seu pensamento se fez sinuoso. Em uma de suas curvas encontrou uma pepita de verdade, a afirmação de que toda mulher escritora de ficção deveria possuir um teto/quarto, ou melhor, um cômodo e dinheiro só seu. Essa constatação acompanha um encadeamento lógico que é fruto de uma fabulação. Nos dois dias que antecederam a sua palestra, Virginia Woolf fabulou dois lugares: Oxbridge e Fernham. Inventou jantares, bibliotecas, pessoas, pátios e um ambiente acadêmico para explicitar como a desigualdade de gênero ocorre.

Ao descrever os almoços e jantares na universidade, demonstrou como o trabalho reprodutivo no fazer culinário era tido como ordinário. A autora tratou especificamente do hábito dos romancistas em fazer crer que o almoço era algo memorável, mas frequentemente não citavam o que comeram. Dessa forma, revelavam um certo desprezo à feitura do alimento, pois o que importava era o encontro. Ao passo que Virginia Woolf busca fazer o oposto, descrevendo cada prato com suas texturas e sabores, da entrada à sobremesa. Esses dois lugares fabulados pela autora têm feito com que uma profusão de questões sobre o lugar das mulheres na escrita literária persista até os dias de hoje. Portanto, ao longo do ensaio, o desejo por lugar/lar é elaborado a partir da fabulação de uma universidade e uma faculdade, e isso é perspicaz no sentido de questionar a ausência das mulheres nesses lugares e a permanência delas no ambiente doméstico.

2.1 Fabulação feminista

Assim como todos sonham todas as noites, ninguém é capaz de passar vinte e quatro horas sem alguns momentos de entrega ao universo fabulado (Candido, 2015).

Virginia Woolf, ao fabular lugares no contexto literário, nos leva a pensar o lugar enquanto termo e conceito. Por essa perspectiva, o lugar narrativo no âmbito da literatura é inseparável do tempo, de modo que Paul Ricoeur afirma que: “o tempo só se torna humano

através da narrativa” (Ricoeur, 2010, p. 11). A partir disso, podemos pensar na experiência de fabulação da autora relacionando-a tanto com o tempo quanto com o lugar em que vivia. Desse modo, quando lemos a respeito das caminhadas de Virginia Woolf pelos corredores, bibliotecas, refeitórios e pátios de Oxbridge e Fernham somos convidados a pensar na experiência de uma mulher em um dado tempo e lugar. Contudo, algo que chama a atenção é que o tempo em “Um teto todo seu” não é cronológico e linear, bem como, o lugar não é estático. A sua escrita moderna do Entre Guerras fricciona essas convenções.

Em um dado momento do ensaio, ao falar sobre a visita à Oxbridge e Fernham, ela trabalha com o tempo por meio da paisagem. Dizendo que a visita ocorreu no mês de outubro, inevitavelmente nos faz pensar nas paisagens com cores mais vibrantes devido à luz de outono no hemisfério norte: “O lindo dia de outubro findava e as folhas caíam das árvores da avenida, enquanto eu a percorria. Portão após portão pareciam cerrar-se com mansa determinação atrás de mim” (Woolf, 2017, p. 18). Descrições como essa, acerca das paisagens e dos lugares também nos trazem a sensação de lentidão na passagem do tempo, que permite ao olhar atento perceber as variações de cores outonais⁸.

Como já disse que era um dia de outubro não me atrevo a perder o seu respeito e pôr em risco o bom nome da ficção mudando a estação e descrevendo lilases pendendo de muros de jardins, açafreões, tulipas e outras flores da primavera. A ficção deve ater-se aos fatos e, quanto mais verdadeiros os fatos, melhor a ficção – é o que dizem. Portanto ainda era outubro e as folhas ainda estavam amareladas e caíam, quando muito, um pouco mais depressa que antes (Woolf, 2017, p. 20).

Por meio dessa citação, é possível afirmar que Virginia Woolf possuía uma preocupação estética a respeito de como narrar e não apenas sobre o que narrar. Por isso, a escrita wolfiana é marcada por uma tendência ao esgarçamento da sucessão temporal e o não uso de narrativas lineares. Nesse sentido, Mariana Cristina P. Marino e Emanuela Siqueira (2022) apresentam como um pressuposto da produção de Virginia Woolf o ato de narrar borrando os binarismos, hierarquias e a lógica cartesiana, ou seja, de uma forma acronológica de escrita. As autoras afirmam que em todas as obras de Virginia Woolf essa característica se apresenta. Todavia, é em “Um esboço do passado” (Woolf, 2019), escrito entre os anos de 1930 e 1940 e publicado recentemente, que os aspectos desse projeto se mostram com profundidade. Nesse ensaio, Virginia Woolf demonstra a inseparabilidade entre tempo e espaço ao tornar indistintas as

⁸ Cabe ressaltar que essa luz característica resulta do equinócio de outono que acontece no hemisfério norte, anunciando a chegada do inverno, durante o qual há menos material particulado suspenso no ar e as folhas ganham uma tonalidade avermelhada devido ao progressivo declínio de produção de clorofila.

faculdades perceptivas de seres humanos e demais espécies, enquanto “sensações físicas e memórias espaciais que fazem conexões que funcionam como metamorfoses que atravessam os ‘momentos de ser’ e os ‘momentos de não ser’” (Woolf apud Marino; Siqueira, 2021, p. 4-5). O primeiro momento seria quando há um *flash* de consciência, que possui uma força poderosa ao ponto de sobrepor eventos exteriores, já o segundo trata daqueles momentos que não despertam uma consciência. Assim, ao longo da leitura da obra: “Um teto todo seu”, não encontramos uma descrição cronológica na narrativa dos acontecimentos, ao passo que somos convidadas/os a nos inserir no momento de ser de Virginia Woolf.

Esses aspectos da escrita woolfiana nos fazem compreender o porquê da aparição de elementos como estações do ano, tipos de vegetação, variação de luz, longas descrições sobre almoços e jantares presentes em “Um teto todo seu”. Virginia Woolf escreve de modo não cartesiano e não hierárquico, traz à tona o que não está aparente e isso nos permite fabular juntamente com ela. De modo que o lugar/lar em Virginia Woolf não é dado e concreto, é fabulado. Por meio de sua narrativa, criamos um lugar com uma determinada paisagem em um dado tempo. A construção desse lugar ficcional serve de ambiência para a autora abordar a ausência de mulheres em iniciativas para a construção de instituições de ensino, reclama às suas antepassadas a falta de atuação de maneira mais assertiva. Então, busca demonstrar como esse lugar construído, mesmo ficcionalmente, carrega a marca do real, que é a hegemonia dos homens. Virginia Woolf, portanto, tendo como prática a defesa de um projeto estético-filosófico feminista, constrói lugares ficcionais para demonstrar a permanência da desigualdade de gênero. Por essa perspectiva, partiremos da ideia de fabulação de lugares, como uma forma de explicitar essa diferença presente na forma narrativa proposta por Woolf.

Tal como afirma o teórico da literatura brasileira, Antônio Candido, em “O direito à literatura” (2015), a fabulação é uma característica humana. Fabulamos para transformar a realidade. Partindo dessa premissa, substituir o termo ficção por fabulação tem como base o pensamento de Marleen S. Barr, teórica britânica da comunicação, por meio da obra “Feminist fabulation: space/postmodern fiction” – “Fabulação feminista: Espaço/Ficção pós-moderna”, em uma possível tradução – (Barr, 1992), na qual a autora aposta na substituição do gênero literário ficção-científica junto a outras formas de ficção, pela ideia de fabulação, quando as obras forem escritas por mulheres feministas. De acordo com Barr, a fabulação tem por característica reinventar outros modos de existir, como se extraíssemos da fantasia elementos para modificar o real. Segundo a autora, as fantasias produzidas por esse segmento social carregam um poder subversivo com caráter meta-paradigmático, de modo que passamos a compreender que o patriarcado não é ficcional.

As I have pointed out in many places, despite the usefulness and importance of feminist speculative fiction, it is easy to dismiss this literature as subgenre fiction justifiably positioned outside literary institutions. I now consider the term “feminist sf” obsolete; I place all feminist speculative fiction within feminist fabulation, which, like Robert Scholes's "structural fabulation," encompasses many literary forms, of which sf is just one (Barr, 1992, p. 15).⁹

Algumas situações fabuladas por Virginia Woolf em “Um teto todo seu” podem ser observadas, por exemplo, quando a autora diz partir de uma mentira para escrever o ensaio, ou quando sua personagem não possui um nome e vive opressões de gênero dentro de uma instituição de ensino superior em uma sociedade patriarcal. Isso nos permite embaçar o real promovendo uma confrontação cognitiva: isso é mesmo uma mentira ou é realidade? Quantas anônimas já não viveram situações como essa? A partir disso, se concordarmos com Marleen S. Barr, a ficção científica e tantos outros gêneros literários escritos por mulheres possuem esse aspecto de fabulação, pois, além de partir do vivido, evidenciam e intensificam a percepção dos problemas que não são considerados graves na sociedade, por isso carregam a potencialidade instabilizadora entre o ficcional, a representação e o real.

Marleen S. Barr configurou seu pensamento a respeito da fabulação feminista por meio da análise da pintura “Isto não é um cachimbo” (1929) de René Magritte, pintor belga que evidenciou a crise da representação no século XX. Foi a partir dessa análise que Barr compreendeu que a inserção do real na representação também ocorria na ficção científica, mas quando esta era feita por mulheres feministas havia uma ruptura com o fantástico de maneira mais abrupta. Essa discussão sobre a crise da representação no contexto das sociedades eurocêntricas já havia sido realizada por Michel Foucault (2016), a partir da análise da obra “As Meninas” (1656), do pintor espanhol Diego Velázquez, bem como, de uma publicação posterior em torno da série de pinturas feitas por Magritte, entre as décadas de 1920 e 1930, a qual remete à crise da representação (Foucault, 2014).

No caso da obra de Velázquez, a análise do quadro “As Meninas” constitui o primeiro capítulo de “As palavras e as coisas” (Foucault, 2016), tratando da representação no contexto do Classicismo. Já em “Isso não é um cachimbo” (Foucault, 2014), o autor faz uma crítica à representação a partir da pintura surrealista de René Magritte, como uma espécie de continuação

⁹ “Conforme tenho apontado em diversos lugares, apesar da utilidade e da importância da ficção especulativa feminista, é fácil descartar esta literatura como um subgênero da ficção posicionado, por meio dessa justificativa, fora das instituições literárias. Considero agora o termo “sf [*sci-fi* / *fc*, ficção científica] feminista” obsoleto; insiro toda ficção especulativa feminista enquanto fabulação feminista, que, como a “fabulação estrutural” de Robert Scholes, abrange muitas formas literárias, das quais a *fc* [ficção científica] é apenas uma” (Barr, 1992, p. 15. Tradução nossa).

da crítica realizada por meio da obra de Velázquez. Dessa forma, é a partir da crise da representação na ciência que emerge a potencialidade imaginativa e de confrontação cognitiva por meio da fabulação, permitindo a produção literária e científica dentro de uma prática feminista, ao confrontar as perspectivas patriarcais de organização da sociedade.

O exercício da fabulação tem sido realizado por teóricas feministas como uma maneira de questionar a corrente forma de fazer literatura. Quando Barr apresenta a fabulação como uma forma de escrita, desarticulando-a da ficção científica, e, em interlocução com a crítica feita por René Magritte no campo das artes visuais, fricciona o entendimento da escrita feita por mulheres feministas. Desse modo, relaciona-a a uma outra forma de escrita que, em razão da crise da representação no contexto da Modernidade, possibilita perceber a fabulação como uma característica da escrita feita por mulheres. Nesse mesmo sentido da crítica à representação no contexto da Modernidade feita por teóricas como Donna Haraway, feminista contemporânea à Marleen S. Barr, foi a partir da década de 1980 que se evidenciou a prática de olhar para a ciência por uma perspectiva fabulatória, criando mundos e seres em busca de novas possibilidades de respostas para sobreviver em um mundo em ruínas.

O contexto político vivido tanto por Marleen S. Barr quanto por Donna Haraway era, respectivamente, o da gestão da primeira-ministra Margaret Thatcher (1979-1990) no Reino Unido e de Ronald Reagan (1981-1988) nos Estados Unidos da América. Ambas as gestões partiam de iniciativas neoliberais que, no limite, causaram grande impacto ao meio ambiente e aos direitos trabalhistas, somado ao advento das transformações tecnológicas e científicas que propiciaram o aumento da produção e do consumo. É a partir dessa realidade que Donna Haraway pensa a sociedade em um eminente colapso e, na busca por respostas cria fabulações ao propor uma outra forma de fazer ciência.

O caminho percorrido pela autora entre a fabulação e a ciência se dá de maneira corporificada e situada, ou seja, por meio da experiência vivida. Há dois trabalhos da autora que são emblemáticos nesse sentido, o primeiro é o “Manifesto Ciborgue – ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX” (Haraway, 2009), que parte de uma compreensão crítica sobre os movimentos sociais de esquerda. A sua reflexão aprofundada sobre tecnologia, economia, literatura e biologia nos coloca em crise ao questionar as fronteiras entre humano, animal, organismo e máquina. Por meio desses questionamentos a autora faz emergir discussões de gênero, sexualidade, raça e tecnologia. O segundo trabalho da autora que destacamos aqui, intitulado “Saberes localizados” (Haraway, 1995), apresenta uma construção fabulatória realizada por Haraway, a qual serve para mapear nossa realidade social e corporal, apontando para a força da imaginação também no campo científico.

Outra autora que utiliza a fabulação na prática de sua escrita é Saidiya Hartman. A escritora estadunidense parte da literatura e do levantamento histórico sobre a vida de pessoas escravizadas no atlântico negro, para perceber o silêncio e a ausência de registros sobre a vida dessas pessoas. Saidiya Hartman afirma que sua formação na pós-graduação não a preparou para escrever a história a partir do encontro com o nada, com personagens sem nome. Mas, foi por meio da determinação em preencher os espaços em branco nos arquivos históricos e representar a vida daquelas/es consideradas/os indignas/os de serem lembradas/os, que sua busca se deu (Hartman, 2021, p. 25).

A fabulação crítica realizada pela autora abala a prática historiográfica tradicional de utilização dos arquivos de modo não reflexivo. Os arquivos históricos como verificação de um fato são encarnados por Saidiya Hartman, usando como elemento o imaginativo, apostando na força da constante problematização desses arquivos. Portanto, os exemplos de Marleen S. Barr, Donna Haraway e Saidiya Hartman nos ajudam a compreender que a fabulação é uma maneira de questionar a separação entre o real e o ficcional ou fabulatório, em diferentes âmbitos, seja na literatura, ciência ou história. Além disso, é preciso reconhecer que por meio desse exercício fabulatório é possível nomear o que até então não havia sido admitido como existente, ou ainda, problematizar o que é normalizado.

2.2 Virginia Woolf e o assassinato do anjo do lar

Se concordarmos com Marleen S. Barr que Virginia Woolf é uma fabuladora, podemos considerar que “Um teto todo seu” apresenta uma fabulação realizada com o objetivo de demonstrar a fragilidade do que reconhecemos como ficcional e real quando se trata de opressão de gênero. Se pensarmos que a escrita desse ensaio se deu em razão de palestras, as quais a autora foi convidada a fazer, a partir do tema “As mulheres e a literatura”, tal problemática parece ficar mais evidente. Dessa forma, partir de uma fabulação parece ser algo coerente com o que concerne ao próprio fazer literário: fabular determinada situação para mostrar o real, para criticar o real.

Virginia Woolf deixa explícito que as situações vividas por sua personagem emergiram de uma mentira e que cabe ao/à leitor/a procurar a verdade em suas palavras ou jogá-las no lixo. Sua personagem principal é feminina, mas não tem nome. Ela caminha pelo *campus* e ao andar pelo gramado elaborando reflexões acerca das desigualdades entre homens e mulheres é advertida por um bedel, que diz ser só permitido o trânsito de homens no gramado e que às mulheres é destinado o cascalho.

A mesma interdição ocorre quando ela tenta entrar desacompanhada de um docente na biblioteca. Com isso, a personagem passa a fazer questionamentos a respeito dos processos históricos que desencadearam o surgimento das universidades, bibliotecas e laboratórios de pesquisa e sua relação, a princípio, com mosteiros e a acumulação de riqueza pela igreja católica. Em seguida, tal relação se estende às monarquias e posteriormente aos apadrinhamentos de mercadores e industriais que passaram a investir em universidades, bibliotecas, laboratórios e bolsas de pesquisa fazendo perdurar a hegemonia de uma perspectiva ocidental e masculina do conhecimento.

De modo que, Virginia Woolf, ao fabular a experiência de uma mulher caminhando por uma universidade e sendo constantemente interditada, ou ao procurar por registros históricos da vida das mulheres inglesas no período elizabetano, que corresponde ao reinado da rainha Elizabeth I (1558-1603) e verificar a ausência desses registros, reforça a concepção de que esse fabular, embaçando o real e o ficcional, é revelador. A ausência de registros historiográficos do cotidiano das mulheres no período elizabetano explica-se pela prática historiográfica de priorização da perspectiva de quem detém o poder. Assim foi na alta Idade Média com a perspectiva do cristianismo, no Renascimento com a influência do pensamento burguês e a valorização dos fatos para contrapor à perspectiva cristã. Pois, o acesso das mulheres à educação formal na universidade ocorreu, em muitas porções do globo, somente no século XX (Perrot, 1998). Em as “Mulheres e a ficção” (Woolf, 2019), essa inquietação é apresentada da seguinte forma:

A história da Inglaterra é a história da linha masculina, não da feminina. De nossos pais sempre sabemos alguma coisa, um fato, uma distração. Eles foram soldados ou foram marinheiros; ocuparam tal cargo ou fizeram tal lei. Mas de nossas mães, de nossas avós, de nossas bisavós, o que resta? Nada além de uma tradição. Uma era linda; outra era ruiva; uma terceira foi beijada pela rainha. Nada sabemos sobre elas, a não ser seus nomes, as datas de seus casamentos e o número de filhos que tiveram (Woolf, 2019, p.10).

As situações fabuladas por Virginia Woolf podem ser entendidas como uma espécie de demonstração daquilo que se encontrava na realidade. Suas indignações a respeito da ausência de registro sobre a vida das mulheres comuns no período elizabetano animam a reflexão em torno da inseparabilidade entre a fabulação e o real. A autora afirma que as mulheres incomuns, ou seja, aquelas que se dedicam à escrita, precisam se atentar ao cotidiano de vida das mulheres comuns. Ao passo que, informações sobre a quantidade de filhos, a situação financeira, a realidade do espaço para privacidade e o trabalho doméstico são imprescindíveis para que o modo de vida e as experiências dessas mulheres sejam narradas (Woolf, 2019).

Virginia Woolf, ao desenvolver a reflexão em torno da experiência no âmbito da casa e a sua influência sobre a escrita das mulheres, retrata a sala de estar como o ambiente mais usado para o exercício da escrita de mulheres pertencentes à classe média. Foi nesse cômodo que a escritora inglesa Jane Austen, autora da obra “Orgulho e preconceito” (2018), escreveu seus romances. A sala de estar, apesar de ser um ambiente de grande circulação de pessoas, lhe fornecia as condições possíveis para a escrita. Jane Austen dizia ficar atenta à entrada de familiares e empregados para que ninguém pudesse ver o que estava escrevendo, por mais que as interrupções fossem inevitáveis (Woolf, 2019). Portanto, a sala de estar parece se configurar como o lugar da escrita de romance por mulheres na Inglaterra do século XIX. Segundo Virginia Woolf (2019) o romance é o gênero literário mais comum entre as mulheres devido ao baixo requisito de concentração pois, ao ser interrompida por alguma demanda doméstica, posteriormente é possível retomar a escrita, o que não se verifica na poesia ou no texto teatral.

A partir desses aspectos apontados por Virginia Woolf, é preciso pontuar a importância de um espaço para que a escrita se desenvolva e aconteça efetivamente. Pois, o espaço doméstico carrega consigo a experiência da interdição. Foi por meio dessa realidade opressora no âmbito doméstico e a ausência de investimento na educação feminina, somadas à inexistência de pesquisas sobre as condições de vida das mulheres, que Virginia Woolf se questionou, afinal: “Por que um sexo é tão próspero e o outro tão pobre? Que efeito tem a pobreza sobre a literatura?” (Woolf, 2017, p. 35). São questões como estas que demonstram como a desigualdade dificulta o trabalho da escrita e da criação pelas mulheres, presente tanto no ambiente doméstico quanto nas universidades.

Ao longo do ensaio de Woolf, há exemplos contundentes acerca de como o espaço doméstico pode ser castrador e hostil para as mulheres. Fato que revela o quanto esse ensaio possui a capacidade de expor as marcas da opressão e misoginia ainda presentes na contemporaneidade, mesmo após quase um século de sua publicação. Basta observar o frequente resgate das reflexões de Virginia Woolf em “Um teto todo seu” nas citações feitas em artigos sobre a escrita das mulheres na ficção científica, por exemplo, além de dissertações e teses acadêmicas a respeito das relações da obra e da autora com o pensamento feminista em âmbito internacional; incluindo a referência em produções artísticas contemporâneas, como o monólogo que entrou em cartaz em 2022, em São Paulo, intitulado “Um palco todo meu”.

Assim, podemos pensar que o que Virginia Woolf reivindica é um espaço como um lugar aberto subjetivamente, um cômodo que possa estar em universidades, centros de pesquisa, teatros e bibliotecas os quais as mulheres possam frequentar para estudar e também serem estudados por elas. Dessa forma, o lugar de Virginia Woolf não se restringe apenas ao quarto,

pois, ao longo do ensaio, todo o percurso que sua personagem faz é por uma universidade e por bibliotecas a procura de autoras femininas não apenas nos romances, mas em outros gêneros literários e campos das ciências, o que pressupõe pensar este lugar sendo também as ciências e a arte. Ao passo que, na obra de Virginia Woolf, a valorização da privacidade e intimidade para a criação e a escrita associa-se ao direito à educação. Com isso, é possível aventar que esse cômodo não se restringe necessariamente a um lugar fixo, mas esse cômodo tem como prerrogativa possibilitar a criação e a produção de conhecimento sem a presença do que a autora denomina como, o fantasma do anjo do lar.

Esse fantasma é um elemento frequente nos ensaios de Virginia Woolf, inspirada pela leitura do poema “Anjo do Lar”, escrito no século XIX pelo poeta britânico Coventry Patmore. O autor apresenta em uma sequência de versos a figura de Honória, uma mulher jovem subserviente, amável, gentil, nobre, que pode ser compreendida como a representação da mulher vitoriana: um anjo na terra. Virginia Woolf parte dessa figura para afirmar a existência de um fantasma patriarcal que sussurra afirmações sobre sua escrita e seu modo de agir no mundo. A autora descreve o anjo do lar como:

a figura de uma mulher intensamente compreensiva. Ela era imensamente encantadora. Ela era de uma generosidade espantosa. Ela se destacava na difícil arte da vida familiar. Ela se sacrificava dia após dia. Quando se havia frango, comia a asa; se tinha uma corrente de ar, ela se sentava diante dela – em suma, era tão composta que jamais tinha um pensamento ou um desejo próprio; ao contrário, sempre preferia simpatizar com os desejos alheios. Sobretudo – não é necessário dizer – ela era pura. Era de supor que sua pureza fosse sua maior beleza – seus rubores, sua graça inexorável. Naqueles dias – os últimos da Rainha Vitória –, todas as casas tinham seu Anjo (Woolf, 2021, p. 138).

O Anjo que obsediava Virginia Woolf, como a própria autora descreve, era uma mulher que a atrapalhava ao pegar a pena e o papel para escrever, com sussurros constantes a respeito da forma como deveria ser mais comedida, compreensiva, terna em suas resenhas sobre romances de importantes autores. Enfim, sentia-se constantemente impelida a se adequar a esse Anjo que viveu nos lares ingleses durante o período vitoriano e que tinha como principal função domesticar as mulheres e restringi-las ao reino do lar. Contudo, Virginia Woolf afirma ter conseguido assassinar seu Anjo e, por mais difícil que tenha sido matar uma figura ficcional, foi preciso, pois somente com sua morte pôde ter liberdade para escrever resenhas e romances.

2.3 Virginia Woolf: a era vitoriana e a situação da mulher inglesa

A partir disso, é oportuno observar que o contexto político, econômico, social e cultural que Virginia Woolf vivia era o da transição do século XIX para o século XX, quando os valores da mulher como zeladora do lar se contrapunham ao aparecimento da mulher operária e à profusão de prostitutas no espaço urbano.

Manet pinta a modernidade dentro da modernidade ao eleger a prostituta como tema da obra que apresenta no Salão de Paris de 1865, intensificando seus efeitos sociais. A prostituta já vivia a modernidade antes de sua chegada, e com ela tornava-se o mais perigoso símbolo de um sistema em que o dinheiro e a sexualidade se encontravam sem qualquer pudor, ainda que o desvelamento dessa relação fosse extremamente incômodo para a burguesia ascendente (Anchieta, 2019, p.109).

É nesse contexto das grandes transformações técnicas, científicas, informacionais, culturais e sociais que moldaram o mundo ocidental no intervalo de um século após as grandes guerras, com crises econômicas e depressão do sistema capitalista somadas ao que a história oficial demarca como o início do declínio do colonialismo, que a figura da prostituta é resgatada como a representação dos valores da Modernidade. Tal processo coaduna com o que o historiador britânico Eric Hobsbawm, na obra “A era dos extremos” (Hobsbawm, 1995) afirma em relação à Primeira Guerra, como o estopim para o início do declínio do Imperialismo. De modo que, em alguns anos, o império britânico passou a perder o controle sobre suas colônias, a começar pela Irlanda que conquistaria sua independência em 1922, seguida pelo Egito no mesmo ano e posteriormente a Índia em 1947, fazendo pela primeira vez os impérios parecerem mortais. Essa Modernidade vivida por Virginia Woolf, pensada a partir desses referenciais não incorpora perspectivas decoloniais, conforme veremos adiante por meio da produção de outra autora, Carolina Maria de Jesus, mas esses referenciais nos ajudam a entender como a mulher na sociedade ocidental, sobretudo quando situada no Norte Global, era vista.

É nesse contexto de profundas mudanças que Virginia viveu e se tornaria Woolf, após o casamento com o livreiro Leonard Woolf. Por ter nascido no fim do século XIX, vivenciou o término do reinado da Rainha Vitória, porém, toda a sua vida se deu no período histórico denominado de Era Vitoriana, que se estabeleceu entre os séculos XIX e XX, com valores assentados no conservadorismo, tradicionalismo e em um patriarcado fortalecido. Tais características vitorianas podem ser mais bem compreendidas se analisadas como continuidade das práticas sociais e culturais construídas nos séculos anteriores. Silvia Federici, filósofa feminista italiana radicada nos Estados Unidos, na obra “O Calibã e a bruxa” (Federici, 2017), entende que a situação das mulheres na era vitoriana se configurava como uma continuação

dentro da engenharia de controle e subordinação, a qual já estava em curso anteriormente. Para que essa engenharia de controle funcionasse, recaíam sobre as mulheres acusações de desequilíbrio emocional, vaidade, caráter selvagem, esbanjadoras, desbocadas, desobedientes, “bruxas” e “putas”.

Segundo a filósofa, a literatura inglesa nos períodos de reinado da Rainha Elizabeth I e do Rei Jaime I fez com frequência uso desses mecanismos de demonização da mulher para a construção de personagens, como na célebre peça “A megera domada” (1593), de William Shakespeare, considerada pela filósofa um manifesto patriarcal. Existiam outras peças de caráter similar, como “Tis a pity she’s a whore” (1633) – “Pena que ela é uma puta”, em uma livre tradução – do dramaturgo John Ford, que termina com o assassinato de três das quatro personagens femininas presentes na obra.

No mesmo período, foram introduzidas novas leis e novas formas de tortura destinadas a controlar o comportamento das mulheres dentro e fora de casa, o que confirma que o vilipêndio literário das mulheres expressava um projeto político preciso com o objetivo de deixá-las sem autonomia nem poder social. Na Europa da Era da Razão, eram colocadas fochas nas mulheres acusadas de serem desbocadas, como se fossem cães, e elas eram exibidas pelas ruas; as prostitutas eram açoitadas ou enjauladas e submetidas a afogamentos. Ao passo que se instaurava a pena de morte para mulheres condenadas por adultério (Federici, 2017, p. 202).

É importante lembrar esse aspecto conservador da sociedade britânica, para demonstrar que as transformações no âmbito industrial e urbano não modificaram com profundidade os valores culturais dessa sociedade que preservou a tradição, o patriarcado e, por fim, a relação com a aristocracia. A geógrafa canadense Leslie Kern, na obra, “A cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens” (Kern, 2021), ao buscar compreender a situação das mulheres no ambiente urbano inglês, afirma que as mudanças urbanas ocasionadas pela Revolução Industrial proporcionaram a instabilidade do confinamento vitoriano e um maior trânsito das mulheres no contexto urbano. No entanto, há a vinculação do aparecimento das mulheres no espaço urbano com a prostituição.

Ainda sobre a preservação do conservadorismo e tradicionalismo inglês, o historiador Edward Palmer Thompson, na obra “As peculiaridades dos ingleses” (Thompson, 2001), afirma que a relação com a aristocracia é uma marca presente nessa sociedade, mesmo após as revoluções da Era da Razão, que tinham como finalidade por em prática a concretização do Estado Nacional livre dos valores monárquicos e aristocráticos. Segundo a leitura de Thompson, a revolução burguesa inglesa possui um caráter prematuro e incompleto, afinal, a

burguesia industrial não obteve hegemonia completa e não assumiu as instituições impondo os valores iluministas, como fez a França, pelo contrário, manteve uma relação de simbiose com a aristocracia. Todo esse percurso histórico se fez necessário para colocar em contexto os valores culturais e sociais que Virginia Woolf observou atentamente ao criticá-los e ao reivindicar direitos.

O período vitoriano é um marco na sociedade ocidental, principalmente na porção norte do globo, devido à presença de sua influência na arquitetura, nas regras morais, nos costumes e no modo como as mulheres seguiam uma certa estética e comportamento pautados na moralidade. Tal aspecto servia tanto para o controle sobre os corpos femininos, quanto para a diferenciação social. Essa característica singular só pode ser compreendida quando vista em situação. Afinal, todo esse contexto histórico e social vivido por Virginia Woolf marcou sua produção literária, como é o caso da persistência do anjo do lar, figura que exemplifica a situação da mulher inglesa nesse período.

Por isso, o conceito de situação elaborado pela filósofa feminista existencialista francesa Simone de Beauvoir, na obra “O segundo Sexo” (Beauvoir, 2016a; 2016b), nos ajuda a compreender como Virginia Woolf era posicionada na sociedade inglesa. Simone de Beauvoir chega a essa formulação ao se questionar: o que é uma mulher? Ao negar as explicações essencialistas do eterno feminino e demonstrar como as ciências biológicas e sociais já haviam vencido as afirmações das entidades imutáveis e fixas, defende a situação como uma forma de compreender com mais acuidade a posicionalidade da mulher no tempo espaço e em relação com os outros seres humanos. A situação, em Simone de Beauvoir, está relacionada com o existencialismo e a fenomenologia, correntes filosóficas que perpassam a obra “O segundo Sexo”, publicada originalmente em 1947.

Nessa obra encontra-se a discussão em torno do entendimento de mulher como um ser inautêntico, inessencial e imanente sendo compreendido como o outro do homem. Ao passo que Beauvoir se contrapõe à concepção de que a “humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo” (Beauvoir, 2016a, p. 12). Nesse sentido, quando observamos a situação das mulheres no período vitoriano é possível entender o que seria a mulher como um ser inautêntico.

A autora concebe a mulher sempre em situação, ou seja, posicionada. Dessa forma demonstra como existe uma profundidade de especificidades do ser mulher. A ideia de situação emergirá aqui como uma maneira de olhar para as reivindicações de Virginia Woolf, enquanto reflexo de sua experiência vivida nessa sociedade assentada sobre valores conservadores,

tradicionalistas, aristocráticos e patriarcais. Afinal, todas/os nos situamos de maneira singular sobre o ecúmeno.

A sociedade em que Virginia Woolf viveu e sobre a qual palestrava em meados da década de 1920, apresentava essas permanências culturais e sociais. Uma sociedade que não rompeu definitivamente com os valores conservadores e aristocráticos, de modo que podemos perceber como mesmo as mudanças aparentemente mais profundas no âmbito social são acompanhadas de permanências e disputas. Por isso, é possível pensar em “Um teto todo seu” como uma forma de friccionar a ideia de lugar/lar, defrontando-se com sua importância para o pensamento feminista, sendo um cânone da literatura na Era Vitoriana.

Além desse ensaio, as demais obras da autora abordam temas perigosos para serem escritos nesse período, como a condição da mulher na sociedade ou mesmo questionamentos em torno do que hoje denominamos, nos estudos feministas, de binarismo de gênero, na obra “Orlando” (Woolf, 2022a). Assim como, quando aborda a inessencialidade da mulher em “Mrs. Dalloway” (Woolf, 2022b), na qual a personagem principal, em um movimento de auto contestação, compreende sua anulação enquanto ser humano após a inclusão do nome de seu cônjuge seguido pelo pronome de tratamento em inglês Mrs., ou Sr^a em português que, no limite, revela sua condição de esposa e a desconsideração de sua existência para além desse papel social.

A literatura de Virginia Woolf em situação e observada em seu contexto histórico, político, econômico, social, revelou as circunstâncias vividas pela autora, o que lhe conferiu um *status* de representante da primeira onda feminista. O que Virginia Woolf fez foi demonstrar a importância de um lugar no qual mulheres possam pensar sem interrupções e interdições, esse lugar não se restringe apenas ao espaço doméstico, deve ser ampliado para outros contextos. De maneira que, a partir do pensamento de Woolf, a problemática da ausência de pertencimento aos lugares como reflexo direto de uma engenharia de controle sobre as mulheres, somada à desigualdade de gênero, são amplamente discutidas ainda na contemporaneidade.

O pensamento de Virginia Woolf exposto em seus diários, ensaios e romances têm animado debates a respeito da relação entre a mulher e a imanência, conforme Simone de Beauvoir (2016b) nos mostra no capítulo sobre a situação das mulheres casadas, ao partir de uma citação ao livro “As ondas” (Woolf, 2015), no qual a realidade da personagem centra-se na casa e o exterior se aniquila, reforçando a relação da mulher com o lar em sua imanência. Para Beauvoir, a partir de sua leitura do romance “As ondas”, o qual exemplifica como “a mulher está voltada à perpetuação da espécie e à manutenção do lar, isto é, à imanência” (Beauvoir, 2016b, p. 189). O que Simone de Beauvoir aponta nessa leitura é a distinção entre

homem e mulher em relação ao lar, no contexto de um matrimônio heteronormativo, cuja lógica é reservar ao homem a vida política, as experiências no espaço público; enquanto à mulher, está reservada a tarefa de manutenção da vida, a fim de assegurar um ritmo seguro à cotidianidade do lar.

CAPÍTULO 3: CAROLINA MARIA DE JESUS E O QUARTO DE DESPEJO

Minhas queridas *hermanas*, os perigos que enfrentamos como mulheres de cor não são os mesmos das mulheres brancas, embora tenhamos muito em comum. Não temos muito a perder – nunca tivemos nenhum privilégio. Gostaria de chamar os perigos de “obstáculos”, mas isto seria mentira. Não podemos transcender os perigos, não podemos ultrapassá-los. Nós devemos atravessá-los e não esperar a repetição da performance. É improvável que tenhamos amigos nos postos da alta literatura. A mulher de cor iniciante é invisível no mundo dominante dos homens brancos e no mundo feminista das mulheres brancas, apesar de que, neste último, isto esteja gradualmente mudando. A lésbica de cor não é somente invisível, ela não existe. Nosso discurso também não é ouvido. Nós falamos em línguas, como os proscritos e os loucos (Anzaldúa, 2000).

A teórica feminista estadunidense Gloria Anzaldúa escreveu, certa feita, uma carta às mulheres do terceiro mundo. Uma espécie de ode à literatura daquelas que eram tidas como invisíveis na sociedade. Mulheres negras, indígenas, asiáticas e lésbicas. Ela defendeu a ideia de que, mesmo falando e escrevendo em uma língua estranha ao público hegemônico, branco e heterossexual, estas mulheres deveriam continuar escrevendo. “Escreva sobre o que mais nos liga à vida, à sensação do corpo, à imagem vista, à expansão da psiquê em tranquilidade: momentos de alta intensidade, seus movimentos, sons, pensamentos. Mesmo se estivermos famintas, não somos pobres de experiências” (Anzaldúa, 2000, p. 235). Para Anzaldúa as experiências vividas pelas mulheres em situação de colonização deveriam ser registradas.

As palavras de Anzaldúa serviram de mote para apresentar a discussão que vem a seguir, a respeito da espacialidade na literatura de Virginia Woolf e Carolina Maria de Jesus, bem como, das indagações sobre o vício ocular que facilmente busca referências na escrita e nos feminismos do Norte. Ao evidenciar a importância da situação como possibilidade para compreender as línguas estranhas faladas por aquelas que historicamente não são ouvidas. Se outrora, com Virginia Woolf, nos aproximamos da reivindicação por um lugar de escrita para as mulheres, com a escritora brasileira Carolina Maria de Jesus a escrita é a forma de salvar o dia. Em Carolina Maria de Jesus a discussão em torno do desejo por um lugar/lar soma-se à fome, à pobreza, à violência etc. Dessa forma, a autora brasileira atende ao desejo de Gloria Anzaldúa, e sua escrita em língua estranha para o cânone literário brasileiro tem proporcionado o contato com a sua experiência vivida, além de ter influenciado outras mulheres negras e pobres a escreverem.

3.1 Espacializando a literatura

Para pensar o lugar/lar e o espaço como um mote de investigação em “Um teto todo seu” e posteriormente em “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, se faz necessário pensar o lugar em relação com o espaço. Afinal, este último por vezes é compreendido como palco para os acontecimentos nas narrativas. Após apresentar e contextualizar o ensaio de Virginia Woolf, pretendemos fazer o mesmo com o diário de Carolina Maria de Jesus, mas antes disso é preciso articular o espaço e o lugar como dinâmicos. Pois, é possível apreender aspectos culturais e geográficos de um determinado lugar por meio da literatura. A literatura pode nos transportar para a Inglaterra do Entre Guerras ou nos fazer percorrer os gramados de universidades imaginadas com Virginia Woolf, assim como, nos levar à favela do Canindé, às margens do Rio Tietê, quando podemos adentrar o quarto de despejo de Carolina Maria de Jesus. Os espaços e os lugares na literatura possuem essa capacidade imaginativa e ao mesmo tempo de reconhecimento do real.

No campo dos estudos literários, Luis Alberto Brandão Santos, no texto “Espaços literários e suas expansões” (Santos, 2007), afirma que o espaço é reivindicado por diversas áreas do conhecimento e que no campo da análise literária é estudado também por diversas frentes. Há quem o estude como uma representação, ou seja, o cenário de uma dada narrativa, ou mesmo, da conjuntura histórica, econômica e cultural; o espaço na estruturação textual, considerando as estruturas e as formas que possibilitam ao texto simultaneidade de acontecimentos, a focalização que diz respeito ao ponto de vista existente na literatura por meio da voz ou do olhar do narrador; e o espaço da linguagem com a defesa de uma espacialidade própria da linguagem verbal, isto é, a palavra em si também é espaço (Santos, 2007). Todas estas possibilidades de entendimento sobre o espaço no campo dos estudos literários servem de indicadores para percebermos que o espaço está em constante disputa e aberto a variadas interpretações.

Em relação ao entendimento de espaço, o pensamento geográfico diferencia-se das explicações dos estudos literários e gramaticais. Tal diferenciação pode ser demonstrada a partir da compreensão apresentada pela geógrafa feminista britânica Doreen Massey, na obra “Pelo Espaço” (Massey, 2008), em que propõe a inseparabilidade entre tempo e espaço somada à defesa da concepção de espaço como algo aberto, múltiplo, relacional, não acabado e sempre em devir, aberto tanto para a estória quanto à política (Massey, 2008, p. 95). A autora chegou a esta formulação buscando problematizar a relação entre o espacializar e a globalização, ao realizar uma crítica à ideia de modernidade hegemônica, que parte da perspectiva eurocêntrica.

A partir de autoras/es pós-coloniais, Doreen Massey passa a se questionar sobre as demais espacialidades não hegemônicas e a importância de espacializar o próprio conhecimento. A definição proposta por Doreen Massey nos faz pensar na coexistência de um espaço aberto, em que é possível haver simultaneidade de histórias entre diferentes seres, possuindo suas próprias trajetórias, apostando no espacializar como essa maneira de questionar o espaço enquanto superfície, suporte para a travessia e afirmando a potencialidade imaginativa que emerge quando o espaço não é entendido como imóvel.

Portanto, a percepção da mobilidade do espaço e tempo, proposta por Doreen Massey, nos leva às permanências de opressões vivenciadas por Virginia Woolf séculos atrás, mas que ainda persistem na contemporaneidade. Ao passo que, ainda presenciamos interdições às mulheres cis/trans nos espaços de ensino e no espaço público, e ainda sabemos da existência de mulheres negras buscando por um lugar/lar, haja vista o número crescente de mulheres negras na organização de ocupações urbanas. Nesse sentido, a literatura possibilita a ampliação do que entendemos por espaço e lugar.

Nesse âmbito, o que interessa é compreender, por meio do espacializar, a situação e o lugar em fabulações como as realizadas por Virginia Woolf, em “Um teto todo seu” e Carolina Maria de Jesus, em “Quarto de despejo. Ao ampliar o espaço a partir da potencialidade imaginativa, proposta por Doreen Massey, para pensar espaço e tempo em uma simultaneidade de histórias e lugares, concebendo o lugar em sua mobilidade e dinamicidade. Dessa maneira, é possível entender as situações fabuladas por Virginia Woolf em “Um teto todo seu”, por exemplo, vislumbrando um lugar em sua dinamicidade, ou seja, nesse ensaio, o lugar não está restrito a uma localização física. Essa espacialidade dinâmica que encontramos no campo, seja dos estudos literários ou da Geografia, possibilita apreender esse “teto todo seu” e o “quarto de despejo” como fabulações, colocando em crise a ideia de lugar como representação de um espaço físico.

Essa ampliação da concepção de espaço que encontramos em Virginia Woolf também está presente em Carolina Maria de Jesus, na obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, com o intuito de demonstrar essa percepção, recorreremos ao campo da crítica literária. Sandra Almeida (2015), ao escrever sobre a mobilidade cultural e as geografias afetivas no espaço urbano e na contemporaneidade, fala acerca do espaço no contexto literário contemporâneo marcado pela realidade do mundo globalizado e da pós-colonialidade, o que, segundo a autora, tem feito a literatura compreender o espaço como enunciativo. O espaço é caracterizado pelos movimentos pendulares, tangenciais em uma dinâmica processual e das emoções que, de algum modo, se relacionam com o que Carolina Maria de Jesus descreve em suas andanças pela cidade

de São Paulo. Como migrante, Carolina de Jesus expunha o sentimento de não pertencimento, ao perceber a aversão das pessoas à sua presença em determinados lugares.

Já Regina Dalcastagnè (2015) ao se debruçar sobre a condição da mulher negra, o espaço urbano e a narrativa contemporânea brasileira, elege Carolina Maria de Jesus como marco fundamental para pensar a condição da mulher negra no espaço urbano retratado na literatura brasileira, a qual é profundamente marcada pela perspectiva do alpendre – branca e masculina, como aquelas feitas por autores como Gilberto Freyre, Roberto DaMatta, entre outros. Dalcastagnè afirma que a literatura escrita pela porta dos fundos nos ajuda a compreender com mais cuidado a realidade brasileira, com isso, a autora parte de uma citação de “Quarto de despejo”, quando é feita a comparação da cidade como a sala de visitas e da favela com o quarto de despejo para falar sobre a aproximação entre espaço e o corpo de Carolina Maria de Jesus. O corpo insubmisso de Carolina Maria de Jesus, disposto a ocupar lugares que *a priori* não lhe cabiam, causava hostilidade e uma sensação constante de inadequação. Todavia, Carolina Maria de Jesus não se curvava aos constantes preconceitos. Regina Dalcastagnè relembra as situações em que a autora se impôs respondendo a essas investidas de adequação às normas do espaço público.

O confronto corporal é recorrente – como quando ela responde a alguém que reclama do seu cheiro que “quem trabalha como eu fede” (Jesus, 1983 [1960], p.151), ou quando utiliza o preconceito a seu favor, ameaçando um homem que a importuna: “Eu sou da favela do Canindé. Sei cortar de gilete e navalha e estou aprendendo a manejar a peixeira” (Jesus, 1983 [1960], p. 90). Sua fala funciona como um contraponto ao discurso dominante, que costuma marcar os marginalizados justamente por suas características corporais. Discurso que constrói esses corpos como “diferentes” e a partir daí, os assinala como “feios, sujos, manchados, impuros, contaminados ou doentes” (Young, 1990, p. 123), forçando-os a lidar, muitas vezes em silêncio, com a aversão ou a condescendência dos grupos privilegiados (Dalcastagnè, 2015, p. 47).

Segundo Regina Dalcastagnè, o espaço urbano da cidade de São Paulo não é uma mera paisagem, em “Quarto de despejo: diário de uma favelada” ele se caracteriza como espaço de subjetivação e de empoderamento, pois é saindo às ruas, seja dentro da favela ou nas cercanias do centro da cidade que Carolina Maria de Jesus cata suas histórias e se faz escritora. Ao usar sua condição de favelada para se impor perante a violência iminente, demonstra como sua presença é uma contradição ao espaço urbano que se projeta como higiênico e ordenado.

As mulheres negras na cidade de São Paulo possuem uma história marcada pela improvisação da sobrevivência, segundo a historiadora Maria Odila Dias (1995) elas já estavam presentes no século XVIII no espaço urbano paulista, mas na ocupação de trabalhos informais

como lavadeiras e quituteiras. A prova da existência dessas mulheres pode ser encontrada em registros policiais, onde havia reclamações de suas atitudes turbulentas pela cidade.

Nos processos policiais da cidade de São Paulo, no século passado, não faltam indícios de prisões de mulheres bravas, revoltadas, que gritavam em linguagem de baixo calão. O juiz de paz da Santa Ifigênia em ofício de 20 de Setembro de 1834, julgava bem merecidas as pancadas e maus-tratos sofridos por Anna Francisca da Conceição: "...Já que traz a vizinhança incomodada por sua péssima conduta, já porque é intrigante e turbulenta originando-se disto diversas rixas que tenho procurado acomodar com as partes, por ter da suplicante verdadeira comiseração, atendendo o estado miserável a que se acha reduzida tal vez por seu espirito turbulento e amigo de discórdia..." São numerosos os processos e registros de ocorrências motivados por impropérios contra autoridades, gente de sobrado, contra o nome do Imperador, palavrões obscenos nas ruas em procissões, na igreja. Vários processos de difamação moral e prisões de mulheres acusadas de serem turbulentas e arruaceiras, como Anna Benedita do Espírito Santo, costureira conhecida como Cascafina [...] (Dias, 1995, p. 20).

Essas mulheres insubmissas que viviam na cidade de São Paulo e ocupavam o espaço urbano, estavam pelas ruas causando incômodo à ordem e à moral vigentes desde a transição do século XVIII para o XIX. Sabemos de suas existências devido aos registros policiais, pois, como diz a historiadora Maria Odila Dias, o pouco que sabemos sobre elas, que estavam às soleiras das portas da cidade de São Paulo, está em registros policiais, o que evidencia como esses corpos insubmissos eram enquadrados.

Carolina Maria de Jesus também poderia ser considerada uma mulher turbulenta e arruaceira, como demonstra a citação compilada pela crítica literária Regina Dalcastagnè, visto que ela não se calava frente às intimidações, subjugações e investidas de adequação ao espaço urbano. Foi pela literatura que Carolina de Jesus buscou inserir o/a leitor/a em sua angústia proveniente da miséria e da segregação socioespacial. A perspectiva de quem, por sua vez, não estava no alpendre, mas nas ruas em busca da sobrevivência, amplia o espaço literário e urbano nos fazendo perceber a permanência do quarto de despejo na contemporaneidade.

Assim, podemos afirmar que Carolina Maria de Jesus ao sair pelas ruas de São Paulo catava histórias para escrever seu cotidiano. A ideia de escrevivência tem ganhado uma significativa abrangência na academia brasileira recentemente, seja pelo esforço reflexivo de cientistas sociais, geógrafas/os ou de teóricas/os no campo das artes que buscam na escrita de autoras/es negras/os, ou mesmo pela autoficção, problematizar questões sociais partindo da experiência vivida por minorias em termos de direitos, as quais, ao escreverem sobre suas histórias e/ou estórias, também escrevem o mundo em que vivem.

No artigo “Escrevivência nas ciências sociais: reflexões sobre método, desafios e perspectivas” (Pereira; Pereira, 2022) é demonstrado por meio do conceito de imaginação sociológica, proposto pelo sociólogo estadunidense Charles Wright Mills, como a literatura tem ganhado espaço nas Ciências Sociais e como a escrevivência é uma possibilidade de questionar e praticar novas possibilidades metodológicas. No campo da Geografia, o artigo “Minha casa é onde estou: escrevivência e geograficidade da presença e da ausência migrante” (Virgens, 2021) demonstra, por meio da leitura da obra literária “Minha casa é onde estou”, de Igiaba Scego, italiana de ascendência somali, como a escrevivência pode ser utilizada para problematizar a perda do sentido de lugar original, relacionada à geograficidade e à ligação telúrica do ser humano, a partir da realidade de pessoas migrantes que sentem sua formação e identidade transformadas em decorrência do processo de migração.

Escrevivência tem emergido, portanto, em trabalhos acadêmicos nas Ciências Humanas, conforme demonstrado, e estabelece relações com os diários de Carolina de Jesus quando, ao descrever seu cotidiano não deixou de lado a poesia, assim como, as denúncias contra as injustiças e a perversidade da desigualdade social e urbana. Segundo Conceição Evaristo (2020), escrevivência não é uma abstração, ela nos faz lembrar da existência para o mundo da vida.

Assim, este trabalho propõe, por meio da relação entre “Um teto todo seu” e “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, conceitos criados em contextos distintos que encontram certa analogia quanto à constatação da proximidade da vida, do mundo vivido amalgamado com a escrita literária. É no mundo vivido de Virginia Woolf, a partir dos conceitos de situação e experiência, que podemos pensar como a sociedade é marcada por uma lógica patriarcal e aristocrática. Assim como, em Carolina Maria de Jesus, é pelas suas escrevivências que somos levadas/os ao seu mundo vivido, do barraco na favela do Canindé às ruas de São Paulo.

3.2 Exercício ortóptico: Carolina Maria de Jesus e o desejo por um lar

Mesmo com todas as condições adversas para a produção de conhecimento, para a escrita literária, foi no ambiente doméstico que grandes romances foram feitos, assim como, descobertas científicas, conforme defende a professora estadunidense da disciplina de História da Ciência da Universidade da Pensilvânia, Londa Schienbinger. Na obra “O feminismo mudou a ciência?” (Schienbinger, 2001), a autora descreve como ocorreu a prática do apagamento da autoria de mulheres em investigações e descobertas científicas. A prática de substituição do nome de mulheres para nomes masculinos de maridos, irmãos e primos levou ao surgimento de

um fenômeno que no campo da História da Ciência é denominado de efeito Matheus (Schienbinger, 2001). Isso se dava em razão da ausência de acesso à educação formal, que era restrita aos homens brancos e pertencentes a um determinado segmento social.

Esse processo de desqualificação das mulheres também possui níveis de complexidade quando são pensados em termos de raça, classe e sexualidade, ao observarmos a situação das escravizadas e as marcas da perversidade colonial. Por exemplo, a mulher, como diz a pesquisadora nigeriana interdisciplinar Oyèrónké Oyewùmí, na obra “A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero” (Oyewùmí, 2021), não pode ser compreendida como um gênero universal. De acordo com a autora, o discurso dicotômico que estabelece o binarismo de gênero não pode ser considerado universal, haja vista que em culturas como a iorubá este entendimento é diferenciado, não existindo apenas homem ou mulher, mas uma variedade do que denominamos gênero (Oyewùmí, 2021).

Ao levar em conta as questões de raça, classe, gênero e sexualidade podemos verificar como esse processo de apagamento e de negação da produção científica, que ocorreu em determinadas porções do continente europeu, em relação aos corpos que eram lidos socialmente como mulheres, configura-se de maneira diferenciada do apagamento daquelas que eram tidas como fêmeas mercadoria nas metrópoles e nas casas grandes das colônias europeias. O apagamento existencial dessas mulheres se relaciona com a condição de escravizadas, ao passo que, as funções de cuidado e de manutenção do espaço doméstico ainda estão destinadas, em países como o Brasil, a mulheres negras nas funções de empregadas domésticas, babás e cozinheiras.

O que estamos apontando, portanto, é a distinção das condições das mulheres situadas no norte global, que encontravam dificuldades para escrever romances ou desenvolver pesquisas acadêmicas, enquanto havia aquelas que, por um longo período, não foram sequer consideradas pertencentes à categoria mulher. Afinal, não eram vistas como seres humanos, muito menos com direito à educação formal e à produção de conhecimento artístico e científico no contexto colonial.

Entretanto, foi por meio do trabalho de muitas dessas mulheres escravizadas, que mulheres brancas na condição de esposas, filhas ou netas de colonos, os quais lhes permitiam o acesso ao estudo, mesmo que de maneira autodidata, encontravam espaço para produzir conhecimento científico e artístico. Pois, ao desassociarem-se das funções designadas às mulheres no espaço doméstico, puderam produzir cientificamente e artisticamente, já que a engenharia colonial destinava às escravizadas as funções de cuidado com o lar. Somente com a invenção da infância e, conseqüentemente, da maternidade no contexto de declínio do

colonialismo ocidental do século XVIII, é que se verificará a primazia da mulher como a zeladora do lar.

No intuito de refletir sobre essas especificidades expostas acima se faz necessário pensar de maneira situada. Para tanto, voltamos à reflexão de Haraway (1995), que, ao apostar na importância de uma corporificação para a ciência partindo da crítica feminista à visão e à persistente lógica do olhar ciclópico, militarizado, que tudo vê, o qual marca sem ser marcado, a autora reivindica o resgate do sentido da visão como uma metáfora feminista. Assim, apostando não no olho ciclópico que tudo vê, mas na perspectiva parcial e por consequência nos saberes localizados, é possível compreender que a reivindicação de Donna Haraway é adequada para pensar a questão do espaço em “Um teto todo seu” e em “Quarto de despejo”.

Por meio do exercício de me situar e olhar para a cidade onde resido, São Paulo, em uma perspectiva parcial, pensando na problemática da espacialização da literatura e no desejo por um lugar/lar relacionados à literatura brasileira, encontro, ou melhor, reencontro a escritora Carolina Maria de Jesus na obra em forma de diário, “Quarto de despejo: diário de uma favelada”. A autora, oriunda da cidade de Sacramento, nasceu no ano de 1914, ou seja, 26 anos após ser decretada a abolição da escravatura no Brasil. O contexto em que Carolina Maria de Jesus nasceu diz muito sobre a realidade do Brasil pós-abolição. Carolina Maria de Jesus, ainda jovem, migrou para algumas cidades no Brasil, mas foi em São Paulo onde permaneceu e narrou as desigualdades da vida cotidiana.

Por esse viés, penso sobre a necessidade de problematizar o meu vício ocular e consequentemente minha experiência de leitura calcados nas referências canônicas que omitem perspectivas mais próximas à minha situação. Na tentativa de escapar do que parece ser uma espécie de vício dos nervos oculares que facilmente leva às velhas armadilhas coloniais, vejo a importância de exercitar um olhar voltado à realidade local-situada, problematizando o vício nos cânones eurocentrados.

Carolina de Jesus tem sua origem no Estado de Minas Gerais, era uma mulher preta, pobre, neta de ex-escravizados, catadora, despejada, mãe, escritora, entusiasta da literatura e do samba. Vivendo em um país que foi invadido, ocupado, colonizado e que teve um processo de independência por meio de revoltas internas de escravizados, alforriados e abolicionistas, juntamente com a imposição do império inglês, em razão das mudanças capitalistas na organização do trabalho.

A partir de tal constatação, busco por uma epistemologia que trate das marcas deixadas pela colonialidade¹⁰ para poder entender como se configura esse desejo por um lugar/lar no Sul global, onde as marcas da colonialidade estão aparentes e ativas como desdobramentos da lógica do extermínio. Para tanto, é preciso recorrer ao pensamento decolonial feminista da socióloga argentina María Lugones, com o intuito de entender a distinção entre quem, no limite, é considerado humano e quem não é, dentro da estrutura organizacional da colonialidade. Afinal, apenas homens e mulheres reconhecidos/as como civilizados/as, pertencentes a uma determinada porção do continente europeu possuíam este *status* em um contexto colonial.

Ao considerar que a situação de Carolina Maria de Jesus no Sul global é marcada pela colonialidade, se faz necessário partirmos da resposta negativa de María Lugones à conhecida pergunta de Sojourner Truth, quando esta ex-escravizada indagou às sufragistas estadunidenses acerca de seu pertencimento à categoria mulher, em um evento sobre o direito ao voto feminino em meados do século XIX. Lugones parte de uma linha argumentativa a qual afirma que: “Desse ponto de vista, as pessoas colonizadas se tornaram machos e fêmeas; machos se tornaram não-humanos-como-não-homens, e fêmeas colonizadas se tornaram não-humanas-como-não-mulheres” (Lugones, 2019, p. 359).

De acordo com o entendimento proposto por María Lugones em relação às pessoas colonizadas, Sojourner Truth não era uma mulher, pois nenhuma fêmea colonizada pertencia à categoria mulher, ao passo que o ser colonizado se configurava como uma invenção do colonizador. Nesse âmbito, o/a colonizado/a era concebido/a como selvagem, infantil, possuído/a pelo demônio, agressivamente sexual, sem religião, economia e organização social. Na contramão dessa lógica do colonizador, María Lugones afirma ser necessário pensar como estes seres em situações coloniais se colocam em oposição ao sistema moderno, colonial e de gênero. Esse questionamento sobre o não pertencimento às categorias criadas pelos colonizadores é essencial para olhar para Carolina Maria de Jesus em situação e saber que, diferentemente de uma mulher branca localizada em determinada porção do continente europeu, seu corpo tinha por finalidade a reprodução da humanidade e do capital adequando-se ou não à domesticidade e a uma postura passiva geralmente relegada ao gênero feminino.

Desse modo, os seres em situações coloniais não se adequam à categoria mulher, pois encontram-se em um *lócus* fraturado (Lugones, 2019), ou seja, vivem a imposição dos valores, costumes e organização do colonizador, ao mesmo tempo em que vivem sua própria

¹⁰ Conceito formulado por Anibal Quijano no conhecido texto “Colonialidade do poder” (Quijano, 2005), em um exercício analítico da experiência colonial.

cosmologia, seus costumes, seus valores, em uma lógica organizacional que precede a chegada do colonizador ou da travessia¹¹. Com isso, o entendimento de lugar emerge de maneira diferente, tendo em vista que seres em situações coloniais possuem múltiplas lugaridades (Lugones, 2019). Do mesmo modo, é preciso pensar nas múltiplas mulheridades, haja vista que a categoria “mulher”, que se pressupõe universal, configura-se como mais uma imposição no processo de colonização.

A princípio, a relação entre a autora inglesa Virginia Woolf e a brasileira Carolina Maria de Jesus pode parecer ilógica, carregada de uma falsa simetria. Contudo, ao colocá-las em situação, o que se verifica são as especificidades de reivindicações e de lugar em ambas, já que a primeira é situada no Norte global, na centralidade capitalista; enquanto a segunda é situada na periferia, no *locus* fraturado, com a imposição dos valores dos colonizadores ativos e coexistindo com a cosmologia e saberes herdados por familiares descendentes de africanos/as e de coletividades indígenas. Por essa perspectiva, é importante ressaltar que Carolina Maria de Jesus, diferentemente de Virginia Woolf, nunca foi alçada como uma representante feminista e não há registros de que tenha reivindicado tal posto. Apesar disso, é possível ler em seus diários apontamentos sensíveis às questões da desigualdade de gênero, raça e classe. No entanto, a aparição do desejo por um lugar/lar é o que me faz aproximar duas autoras tão distintas, por meio do exercício de uma “visão de baixo”, conforme propõe Donna Haraway, a fim de “ver a partir da periferia e dos abismos” (Haraway, 1995, p. 22) ou ainda, ver a partir dos quartos de despejo. É da aproximação entre Virginia Woolf e Carolina Maria de Jesus que emerge uma maneira de questionar o fazer científico calcado em uma ciência moderna, fragmentária, disciplinar e que desassocia as palavras das coisas.

Por meio do ímpeto imaginativo, encontro na proposição de fabulação por Barr (1992) e posteriormente em Hartman (2021) a possibilidade para articular o aspecto imaginativo com a espacialidade. A isso denominamos de fabulações, uma articulação impossível que emergiu do entrelaçar da minha experiência com a leitura de textos distintos. Nesse sentido, as fabulações, configuram-se como a tentativa de criação de uma espacialidade imaginativa entre as autoras em situações diversas, para fazer emergir singularidades situadas em relação ao que consiste no desejo por um teto/quarto. Em Virginia Woolf, identificamos a ideia de que a liberdade financeira, em “Um teto todo seu”, configurava-se como algo necessário para uma

¹¹ O termo travessia é utilizado aqui em referência ao tráfico de escravizados, sequestrados em diferentes regiões do continente africano e trazidos a força para as américas.

mulher conseguir escrever ou realizar qualquer outro tipo de trabalho intelectual, somada à reivindicação por educação e espaços de formação para as mulheres.

Tais ideias apresentam convergências e divergências, sobretudo a partir da experiência de vida de cada autora, pois Carolina Maria de Jesus também reivindicava acesso à educação e ao conhecimento, sem marcar especificamente o gênero feminino, mas sim as pessoas pobres. A brasileira não possuía um teto só seu, o que tinha era um quarto de despejo em condições precárias para a sobrevivência. Mesmo assim, catava papel para poder escrever em forma de diário, escritos cotidianos que demonstravam suas angústias pessoais e o descontentamento com o abandono do poder público aos favelados. Estes relatos compuseram uma obra fundamental da literatura brasileira, sendo ela parte de um *lócus* fraturado, no qual é enquadrada como mulher cis, negra, mãe solo, heterossexual, brasileira e favelada.

Esse encontro improvável entre Carolina e Virginia, que só pode ocorrer em um esforço imaginativo, consiste em uma espécie de exercício ortóptico, como aquele realizado pelos oftalmologistas, com o objetivo de verificar se os nervos oculares estão sendo estimulados. Mas, neste caso, não iremos ajustar a visão em busca de uma melhor acuidade. O que propõe esta reflexão, é procurar nas duas experiências literárias situadas em horizontes divergentes, perspectivas de lar/lugar na prática da escrita. Se considerarmos a possibilidade de exercitar uma visão de baixo partindo dos pressupostos do feminismo decolonial, a literatura pode tornar-se uma maneira de investigar os conhecimentos dos seres em situações de colonização.

Por esse viés, o fato de Virginia Woolf ser um cânone do pensamento feminista e ser enquadrada na categoria “mulher”, acaba por sobrepor outros conhecimentos, sobretudo aqueles que se encontram em um *lócus* fraturado, como o de Carolina Maria de Jesus. Portanto, a opção por aproximar duas autoras em situações distintas e em contextos políticos, econômicos e sociais díspares se faz relevante para pensarmos como o lugar/lar é reivindicado de maneiras singulares e de forma situada. Esse esforço imaginativo se dá com o intuito de pensar acerca do porquê facilmente o olhar se comporta de maneira eurocentrada, fazendo com que o *status* de *lócus* fraturado seja esquecido ao produzir conhecimento no Sul global, levando em consideração apenas a perspectiva do colonizador.

3.3 O diário de Carolina Maria de Jesus

Como é descrito com certa frequência por Carolina Maria de Jesus, às cinco horas da manhã, ela deixava o leito e escrevia. Quando as crianças levantavam, era hora de ir buscar água, e não eram raros os dias em que estava indisposta – era a fome que assumia sua forma

física e existencial. Quando havia Melhoral, tomava, e quando não, saía mesmo assim para percorrer as ruas da capital brasileira da industrialização, São Paulo. Carolina Maria de Jesus sempre cultivou o hábito da escrita e da leitura, mas tornou-se conhecida após o contato com Audálio Dantas, jornalista que iria empreender o movimento de publicação dos seus diários. Ao visitar a favela para realização de uma matéria para o Folha da Noite, que tratava da instalação pela prefeitura de um parque de diversões nas proximidades da favela, o jornalista avistou uma mulher alta discutindo com os vizinhos sobre o mau uso dos brinquedos pelos adultos, ameaçando de colocá-los em seu livro. A partir de então, Audálio Dantas se aproximou de Carolina Maria de Jesus e o objeto de sua matéria se transformou, passou a ser sobre as personagens da favela do Canindé.

“Quarto de despejo: diário de uma favelada”, publicado originalmente em 1960, foi um fenômeno de vendas, o que tornou Carolina Maria de Jesus conhecida nacional e internacionalmente. O diário narra o cotidiano árduo da autora que recolhia papel para sobreviver e escrever. Em um dado momento, ela diz que parece ter vindo ao mundo predestinada a catar e que só não cata a felicidade (Jesus, 2007). São reflexões como esta que demonstram o quanto o pensamento de Carolina Maria de Jesus era sensível à materialidade de sua realidade, sem deixar de lado a poesia. Sua existência estava relacionada à materialidade do papel, sua venda a alimentava tanto fisiologicamente quanto servia de suporte para sua escrita cotidiana. Uma escritora dependente do papel. As péssimas condições de vida são narradas pela perspectiva de quem vivia na favela. Em diversos momentos, as brigas com os vizinhos tiravam sua paz, junto a outras situações de violência ocasionadas pelo uso excessivo de álcool por seus/suas vizinhos/as, além das implicâncias com seus filhos, o problema da falta de água e a fome.

Quando falo com uma criança lhe dirijo palavras agradáveis. O que aborrece-me é elas vir na minha porta para perturbar minha escassa tranquilidade interior [...] mesmo elas aborrecendo-me eu escrevo. Sei dominar meus impulsos. Tenho apenas dois anos de grupo escolar, mas procurei formar meu caráter. A única coisa que não existe na favela é a solidariedade (Jesus, 2007, p. 16).

O descontentamento de Carolina Maria de Jesus nos aproxima da insatisfação de viver em uma localidade sem condições dignas ao convívio social. Com frequência, ouvia de seus vizinhos comentários sobre seu hábito de escrita e leitura, “Nunca vi uma preta gostar tanto de livros como você” (Jesus, 2007, p. 27). Este estranhamento também era fruto do racismo que a autora sofria cotidianamente. Tanto que, em um dado momento da vida, foi presa e enquadrada no artigo 59 da Lei nº 3.688/41, conhecida popularmente como lei contra a vadiagem, por conta de seus hábitos intelectuais. Contudo, tal evento não a afastou da leitura e da escrita, escrevia

todos os dias às margens do Rio Tietê, no quintal em frente ao seu barraco, após colocar a panela no fogo com o pouco alimento que obtinha, sonhando em um dia deixar a favela e residir em uma casa de alvenaria.

É oportuno observar que os tipos de casas no Brasil se diferenciam de acordo com a região, clima e a classe social. Quando a autora nomeia o modelo da casa de seus sonhos como sendo de alvenaria, ela se refere a certo tipo de construção. Alvenaria estrutural é uma das formas comuns na arquitetura da cidade de São Paulo, dado o fácil acesso aos materiais de construção e simplificação metodológica para a edificação das casas (Blind, 2018). Feita de tijolos, cimento, vigas, pisos, janelas, portas, vidros e telhado, a sua prerrogativa é a segurança, o acesso ao saneamento básico e à luz elétrica. Com isso, é possível pensar que Carolina Maria de Jesus também estava reivindicando direito à urbanidade. É sobre esse desejo de possuir uma casa de alvenaria e suas implicações existenciais, que relaciono a ideação de um lar como parte de um processo de busca por pertencimento.

Esse processo não ocorre de maneira pacífica. Tal como a escritora feminista estadunidense bell hooks, na obra “Pertencimento: a cultura do lugar” (2022), tratou ao escrever acerca do seu processo de retorno ao Estado do Kentucky. No referido livro, bell hooks reflete sobre a constante sensação de inadequação aos demais Estados onde residiu nos Estados Unidos e o reconhecimento de pertencer a um Estado conservador, mas que de algum modo forjou sua forma de ver o mundo. Em Carolina Maria de Jesus essa constante busca por pertencimento aparece em sua escrita diarística. Por isso, tenho almejado observar como a casa de alvenaria surge enquanto busca por pertencimento e urbanidade, entrelaçando o direito à cidade ao direito à escrita, sabendo que a casa idealizada pela autora era aquela que lhe proporcionaria conforto e acesso a um núcleo decente. Dessa maneira, se faz necessário observar como Carolina Maria de Jesus, em diversos momentos, explicita o desejo por uma casa de alvenaria.

Quando eu vou na cidade tenho a impressão que estou no paraíso. Acho sublime ver aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas. Tão diferentes da favela. As casas com seus vasos de flores e cores variadas. Tão diferente da favela. Aquelas paisagens há de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da América do Sul está enferma. Com as úlceras. As favelas (Jesus, 2007, p. 85).

A realidade cotidiana da autora lhe proporcionava essa aguda compreensão da desigualdade social e da segregação socioespacial. A contradição entre a cidade do fluxo contínuo, das construções, do passo apertado, das casas nos bairros nobres com floreiras e as favelas com barracos à beira de córregos e rios e pessoas vivendo do resto que esta mesma

cidade produz, lhe proporcionou um olhar crítico a tais contradições. Apresentando-nos uma cidade profundamente marcada tanto pela pobreza quanto pela riqueza. É por meio dessa realidade que Carolina Maria de Jesus *escrevia* seu cotidiano, ao passo que sua escrita dependia do seu mundo vivido. São frequentes os momentos em seu diário em que explicita o rigor e a disciplina no ato da escrita. Esta noção de escrever (Evaristo, 2020; 2021) somada ao desejo por um lar, pode ser compreendida como uma forma de afirmação de sua existência, apesar das péssimas condições materiais ocasionadas pela ausência de trabalho, alimento e habitação adequada.

Assim, esse escrever em Carolina Maria de Jesus está relacionado à escrita diarística, que a projeta no mundo e lhe possibilita agir de maneira crítica sobre ele. A escrita de diários está comumente relacionada aos jovens, artistas, presidiários, docentes ou viajantes. O diário tem como função o registro de acontecimentos e das lembranças mais íntimas, é ali nas folhas em branco de um diário, que os segredos ganham abrigo e corpo. Simone de Beauvoir (2016b), ao escrever sobre a mulher jovem, resgatou o diário como importante elemento para entender a constituição da mulher jovem, ou melhor, da pré-adolescente quando, segundo a autora, o sentido do segredo aumenta e, por consequência, o uso do diário. Nesse âmbito, os diários íntimos são uma espécie de fuga da realidade, afinal, na impossibilidade de a mulher ser um ser para si em razão da imanência ela se projeta em histórias imaginárias.

A situação da mulher predispõe-na a procurar uma salvação na literatura e na arte. Vivendo à margem do mundo masculino, não o apreende em sua figura universal e sim através de uma visão singular; ele é para ela, não um conjunto de utensílios e conceitos e sim uma fonte de sensações e emoções; ela se interessa pelas qualidades das coisas no que têm de gratuito e de secreto; adotando uma atitude de negação, de recusa, não mergulha no real: protesta contra ele com palavras; busca, através da Natureza, a imagem de sua alma, entrega-se a devaneios, quer atingir seu ser; está destinada ao fracasso; só o pode recuperar na região do imaginário (Beauvoir, 2016b, p. 528-529).

Se estivermos de acordo com Simone de Beauvoir, podemos inferir que Carolina Maria de Jesus buscou na escrita literária esta salvação, ou seja, foi na sua escrita para salvar o dia que ela encontrou elementos para continuar em sua lida cotidiana por sobrevivência. Sabemos que Carolina de Jesus foi autora de romances e peças teatrais e que o diário por sua vez possui uma certa distância da fantasia, aproximando-se da *escrevivência*, isto é, uma escrita diarística que possui um vínculo maior com a realidade. Por isso, a escrita cotidiana de alguém vivendo à margem do mundo masculino, que no limite pode ser representado pela sociedade industrial e capitalista, demonstra a inadequação de Carolina Maria de Jesus, evidenciada pelo uso de

metáforas nas quais adjetiva a cidade como um animal predador. Conforme afirma Simone de Beauvoir, é no protesto com o uso das palavras, fazendo uso do imaginário, no caso de Carolina Maria de Jesus, com a escrevivência, que é possível atingir o seu ser.

A escrita diarística não possui uma definição única, ao passo que ela tem sido objeto de discussão dentro da teoria literária. Márcio Seligmann-Silva (2022)¹² ao falar sobre a importância do testemunho no campo literário, resgata uma inquietação com o texto do teórico Phillippe Lejeune. O autor pensa a contraposição da escrita de ficção e do diário, este acredita que o diário poderia ser um meio para atingir uma escrita ficcional, algo que Márcio Seligmann-Silva (2022) nega ao afirmar que o diário produz páginas que se embaralham com a vida do autor, criando assim uma espécie de autor-protagonista. “Além disso o diário possui também uma respiração, um ritmo, que expressa e aponta para a situação anímica e corpórea de seu autor” (Seligmann-Silva, 2022, p. 188-189). O diário, nesse sentido, é parte de um evento narrado e não um atalho para a criação ficcional.

Vemos o diário como parte de um evento narrado, e não como uma observação de segunda ordem – por mais equivocada que essa percepção possa ser em alguns casos. Não se trata de uma antificção, como quer Lejeune, mas de uma inscrição da vida – e da morte, vale acrescentar, pensando em toda escrita como autotanatobiomigrafia – na qual a fantasia e a literatura não impedem que acreditemos no “real” que está na sua origem. É como se no diário se fundissem “autor”, texto e temporalidade, em uma selfie analógica (mas não sempre) que adentra outros cronotopoi (Seligmann-Silva, 2022, p. 189).

Esta contribuição de Seligmann-Silva nos ajuda a entender o diário de Carolina Maria de Jesus como esta inscrição da vida e da morte, que entrelaça vida, texto e espaço tempo. Partindo dessa perspectiva, o diário torna-se uma escrita em ruínas que se embaralha e nos encontra no presente. Por isso, o diário de Carolina Maria de Jesus continua a ser lido como mais um testemunho da vida contemporânea e essa escrita para salvar o dia pode ser entendida de maneira complexificada, afinal, Carolina Maria de Jesus, assim como tantas/os outras/os escritoras/es, escrevia um diário para ser publicado, não para ficar escondido.

3.4 Quarto de despejo

“Quarto de despejo: diário de uma favelada” pode ser entendido como parte da modernidade/colonialidade (Mignolo, 2017), isto é, como reflexo da colonialidade justamente

¹² Na obra “A virada testemunhal e decolonial do saber histórico” (2022), Márcio Seligmann-Silva, importante crítico literário, tece uma crítica à visão de outro teórico, Phillippe Lejeune, que acredita que a autoescritura é uma espécie de antificção.

como lado mais obscuro da Modernidade, em que o desenvolvimento econômico e urbanístico convive e necessita da existência da fome, da pobreza, da ausência de trabalho e da inexistência de habitação e saneamento básico. Ao passo que essa obra se configura como de fundamental importância para a literatura, assim como para as Ciências Humanas e Sociais no contexto brasileiro, pois ela nos aproxima da perspectiva daquelas/es que são denominadas/os pelas Ciências Humanas e Sociais como despossuídas/os. Essa obra, além de descrever a precariedade da vida e as condições habitacionais insalubres, também nos mostra a indignação com o abandono do poder público no que concerne à população pobre periférica e à constante sensação de inadequação.

Aí reside a importância de compreender o diário não como mero objeto passivo e inanimado, pois ele se constitui como escrita para a vida. “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, além de nos ajudar a compreender a realidade de um dado tempo por meio de relatos cotidianos com teor poético e crítico, também pode ser encarado como objeto de constante disputa. Conforme é possível observar nas ditas correções gramaticais sofridas ao longo dos anos, durante o processo de edição e publicação do diário. Ao levar em conta esses aspectos, o diário de Carolina de Jesus se constitui por meio de um olhar interessado em analisar os reflexos de uma dita modernidade e urbanidade no cotidiano de uma mulher negra, marcado pela forma de organização social de um país de bases coloniais que estruturaram sua lugaridade.

Carolina Maria de Jesus cursou apenas os primeiros anos do ensino básico, de modo que os erros gramaticais presentes no diário estão inscritos como parte de uma gramática do cotidiano, como defende a escritora Conceição Evaristo (2021, p.14). Mas também é importante frisar que na sua escrita pode haver elementos da organização linguística que a intelectual brasileira Lélia Gonzalez denominou de pretuguês, termo o qual explica que determinadas palavras, aparentemente consideradas erradas na norma culta da língua portuguesa, trazem em sua raiz a influência de línguas africanas em que, por exemplo, a letra L não existe.

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse R no lugar do L nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o L inexistente. Afinal, quem é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa “você” em “cê”, o está em “tá” e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês (Gonzalez, 2020, p. 90).

O diário de Carolina Maria de Jesus possibilita uma perspectiva de baixo, da escrita feita no Sul global, pelo ponto de vista de uma mulher negra, mãe, favelada, escritora, a qual vivenciou a situação de ser despejada inúmeras vezes. Em outras palavras, a escrita de Carolina

Maria de Jesus nos situa de maneira a compreender a não separação da modernidade/colonialidade, isto significa, que:

a “modernidade” é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a “colonialidade”. A colonialidade, em outras palavras, é constitutiva da modernidade – não há modernidade sem colonialidade (Mignolo, 2017, p. 2).

De modo que, a situação de despejada de Carolina Maria de Jesus se constitui a partir dessa não separação, em outras palavras, a desigualdade social é fruto dessa relação entre modernidade e colonialidade. Se direcionarmos nossa atenção para a lei 601 de 18 de setembro de 1850, que configurou a forma como a terra passou a ser uma mercadoria, este *status* de mercadoria no contexto brasileiro impactou o acesso à terra e levou às más condições de habitação de uma parcela significativa da população de ex-escravizados, que não possuíam recursos para adquiri-las. Nesse sentido, voltar a atenção para uma lei que data do século XIX se faz necessário, para que possamos estabelecê-la como um marco histórico que auxiliará na compreensão dos indícios da inserção de Modernidade empreendida sobre o solo fértil da colonialidade. Emília Viotti da Costa, historiadora brasileira, na obra “Da monarquia à República” (Costa, 1999), diz como o processo de administração da terra acontecia no Brasil colônia e, posteriormente, como passou a ser administrado na república:

Na primeira fase, a propriedade da terra conferia prestígio social, pois implicava o reconhecimento pela Coroa dos méritos do beneficiário. Na segunda fase, a propriedade da terra representa prestígio social porque implica poder econômico. No primeiro caso, o poder econômico derivava do prestígio social; no segundo, o prestígio social deriva do poder econômico. O processo de transição de uma concepção tradicional da terra para uma concepção moderna teve início no século XVI, sob o impacto da revolução comercial, e continuou por todo o século XIX. Após a Independência, esse processo se acelerou, principalmente em virtude das modificações que ocorreram nas estruturas econômicas e sociais em resposta à expansão do mercado internacional. A extensão e a velocidade dessa transição dependeram do grau em que a sociedade foi permeada pelos valores capitalistas (Costa, 1999, p. 174-175).

A partir do pensamento da historiadora, podemos inferir que a lei de terras de 1850 foi um divisor de águas entre a concessão de terras realizada pela coroa até então, quando era exigida a comprovação de recursos para a construção de fortificações e a implementação de engenhos. Bem como em relação à venda da terra no contexto da transição para a república e das profundas transformações econômicas ocorridas no século XIX, com o advento das

mudanças capitalistas. Este episódio da história do Brasil é importante para que possamos compreender sua influência na precarização das condições habitacionais que os ex-escravizados vivenciariam futuramente. É possível observar essa influência na história de vida de Carolina Maria de Jesus, mesmo tendo nascido em Sacramento, uma cidade no interior de Minas Gerais considerada em “desenvolvimento” devido ao cultivo do café e à presença de infraestrutura para a mobilidade feita pelos bondes, como demonstra o documento para o tombamento da estação de bondes, de 2018. Todo esse desenvolvimento não possibilitou a Carolina Maria de Jesus, filha de meeiros e ex-escravizados, encontrar trabalho e permanência em Sacramento.

Ao rememorar as palavras enunciadas, ainda no período da abolição, pelo político e intelectual brasileiro abolicionista Joaquim Nabuco sobre a obra da escravidão, Sueli Carneiro, filósofa brasileira, faz entender na obra “Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil” (Carneiro, 2011) o porquê da pobreza ter cor: “É de Joaquim Nabuco a compreensão de que a escravidão marcaria por longo tempo a sociedade brasileira porque não seria seguida de medidas sociais que beneficiassem política, econômica e socialmente aos recém-libertados” (Carneiro, 2011, p. 15). Assim, as consequências da negação ao enfrentamento dos problemas gerados pela escravidão estavam anunciadas, de modo que a realidade descrita por Carolina de Jesus reforça aquilo que os índices apresentam historicamente sobre as condições sociais da população negra.

Segundo Lélia Gonzalez, em “Por um Feminismo Afro-latino Americano” (Gonzalez, 2020), o censo de 1950 fornece indicadores que informam a situação das mulheres negras, e estes dados estão muito próximos da história de vida de Carolina Maria de Jesus. A escolaridade das entrevistadas era baixa, não chegava ao 2º ano primário; em relação aos postos de trabalho por elas ocupados, 10% estavam na agricultura e indústria têxtil e 90% concentravam-se na área de prestação de serviços pessoais. Estes dados nos ajudam a entender a realidade vivida pela autora que, dentre tantos fatores de cunho racista, foi obrigada a deixar o estado de Minas Gerais. O deslocamento de Carolina Maria de Jesus pelo interior paulista e posteriormente sua chegada à cidade de São Paulo, percebida como o lugar de desenvolvimento e das oportunidades, nos leva às consequências de uma modernização e urbanização feitas a partir das premissas coloniais de negação ao acesso à terra e sua transformação em mercadoria, assim como, a negação de políticas sociais e do trabalho assalariado aos ex-escravizados.

Por essa perspectiva, o que a história de vida de Carolina Maria de Jesus evidencia é esse processo de negação da humanidade e de condições para a construção de um lugar/lar. De modo que, por meio da obra de uma mulher negra, a qual, por um longo período, esteve na condição de catadora e despejada, podemos pensar a respeito dos processos de implementação de uma Modernidade, que não pode ser separada da colonialidade, os quais aparecem nos

relatos de quem se encontra à margem e precisa recolher o lixo produzido pela urbe para sobreviver. Nesse sentido, é oportuno lembrar de maneira breve alguns pilares nos quais as Ciências Humanas e Sociais brasileiras buscaram sustentação para pensar a Modernidade em âmbito nacional, sobretudo a partir da década de 1930. Pois, costumeiramente nos debruçamos sobre a problemática da Modernidade partindo de aportes teóricos que, de uma maneira geral, fazem parte da formação do pensamento brasileiro, os quais servem ou serviram de guia para pensar o país, ao passo que a literatura brasileira também utiliza estes aportes como guia para a compreensão do contexto social em que as obras foram produzidas. Dentre os autores os quais o campo de estudos literários busca como referência estão, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., entre outros.

Analisar a problemática da Modernidade no contexto brasileiro suscita a questão: afinal, somos mesmo modernos e urbanos? A literatura sociológica, geográfica, histórica e econômica nos fornece uma série de elementos para pensarmos como esses processos sociais tomaram forma em solo brasileiro. Uma das perspectivas históricas e econômicas conhecidas é aquela que parte de uma matriz de explicação materialista, como a lei de *Desenvolvimento Desigual* pensada por Lenin e a de *Desenvolvimento Desigual e Combinado* elaborada por Trotsky (Demier, 2007).

Estes dois pensamentos influenciaram a inteligência brasileira na compreensão dos processos econômicos e da constituição da Modernidade brasileira e partem da premissa de que nações que se caracterizavam como colônias ou semicolônias teriam uma historicidade própria, pois estas estariam atrasadas para o desenvolvimento do capitalismo industrial. Tal concepção totalizante deriva da ideia de um sistema capitalista mundial, algo que marca de maneira explícita o pensamento sociológico brasileiro, sendo a ideia de revolução burguesa vista como mais uma etapa para a instauração de um processo de constante busca por desenvolvimento e modernização.

Uma leitura frequente sobre a Modernidade brasileira é aquela feita por meio de uma concepção weberiana, realizada pelo cientista social Sérgio Buarque de Holanda, na clássica obra “Raízes do Brasil” (Holanda, 1995), a qual apresenta a discussão referente à herança ibérica presente nos costumes, instituições e no modo de organização social. Esta herança proveniente de países que possuíam uma nobreza a qual, nas palavras do autor, não era tão gloriosa assim, por não estar alinhada aos processos industriais europeus, deixou marcas e características peculiares ao contexto brasileiro. Isto é, o autor parte de uma visão socioeconômica desenvolvimentista.

Outro autor que se dedicou a compreender o Brasil foi Darcy Ribeiro (1995), que também realizou uma crítica à relação da empresa colonial e à obsessão da intelectualidade nacional por um projeto exógeno de desenvolvimento. O autor apontava uma perspectiva diferente ao se dedicar à pluralidade cultural da população brasileira fazendo referência às questões ambientais, indígenas e afro-brasileiras, afirmando que todo e qualquer projeto deveria ter como base a cultura local. Nesse sentido, podemos elencar uma série de autores/as que contribuíram com abordagens para pensarmos a dita Modernidade brasileira, a qual também se caracteriza, em última instância, pela ideia de formação de uma identidade nacional.

Já o entendimento proposto pelo sociólogo Raymundo Faoro (2021), na obra “Os donos do poder” publicado originalmente em 1958, parte da concepção de patriarcalismo ao salientar que esta característica atávica, assentada em valores conservadores e a intensa promiscuidade entre o público e o privado, característicos da sociedade brasileira, são fatores que impedem o desenvolvimento de uma sociedade moderna e liberal. É importante enfatizar que o sociólogo não parte de uma abordagem weberiana para pensar o patriarcalismo, como fez Sérgio Buarque de Holanda. Raymundo Faoro defende a ideia de um patriarcalismo híbrido relativo às peculiaridades de cada território, ao mesmo tempo em que se caracteriza pelo poder da coroa portuguesa presente nas terras que eram concedidas a quem correspondesse aos anseios da monarquia.

Esse pensamento irá influenciar a elaboração crítica sobre o Brasil contemporâneo, na produção do sociólogo Jessé de Souza, com a obra “A elite do atraso” (Souza, 2017), quando realiza uma crítica destinada às Ciências Sociais e à persistência de um certo pensamento de viés culturalista que alimenta o racismo científico e o não enfrentamento do problema da escravidão. Segundo o autor, esse campo das Ciências Humanas tem negado um aspecto que é a pedra fundamental dos problemas sociais e econômicos brasileiros, a escravidão e seus desdobramentos na produção de desigualdades.

Minha tese, no entanto, não é apenas a de que as ciências sociais no mundo todo ainda estão sob o domínio total – na área da produção científica dominante – ou sob domínio parcial – na área da produção científica crítica – do paradigma da teoria da modernização. Minha segunda tese, nesse contexto, é a de que o paradigma culturalista é, na verdade, uma falsa ruptura com o racismo científico “racial”. E minha terceira tese é a de que as ciências sociais dominantes no Brasil repetem esse mesmo esquema e esse mesmo falso rompimento com o “racismo científico” da cor da pele. Ou seja, caro leitor, em resumo, ainda estamos tratando as doenças nas ciências sociais brasileiras como se essas fossem produto de fluidos misteriosos no corpo e não causadas pela ação de microrganismos (Souza, 2017, p. 15).

De acordo com o sociólogo, a falta de enfrentamento do problema racial nas Ciências Sociais reproduz um racismo científico. Ao usar elementos culturais para justificar a hierarquia de desenvolvimento dos países, o que permanece é uma estrutura epistemológica que não provoca modificações, nem enfrenta o problema racial e das desigualdades. Portanto, na visão do autor, quando as Ciências Sociais partem de aportes teóricos assentados no culturalismo, que defende a existência de um estoque cultural o qual justifica o nível de desenvolvimento de um país, ainda se está fazendo Ciências Sociais pelo viés do racismo científico.

No campo da historiografia brasileira, Lilia Schwarcz, na obra “Sobre o autoritarismo brasileiro” (Schwarcz, 2019), nos leva à reflexão sobre o surgimento do denominado mito da democracia racial, ainda presente nos argumentos comuns que fundamentam uma frequente negação do racismo na sociedade brasileira. Para a autora, um dos pioneiros no combate a esta ideia de democracia racial defendida pelos intelectuais Nina Rodrigues, Sílvio Romero e Gilberto Freyre, foi o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes. Ainda de acordo com Schwarcz, a obra “Casa grande e senzala” de Gilberto Freyre (2006) foi utilizada com o objetivo de comprovar o convívio harmonioso entre as raças no Brasil, fazendo persistir a ausência de enfrentamento do problema da escravidão e do extermínio indígena. O autor inclusive ganhou notoriedade pela UNESCO no contexto do fim da Segunda Guerra.

Mas, anteriormente à produção de Freyre, um concurso foi aberto em 1846 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que propôs aos intelectuais um manual sobre como escrever a História do Brasil. O texto vitorioso foi o do naturalista alemão Carl Von Martius, que partiu da perspectiva europeia e utilizou uma metáfora fluvial como um elemento harmônico, na qual o rio e seus afluentes representariam as raças existentes no Brasil. O problema da escravidão e do extermínio indígena não era uma preocupação em sua elaboração da chamada História do Brasil, de modo que, seja nas Ciências Sociais ou na História, o enfrentamento da colonialidade até meados do século XX passou ao largo das discussões em torno das problemáticas sociais e da produção da história nacional.

A partir desse breve panorama em torno da formação de um suposto Estado moderno brasileiro, voltamos nosso olhar para a obra de Carolina Maria de Jesus e a sua relação com a modernidade/colonialidade, considerando este par como uma chave explicativa para os eventos cotidianos descritos pela autora. Ao usar estas formulações epistemológicas decoloniais, que contam com a contribuição dos/as intelectuais sul-americanos/as Walter Mignolo, María Lugones, Aníbal Quijano, entre outros/as, que realizam este esforço interpretativo do processo de colonização.

Partindo de uma crítica feita, a princípio, por Aníbal Quijano à concepção de colonialismo no contexto do *apartheid* na África do Sul para formular o conceito de colonialidade do poder, ao expor como base para a efetivação do projeto moderno ocidental a discriminação racial proveniente da relação entre colonizadores e colonizados (Quijano, 2005), Walter D. Mignolo propôs uma indissociabilidade entre Modernidade e colonialidade. Para Mignolo este par poderia ser representado como um monstro que uniria estes dois aspectos, formando “a imagem hegemônica sustentada na colonialidade do poder que torna difícil pensar que não pode haver Modernidade sem colonialidade; que a colonialidade é constitutiva da modernidade, e não derivativa” (Mignolo, 2017, p. 33). Esta afirmação do autor contribui para pensarmos a organização das sociedades colonizadas e as consequências da atuação do chamado monstro colonial que chegou em caravelas e passou a caminhar pelas terras abaixo da Linha do Equador, roubando, exterminando e violentando aqueles e aquelas que já estavam aqui, fazendo cativos/as e estabelecendo à força outras formas de viver, andar e habitar, representando as marcas da violência colonial que persistem até hoje.

Por meio dessa concepção defendida pelo pensamento decolonial, podemos encontrar na obra de Carolina Maria de Jesus os rastros deixados pelo monstro colonial que, ao escravizar, expropriar e explorar, construiu um legado de morte, pobreza, desigualdade social, fome e racismo. O exercício, portanto, é distanciar-se de uma explicação pautada nas frequentes formulações das Ciências Humanas e Sociais que tanto Darcy Ribeiro como Jessé de Souza criticaram, pelo fato de buscarem experiências exógenas inebriadas pelas referências europeias para explicar as etapas da modernização brasileira, que fechavam os olhos para o problema colonial. Dessa maneira, buscamos ver como Carolina Maria de Jesus em seu diário descreve como é viver no contexto da colonialidade/modernidade. Além disso, podemos somar a estas formulações do pensamento decolonial do sul global, a produção intelectual negra brasileira de Lélia Gonzalez, Clóvis Moura e Abdias Nascimento.

Em “Quarto de despejo”, a autora retrata a precariedade da vida no maior centro urbano da América do Sul, nas décadas de 1950 e 1960, que se contrapunha ao ideal industrial e desenvolvimentista. No imaginário de Carolina de Jesus, o grande centro industrial em tese deveria oferecer oportunidades, emprego e ascensão social. A própria autora relata que, ao ver as pessoas voltando para Minas Gerais de São Paulo bem-vestidas, esperava que ao chegar à metrópole teria a vida mudada e poderia, assim como seus conhecidos, usar tecidos finos. Mas o que São Paulo proporcionou à Carolina Maria de Jesus foram trabalhos precários e a situação de catadora e despejada.

Como a socióloga argentina María Lugones adverte, “a estrutura das disputas pelo controle da força de trabalho é descontínua: nem todas as relações de trabalho no capitalismo eurocêntrico e global se encaixam no modelo de relação capital/salário, ainda que este seja o modelo hegemônico” (Lugones, 2020, p. 58), na modernidade/colonialidade a exclusividade do trabalho assalariado destina-se aos brancos. Podemos exemplificar esta estrutura com o incentivo à imigração europeia que ocorreu no Brasil, para a ocupação de postos de trabalho no projeto de branqueamento da população, como afirma o intelectual, artista e político Abdias Nascimento na obra “O genocídio do negro brasileiro”:

Arthur Neiva louvava a orientação imigratória, afirmando que “Daqui a um século a nação será branca”. Enquanto isso, João Batista de Lacerda, único delegado latino-americano no Primeiro Congresso Universal de Raças, realizado em Londres em 1911, previa que até o ano 2012, o Brasil estaria livre do negro e de seu mestiço: “Em virtude desse processo de redução étnica, é lógico esperar que no curso de mais um século os *métis* tenham desaparecido do Brasil” (Nascimento, 2016, p. 87).

Como demonstra Abdias Nascimento, o cálculo para o extermínio da população negra era um projeto abertamente defendido em âmbito nacional. Nesse sentido, a ausência dessa população nos postos de trabalho assalariados deve ser entendida como reflexo de um pensamento genocida, o qual contava com a morte para se efetivar. Clóvis Moura, na obra “Sociologia do negro brasileiro” (Moura, 2019), enfatiza com mais acuidade como o processo de branqueamento caminhou ao lado da dita modernização brasileira, “negro representava a animalidade, o atraso, o passado, enquanto o branco (europeu) era o símbolo do trabalho ordenado, pacífico e progressista” (Moura, 2019, p. 109).

Esse projeto de modernização do Brasil, como pode ser percebido a partir da leitura desses autores, estava intimamente comprometido com o descarte do que era denominado carga passiva, exótica, incapaz e perigosa: a população negra. Na visão corrente, esta parcela da população era incapaz de se adequar à nova etapa de desenvolvimento do país. Enquanto o trabalhador branco, cristão, europeu, além de possuir conhecimento sobre o mundo do trabalho assalariado dentro de um modelo capitalista já estruturado, incorporaria os valores da cultura ocidental em solo brasileiro.

Quando Carolina Maria de Jesus relata as condições subumanas da vida na favela em seu diário, demonstra as reverberações em sua epiderme desse projeto de modernização e industrialização, com base no genocídio e no descarte da população negra, característico da modernidade/colonialidade. Fato que também é possível observar em uma referência à cidade e sua monstruosidade moderna, conforme afirma a autora, “a cidade é um morcego que chupa

nosso sangue” (Jesus, 2007, p. 183). A metáfora da cidade como morcego nos traz a reflexão do processo de expropriação sofrido pelos/as despossuídos/as. São Paulo, a cidade do sul global, a qual a autora retrata a partir da perspectiva da fome, seja física ou existencial, nos seus mais diversos espectros. Na convivência com a alta concentração de renda por um número ínfimo da população, onde empreendimentos imobiliários se erguiam sobre o chão alcançando altitudes cada vez maiores e ocupando quarteirões, enquanto famílias construíam com madeira quartos de despejo às margens de algum afluente hídrico que se transformava rapidamente em esgoto. Isto é, a metáfora do morcego se associa com a ideia de sucção do sentido da vida.

Apesar da mítica em torno deste mamífero estar relacionada à sucção do sangue de animais e humanos, a literatura biológica, contudo, nos adverte afirmando que esta informação é inconsistente, haja vista que existe uma profusão de espécies de quirópteros (nome científico dos morcegos) e que a maioria são insetívoras e frugívoras, ou seja, não se alimentam necessariamente de sangue. Mesmo assim, a metáfora da cidade como morcego guarda o sentido da sucção das forças vitais, perspectiva importante para que possamos compreender como o projeto de modernidade/colonialidade atua efetivamente também em níveis subjetivos.

Em outro momento na obra “Quarto de despejo”, quando Carolina de Jesus ao conversar com outro catador de papel o questiona do porquê ele não guarda algum dinheiro, o jovem responde de maneira lúcida como quem leu os teóricos da sociologia nacional e sabe o que o projeto de modernidade no contexto brasileiro reserva para os/as despossuídos/as.

– A senhora me faz rir! Já foi o tempo que a gente podia guardar dinheiro. Eu sou infeliz. Com a vida que levo não posso ter aspiração. Não posso ter um lar, por que um lar inicia com dois, depois vai multiplicando.
 Ele olhou-me e disse-me:
 – Porque falamos disso? O nosso mundo é a margem. Sabe onde estou dormindo? Debaixo das pontes. Eu estou doido. Eu quero morrer!
 – Quantos anos você tem?
 – 24. Mas já enjoiei da vida.
 Segui pensando: quem escreve gosta de coisas bonitas. Eu só encontro tristezas e lamentos (Jesus, 2007, p. 185).

Esta conversa nos revela a ausência de sentido que a sociedade de base moderna/urbana/colonialista impõe a quem foi propositalmente deixado às margens desse projeto de nação. A ausência de aspiração na vida e o ímpeto suicida são elementos importantes para serem considerados como reflexo do projeto de extermínio e negação da existência da população negra e indígena. Quando Carolina Maria de Jesus lança mão de outra metáfora ao dividir a cidade em cômodos, como se fosse uma casa, parte do modelo de habitação moderno para fazer uma crítica demonstrando que a favela poderia ser considerada o quintal onde se joga

o lixo; já os bairros com casas de alvenaria e equipamentos urbanos seriam a sala de visita. Essa relação metafórica que a escritora faz tem por objetivo demonstrar como o processo de segregação social é explicitamente estabelecido na cidade moderna, mas também colonial.

Desse modo, buscamos construir uma reflexão em torno da abordagem filosófica decolonial e o pensamento de intelectuais negros, com a finalidade de demonstrar aspectos do diário de Carolina Maria de Jesus enquanto forma de evidenciar os processos inerentes à modernidade/colonialidade e suas investidas na vida de mulheres e homens pretas/os, ou ainda daqueles/as considerados/as despossuídos/as. Assim, a leitura da obra de Carolina de Jesus pode auxiliar na elaboração de uma crítica à permanência de uma certa forma de pensar a Modernidade brasileira que desconsidera fatores estruturais de nossa sociedade, como o racismo. Por isso, se faz necessário observar como a discussão sobre a dimensão do lugar/lar, casa e espaço doméstico em Carolina Maria de Jesus é diferente daquela encontrada em Virginia Woolf.

CAPÍTULO 4 – A LITERATURA COMO LUGAR

Por fim, propomos desde a fabulação que Carolina Maria de Jesus e Virginia Woolf podem ser qualificadas como domésticas da escrita. Mas, afinal, por que pensar as duas autoras como domésticas da escrita? Na tentativa de responder esta questão, primeiro é preciso retornar à genealogia da palavra “doméstica”, a qual carrega consigo uma profusão de significados e todos, de algum modo, estão relacionados à ideia de casa, mas não só. Mesmo a ideia de casa também pode ser pensada de maneira complexa. Por isso, designar Carolina Maria de Jesus e Virginia Woolf como domésticas da escrita visa instabilizar essa ideia da casa como o lugar do domesticado, conforme demonstraremos a seguir.

4.1 Domésticas da escrita

Até o momento, o âmbito doméstico foi apresentado e discutido com o intuito de demonstrar como este é uma construção histórica e, por sua vez, é caracterizado pelas escolhas da sociedade ocidental marcada pela lógica patriarcal. Com isso, as funções do cuidado no espaço doméstico recaem sobre os ombros de um gênero específico, como evidenciaram os dados apresentados. Assim como pela contribuição de Rago (1987), quando tratou do processo de domesticação da mulher e de construção da ideia de casa enquanto o *locus* do conforto e segurança, sendo parte de um projeto criado progressivamente ao longo da história nas diferentes porções do ocidente, com o objetivo de docilizar os corpos das mulheres, inclusive o das não racializadas.

Dentro do sistema de diferenças de gênero construído, o qual visa impor o doméstico às mulheres, há um sistema de oposição universal, conforme apresentado pelo sociólogo Pierre Bourdieu na obra “A dominação masculina” (Bourdieu, 2019), em que o mundo social é construído por meio de uma realidade sexuada.

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: e a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; e a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada as mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; e a estrutura

do tempo, a jornada, ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos (Bourdieu, 2019, p. 18).

Assim, podemos afirmar que o que o patriarcado fez foi construir uma lógica de superioridade e neutralidade para se legitimar, conforme o exposto por Bourdieu (2019), relacionando a mulher à natureza e à casa. Diante dessa problemática, é possível concluir que o espaço doméstico sofre de um certo desprezo histórico ao ser constantemente associado à inferioridade feminina, fato que faz parecer que não há nada de positivo nele. Entretanto, quando se evidencia a aparente superioridade e neutralidade masculina, abre-se precedentes para contestar a lógica de domesticação das mulheres como algo imposto e naturalizado, em um movimento de ruptura com o intuito de conceber uma doméstica não domesticada. Como no caso de Virginia Woolf e Carolina Maria de Jesus, as quais tinham consciência dos artifícios sociais da primazia masculina e, apesar de todos os obstáculos, de alguma forma conseguiram transformar o espaço doméstico por meio de um exercício de imaginação diária promovido pela escrita.

Nesse sentido, a teórica da performance Giulia Palladini, no texto “On coexisting, mending and imagining: notes on the domestics of performance” (Palladini, 2019), em um esforço teórico, buscou instabilizar a ideia do doméstico como algo apenas marcado pela opressão. A autora parte da experiência de presenciar a rejeição, no ano de 2018, por parte da população mexicana, sobretudo aquela que utilizava a rede social *Twitter*, à candidatura de uma mulher indígena à presidência da república no México, Maria de Jesus Patrício Martinez ou “Marichuy” como é conhecida.

Os/as usuários/as do *Twitter* a ridicularizavam, pois partiam de uma visão racista, misógina e classista, afirmando que Marichuy tinha aparência de uma empregada doméstica e, por isso, era inapta para ocupar o cargo presidencial. Este público acreditava que Marichuy não possuía instrução suficiente para ocupar a posição máxima de poder na sociedade mexicana, mesmo ela não sendo empregada doméstica e tendo experiência na militância política em seu país, inclusive, recebendo o apoio do Exército Zapatista pela Liberação Nacional (EZLN). O racismo, a misoginia e o classismo que cegavam a visão desses/as usuários/as do *Twitter*, associavam de forma negativa a percepção de que Marichuy possuía a aparência de uma significativa parcela das mulheres mexicanas, conforme era reforçado durante sua campanha onde um grupo de mulheres que a acompanhava dizia: “somos todas Marichuy”.

Essa experiência de rejeição racista à candidatura de uma mulher indígena, associada ao estereótipo de empregada doméstica instigou a teórica italiana a conceber outra visão sobre

o doméstico. Marichuy nunca aparecia em seus pronunciamentos sozinha, ela sempre estava acompanhada de outras mulheres indígenas, tal fato provocou a reflexão sobre o fazer junto, a busca por constituir um doméstico não domesticado e pela negação da domesticação, em uma espécie de ressignificação. Ao conceber uma visão sobre o doméstico como algo radical, ou ainda, propor a existência de uma doméstica selvagem. A partir disso, Palladini expõe a importância da criação de um imaginário doméstico diferente, não necessariamente preso ao ideário de família, opressão e propriedade, mas sem esquecer do seu fardo histórico (Palladini, 2019).

Esse doméstico ressignificado e visto como algo radical pela autora, é fruto da leitura do texto do sociólogo e crítico literário Roland Barthes, que buscou analisar os gestos criadores presentes nas obras dos escritores Sade, Fourier e Loyola. Foi a partir de Fourier, o qual relacionou o doméstico ao campo do desejo e a política ao campo da necessidade, que contribuiu para Palladini pensar a formulação do doméstico como um gesto de desejo relativo ao fazer em comunidade, ou ainda, a um constante fazer e não um ato político em um evento isolado.

Segundo a autora, trata-se de uma imanência radical da produção social. De modo que, essa ideia do doméstico como gesto¹³ promove o descolamento da concepção de casa apenas no âmbito privado, possibilitando pensá-la no espaço público. Assim como fez a candidata à presidência Marichuy, que, mesmo não ganhando as eleições, mostrou a doméstica como um gesto que traz a capacidade de aprendizado e de solidariedade, o qual viabiliza delinear mudanças na realidade e questionar fronteiras entre as esferas pública e privada; algo que acontece cotidianamente em movimentos de solidariedade entre mulheres.

Nesse mesmo sentido, Palladini trabalha com a ideia de casa como algo que não é dado, afinal, é preciso considerar o contexto de constante crise do sistema capitalista – globalização, mobilidade, migrações, aprofundamento das crises climática, imobiliária e ambiental. Ao passo que, a instabilidade da noção de casa nos permite pensar, juntamente com bell hooks (2022), a ideia da tarefa de fazer um lar como algo que acontece de maneira constante. Por essa perspectiva, a ideia de construção da casa fora do âmbito privado, em direção à concepção de um doméstico não domesticado, promove um encontro entre o pensamento de Palladini (2019) e bell hooks (2022) enquanto maneiras de nos ajudar a compreender como ressignificar a casa e o doméstico a partir das obras de Virginia Woolf e

¹³ É importante frisar que os gestos são um elemento importante na escrita de Palladini, pois ela é uma estudiosa do campo da performance, e nesse texto ela faz uma reflexão sobre a Performance no contexto neoliberal.

Carolina Maria de Jesus, o que não se trata de negar a casa, mas de concebê-la de maneira aberta.

Dessa forma, Palladini nos permite pensar como essa ideia do ato político pode ser substituída pelo doméstico. Assim, o fazer cotidiano, o gesto doméstico como desejo podem ser encontrados na produção literária de Virginia Woolf e Carolina Maria de Jesus. Estas são, por assim dizer, domésticas da escrita, pois elas construíram no dia a dia suas casas literárias, mesmo em meio aos bombardeios e despejos, se mantiveram firmes na escrita doméstica constante. Por esse viés, podemos encontrar o fardo do doméstico em suas obras como buscamos demonstrar por meio das conversas fabuladas, mas também é preciso reconhecer em seu fazer literário a emergência de domésticas não domesticadas.

4.2 A escrita como lugar possível

Já que ninguém lhes pediu que escrevessem, muitas mulheres, através dos séculos, incubaram o sintoma canalizando-o nas conversas ou nas tarefas domésticas. O sintoma, contudo, foi habitar nos filhos e assim nasceram obras assinadas por homens, mas coescritas por mulheres" (Kamenzain, 2015, p. 18-19).

Esta dissertação foi escrita em parte no contexto da pandemia de COVID-19, em que as restrições ao espaço público levaram a população a voltar sua atenção ao espaço doméstico. A casa passou a ser compreendida como lugar de segurança e controle à propagação de um vírus letal. Foi um contexto de profunda insegurança e ansiedade social. Aquelas/es que puderam permanecer em casa tiveram seu espaço de intimidade invadido por janelas *online*.

Com a iminência do contágio, entre os anos de 2020 e 2022, era reforçado pela mídia televisiva o *status* da casa como lugar de segurança e pertencimento, por meio dos motes “fique em casa” ou “se puder, fique em casa”. Ao verificar o aparecimento deste assunto *online* no portal de busca Google, especificamente no Google Trends, a #fiqueemcasa aparece com mais proeminência entre 14 de março de 2021 e 6 de junho do mesmo ano. O que demonstra uma procura expressiva de pessoas por informações e recomendações sobre a COVID-19 e protocolos de segurança. O risco de ser contaminada e de contaminar outras pessoas estava posto, algo que nos faz lembrar a ideia de sociedade de risco pensada pelo sociólogo alemão Ulrich Beck (2011) quando, ao tratar da concepção de segurança e destruição, evidenciou seu caráter global e local em problemas como os impactos socioambientais.

Mas, ao longo da pandemia, essa lógica da casa como o lugar de segurança e pertencimento foi paulatinamente desestabilizada. A população LGBTQIAP+ passou a apontar

um alto índice de violência no âmbito doméstico, conforme demonstra o artigo “A população LGBTI+ brasileira e a pandemia de COVID 19: alguns apontamentos sobre isolamento social, saúde e direitos humanos” (Azevedo; Silva, 2021). Nesse artigo, as pesquisadoras discorrem sobre o impacto do isolamento para este segmento social, que possui suas redes de apoio fora do âmbito doméstico nuclear. No mesmo sentido, a desigualdade de gênero e a violência doméstica apresentaram um significativo aumento. É o que mostra o artigo “Violência de gênero e pandemia” (Campos; Castilho; Machado, 2022), no qual as autoras evidenciam o elevado índice deste problema social já nos primeiros meses de pandemia.

Os problemas que estavam circunscritos ao ambiente doméstico nesse período transbordaram para a esfera pública, com isso, o slogan “o pessoal é político”, criado pelo movimento estudantil e feminista dos anos 1960, voltou a ecoar. O âmbito doméstico novamente estava na ordem do dia, novos dados surgiam evidenciando como as relações de violência oriundas de uma lógica patriarcal de dominação de um gênero sobre o outro, conforme demonstra Bourdieu (2019), estão ativas e trabalhando para tornar o espaço doméstico domesticado. Ou seja, este contexto político, econômico e social cotidianamente colocava a casa como foco de atenção, ao passo que as referências para pensar tal problemática passaram a ser evocadas nos mais diversos campos do conhecimento, dentre eles a literatura. Nesse contexto, obras como “Um teto todo seu” e “Quarto de despejo” ganharam novos sentidos.

Assim, ao longo dessa dissertação, as problemáticas da casa, do lugar/lar e do espaço doméstico foram pensadas por meio das experiências literárias de Carolina Maria de Jesus e Virginia Woolf. Foi com elas que fabulamos um encontro improvável que só pode acontecer no plano imaginativo e que, dessa forma, buscamos saber como tornar o espaço doméstico não domesticado. Nas fabulações somos convidadas/os a caminhar com as autoras, imaginá-las transitando pela cidade de São Paulo contemporânea à Carolina Maria de Jesus. A escolha desse encontro se dar em movimento vem do fato de ambas as autoras terem a prática de caminhar em suas respectivas cidades, São Paulo e Londres.

Enquanto uma procurava se perder na multidão em busca de liberdade e referências para sua escrita, a outra catava materiais recicláveis para sobreviver, mas também catava histórias, como afirma Dalcastagnè (2015). O percurso imaginado saiu da favela do Canindé, perpassou o centro velho de São Paulo e se perdeu em meio às brumas do Rio Tamandateí. A conversa entre as duas autoras tinha como mote a escrita: onde você escreve? Em que condições? Como se dá o acesso às editoras? Um turno de conversa possível de imaginar entre duas autoras, mas as situacionalidades de cada uma nos remeteram ora à condição das mulheres inglesas em uma sociedade conservadora com valores vitorianos, marcada pela destruição bélica das duas

Guerras Mundiais; ora à situação das mulheres negras no Sul global, marcada pela obra da escravidão, pelo racismo, misoginia, desigualdade social e segregação socioespacial.

No entanto, durante a conversa fabulada também é possível perceber a emergência de uma doméstica não domesticada, ao trazer a referência da morte do anjo do lar. Algo que possibilitou a muitas mulheres conceberem o espaço doméstico por outras vias. O fato de Virginia ter transformado sua casa em uma pequena editora ou de Carolina ter permanecido escrevendo, mesmo vivendo em uma favela com poucos recursos, persistindo na escrita durante o intervalo do fervilhar das panelas ou do cuidado com os filhos, demonstra como ambas fugiram, ao seu modo, à lógica do espaço doméstico hegemônico.

A fabulação proposta nesta dissertação é uma aposta metodológica, que se deu a partir da leitura de algumas autoras feministas, que possuem perspectivas diversas e, de maneiras diferentes, contribuíram para pensar o encontro impossível e improvável de Virginia Woolf e Carolina Maria de Jesus. O que levou à criação de uma história que têm como referência as obras supracitadas das autoras. Afinal, segundo a perspectiva da fabulação especulativa feminista, a imaginação também é uma maneira de ver e de criar mundos. Foi por meio dessa premissa que se tornou possível pensar variadas maneiras de ressignificar o espaço doméstico e buscar reabilitar o seu caráter selvagem. As autoras que instigaram esta fabulação são: Marleen S. Baar, com a sua proposição de substituição da ficção pela fabulação, quando esta for escrita por mulheres; Donna Haraway, com a não separação entre escrita científica e ficção, tendo como objetivo imaginar e cocriar um futuro possível; Saidiya Hartman, com a fabulação crítica, que aposta em uma contra história da escravidão, ou seja, a prática de tencionar os limites dos arquivos históricos.

Donna Haraway tem semeado a prática da fabulação especulativa científica desde os anos 1980 e, com isso, provoca a inquietação de cientistas que, sedimentados na lógica da ciência moderna, ainda buscam separar as palavras das coisas. Mas a autora segue apostando na fabulação e na corporificação da ciência para evidenciar de que forma promove a não separação entre ciência e literatura, especificamente no texto “Semear mundos: uma bolsa de sementes para terraformar com alteridades terrestres” (Haraway, 2023). A partir da leitura do texto “A teoria da bolsa da ficção”, da escritora Ursula K. Le Guin, Donna Haraway modifica sua forma de pensar a narrativa da evolução feminina.

Ursula Le Guin, uma estudante esmerada dos dragões, ensinou-me a teoria da bolsa de ficção e da história naturalcultural. Suas teorias e estórias são bolsas espaçosas para coletar, carregar e contar o estofado do viver. “Uma folha uma cabaça uma concha uma rede uma bolsa um sling uma sacola uma cesta uma

garrafa um pote uma caixa um frasco. Um contentor. Um recipiente” (Haraway, 2023, p. 237).

Na perspectiva de Le Guin, é preciso gerar estórias sobre a evolução que não são sobre o caçador, o herói produtor de mundo real e, desse modo, buscar olhar para a história de objetos que possibilitam o devir com. “Com uma concha e uma rede, devir humano, devir humus, devir terrano toma outra forma: a forma sinuosa e serpenteante de devir com” (Haraway, 2023, p. 238). Pois, são esses objetos que não deixam a estória morrer e que contribuíram para a permanência da espécie humana.

Para demonstrar como refundar a narrativa sobre a evolução feminina partindo da valorização desses objetos que promovem o devir com ou o fazer junto, Donna Haraway usa como exemplo a obra “A parábola do semeador” de Octavia Butler. Na história, a protagonista Lauren Oya Olamina sofre com uma síndrome rara, excesso de empatia, sentindo profundas dores ao tocar pessoas doentes. Ela carrega consigo uma bolsa com sementes, sua busca é pelo florescimento ferido em um país devastado pela guerra e a instabilidade política. Um grupo de pessoas heterogêneas a acompanha nesse deslocamento pelos Estados Unidos, em busca de um lugar para construir uma comunidade denominada “Sementes da Terra”.

Nas *Parábolas*, “Deus é a mudança”. A Semente da Terra ensina que as sementes da vida na Terra podem ser transplantadas, e podem adaptar-se e florescer em todos os tipos de lugar e tempo, sempre inesperado e perigoso. Atenção ao “podem”, não necessariamente “poderiam” ou “deveriam”. O conjunto da obra de Butler como escritora de sf está cravado no problema da destruição e do florescimento ferido – e não simplesmente na sobrevivência – no exílio, na diáspora, na abdução e na transposição. Trata-se do dom e do fardo terreno de descendentes de pessoas escravizadas, refugiadas, imigrantes, viajantes e também indígenas (Haraway, 2023, p. 240).

A relação que Donna Haraway estabelece com a obra de Octavia Butler e Ursula K. Le Guin é justamente uma forma de demonstrar que precisamos ficar com o problema, saber que no Chthuluceno, este tempo de profundas mudanças climáticas e sociais, precisamos apostar na simpoiese, ou seja, nas relações mútuas e corajosas, pois elas são uma bolsa para a continuidade. Nela, carregamos os danos e feitos de histórias naturais culturais coloniais e pós-coloniais, ao mesmo tempo em que se conta o conto sobre a recuperação ainda possível (Haraway, 2023). A fabulação especulativa feminista, portanto, tem essa capacidade de relacionar ciência e arte para nos fazer pensar em futuros possíveis.

Já com Saidiya Hartman, na obra “Vidas Rebeldes, belos experimentos: Histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais” (Hartman,

2022), a fabulação crítica nos convida a questionar os arquivos históricos que contam a história da população negra.

Quem se dedica a historicizar a multidão, as pessoas despossuídas, subalternas e escravizadas, se vê tendo de enfrentar o poder e a autoridade dos arquivos e os limites que eles estabelecem com relação àquilo que pode ser conhecido, à perspectiva de quem importa e a quem possui a gravidade e a autoridade de agente histórico (Hartman, 2022, p. 11).

Partindo de uma imaginação radical, Saidiya Hartman tenciona e transpõe os autos dos documentos sobre a vida dessas mulheres negras desordeiras, especulando e imaginando coisas sussurradas em quartos escuros e atos de rebeldia; nos apresentando um aspecto desconhecido da História da população negra feminina, na segunda década do século XX nos Estados Unidos; e apresentando as mulheres negras como pensadoras radicais que imaginavam outras maneiras de viver. São esses exemplos de fabulação que inspiraram este trabalho. Ao passo que a construção das fabulações ocorreu como um exercício imaginativo de pensar o encontro entre duas autoras improváveis, embaralhando trechos de suas obras: “Quarto de despejo” e “Um teto todo seu”, para pensar o que seria o lugar/lar para as duas autoras. Imaginar este encontro possibilitou o desdobrar de um diálogo que perpassa problemas de gênero, classe e raça, os quais de maneira singular marcam a experiência do ser mulher de Carolina Maria de Jesus e de Virginia Woolf.

Assim, Woolf com a sua pepita de verdade, deixou implícito que esse quarto todo seu não se trata de um cômodo em uma residência apenas, ele é um lugar na sociedade o qual as mulheres possam ocupar, nas universidades, nos laboratórios de pesquisa, no espaço da política, nos muitos postos de trabalho que ainda cerceiam a participação feminina. O lugar/lar em Virginia Woolf também é a escrita, pois permite fabular outros lugares em um exercício cotidiano. Por esse viés, não se trata de um lugar fixo, mas da ocupação pelas mulheres dos diversos lugares na sociedade e também do reconhecimento da escrita como um lugar/lar.

Do mesmo modo, é possível pensar a escrita como lugar/lar para Carolina Maria de Jesus, pois, afinal, foi pela sua escrita cotidiana ou pela escrita para salvar o dia, que a autora encontrou refúgio da fome e das mazelas sociais. Quando o impulso de morte emergia, era para a escrita que a autora recorria. Assim, o que fazia Carolina Maria de Jesus permanecer viva era o ato da escrita cotidiana. Ela escrevia todos os dias, não ficava um dia sem ler e não se preocupava com a impressão dos vizinhos a respeito. O cotidiano das ruas sob seu ponto de vista é devastador, ela nos mostra a cidade morcego com jovens suicidas, em que crianças morrem por consumir alimentos do lixo. Por isso, é preciso pensar o lugar como algo aberto,

tal qual propõe Dorren Massey, para que a escrita possa nos permitir voltar para casa, mesmo que ela esteja em ruínas no pós-guerra ou seja um barraco em uma favela.

Mas, como nos ensina Tuahir, a casa não é lugar do amor transcendente, da representação. Não é o castelo protetor, onde nada nos atinge. A casa não é o sexo ardente, cheio de tesão e performance. A casa, por vezes, é a própria desonra, misturada, imprecisa e ambivalente, que marca qualquer crise. A questão, é esperar que ela seja algo puro e idealizado. Se a casa for nossa escrita, talvez já estejamos no lugar possível (Marandola Jr., 2016, p. 10).

Portanto, pensar a escrita como lugar, uma casa em um mundo em ruínas, marcado pelas mudanças climáticas, toda sorte de violências, desigualdades de gênero e racial, é uma maneira de ficar com o problema (Haraway, 2023) e pensar futuros possíveis, como fizeram Virginia Woolf e Carolina Maria de Jesus. O gesto de “fazer casa” (Palladini, 2019) por meio da escrita, interliga ambas as autoras a uma tradição doméstica do constante fazer inerente às tarefas cotidianas da manutenção de um lar: a escrita como bordar, lavar, escovar, limpar, costurar com palavras o interdito que por séculos permaneceu no silêncio de muitas mulheres. Conforme propõe a poeta argentina Tamara Kamenszain (2015), o sintoma da escrita herdada do elo entre tradição oral e tarefas domésticas de gerações de mulheres pode, enfim, tornar-se público, em um gesto de indissociação entre público e privado efetuado por Virginia Woolf e Carolina Maria de Jesus, enquanto domésticas da escrita.

4.3 Epílogo

Ser questionada sobre a viabilidade de um livro ser um lugar, algo aparentemente impossível na visão de quem se prende às certezas disciplinares, moveu em mim a ideia de prosseguir com o desejo de compreender a obra literária como lugar, por saber da importância da relação da geograficidade com a literatura. Pois, para Dardel (2011) o devaneio e o sonho impulsionam a realidade concreta para além dela mesma.

Assim, neste trabalho pensamos que a fabulação impulsionou a realidade, nos fazendo imaginar encontros impossíveis para tratar do lugar/lar na experiência escrita de Carolina Maria de Jesus e Virginia Woolf, partindo da prática da imaginação material proposta por Bachelard (2001). Assim, “Um teto todo seu” e “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” passaram a se configurar como campo de investigação para entender o sentido de lugar/lar com um recorte de gênero, raça e classe. Com isso, podemos ver as aproximações e distanciamentos na experiência de ser mulher a partir das obras dessas autoras.

A luta pelo acesso à educação de maneira ampla, sem distinção de gênero e raça, marca a escrita tanto de Virginia Woolf, que nunca frequentou uma escola formal, quanto de Carolina Maria de Jesus, que frequentou até o 4º ano primário. A vida na cidade em Virginia Woolf é marcada pela desigualdade de gênero, já em Carolina Maria de Jesus pelo racismo e desigualdade social. Outro fator que as distanciam é a classe, enquanto Virginia Woolf possuía meios financeiros para possuir sua própria editora, Carolina Maria de Jesus escrevia em cadernos recolhidos do lixo. Contudo, em ambas as autoras, o lugar manifestou-se de maneira circunstancial, aberto e não estático, a partir disso podemos propor a escrita como um lugar possível para ambas. Pois, foi no e pelo ato da escrita que ambas, a seu modo, encontraram pertencimento e assim puderam escrever sobre a desigualdade de gênero no contexto da sociedade inglesa, ou escrever sobre o cotidiano das ruas da cidade morcego, com crianças suicidas.

Nesse sentido, pensamos que a fabulação também é uma maneira de criar um lugar, e isso se deu ao longo deste trabalho. Criar uma narrativa com cenários e percursos imaginados configura-se como uma fuga do projeto de Ciência que ainda se baseia nos ideais Modernos de fragmentação e categorização do conhecimento. Pois, elaborar problemas de maneira interdisciplinar requer um esforço contínuo para instabilizar o pensamento disciplinar. Portanto, a presente dissertação tem como prerrogativa a produção de um pensamento interdisciplinar e sua metodologia apostou na fabulação para a construção de relações aparentemente impossíveis, como a articulação do pensamento de uma escritora inglesa e de uma brasileira situadas em temporalidades e espacialidades distintas.

A fabulação proposta ao longo deste trabalho não tem a intenção de proporcionar uma narrativa vinculada a uma moral ou ética. Neste trabalho a fabulação se caracteriza como uma alegoria. Dessa forma, a fabulação visa criar uma narrativa partindo das obras supracitadas de Virginia Woolf e Carolina Maria de Jesus para elaborar uma especulação, a partir do questionamento: o que aconteceria se estas autoras um dia se encontrassem?

Ao estudar duas obras literárias de maneira interdisciplinar e criar fabulações para articularmos problemas sociais, buscamos nos aproximar do que ficou conhecido como a quebra de paradigmas, por meio do advento de duas viradas: a espacial e a cultural, que possibilitaram a permeabilidade da Ciência e da Arte, como apontam Marandola Jr. e Livia Oliveira (2009), promovendo um movimento de revisão paradigmática nestes campos do conhecimento. Apesar dos autores salientarem que a intersecção entre Literatura, Geografia e História já havia acontecido em períodos anteriores que compreendem desde a antiguidade até o renascimento, estes afirmam que foi somente no contexto dessas duas viradas no século XX

que, após o advento da Modernidade, Arte e Ciência voltaram a dialogar (Marandola Jr.; Oliveira, 2009).

Nesse sentido, o que “Um teto todo seu” de Virginia Woolf e o “Quarto de despejo: diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus, fazem é expor o lugar como circunstancial e eventual relacionando-o à situacionalidade, às suas geograficidades. Por esse viés, questionar a fragilidade da forma fragmentária do fazer científico nos faz ver as fissuras que emergem nas paredes do conhecimento, ao revelar a associação entre arte e conceitos científicos. Nessas fissuras podemos entrever outras maneiras de compreender, por exemplo, o espaço doméstico e a sua potencialidade selvagem.

Assim, Carolina Maria de Jesus e Virginia Woolf são qualificadas como domésticas da escrita, por instabilizarem a noção de doméstico ligado apenas à opressão, pois é pela produção literária de ambas que realizamos um esforço interpretativo para buscar compreender a lugaridade de cada uma. Foi na escrita para salvar o dia no barracão 9, às margens do Rio Tietê, ou em uma casa vitoriana entre uma crise nervosa e outra, no contexto do Entre Guerras, que Carolina de Jesus e Virginia Woolf escreveram, ocupando a Literatura e fazendo da escrita um lugar possível. A partir do que foi exposto no decorrer do trabalho, podemos prosseguir buscando em outras obras de autorias femininas o sentido de lugar, fazendo das obras literárias um campo de investigação por meio de uma abordagem interdisciplinar.

REFERÊNCIAS

- ANCHIETA, Isabelle. **Imagens da Mulher no Ocidente Moderno 2**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.
- AHMED, Sara. **Viver uma vida feminista**. Trad. Jamile Pinheiros Dias, Sheyla Miranda, Mariana Ruggieri. São Paulo: Ubu, 2022.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.
- ALMEIDA, Sandra. Mobilidades culturais, geografias afetivas: espaço urbano e gênero na literatura contemporânea. In: DALCASTAGNÈ, Regina; LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos (Org.). **Espaço e gênero na literatura brasileira contemporânea**. Porto Alegre: Zouk, 2015.
- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 229, 2000.
- ARRUDA, Aline. BARROCA, Iara. TOLENTINO, Luana. **Carolina Maria de Jesus: percursos literários**. Rio de Janeiro: Malê, 2022.
- AUSTEN, Jane. **Orgulho e preconceito**. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martin Claret, 2018.
- AZEVEDO, Ana Karina Silva; MORAIS DA SILVA, Maria Vanessa. A população LGBTI+ brasileira e a pandemia de covid-19: alguns apontamentos sobre isolamento social, saúde e direitos humanos. **Revista Debates Insubmissos**, [S. l.], v. 4, n. 14, p. 97–114, 2021.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do devaneio**. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BACHELARD, Gaston. **O ar e os sonhos: Ensaio sobre a imaginação em movimento**. Trad. Antonio de Padua Denesi. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BARONE, Ana Cláudia Castilho. Carolina Maria de Jesus, uma trajetória urbana. **Anais XVI ENANPUR**. Belo Horizonte: ANPUR, 2015.
- BARR, Marleen S. **Feminist fabulation: space/postmodern fiction**. Iowa: University of Iowa Press, 1992.
- BACH, Ana Maria. A categoria de experiência na teoria feminista. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(3), set.-nov. 2012.

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução, Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo: fatos e mitos**, Vol. I, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: Experiência vivida**, Vol. II, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: Rumo a outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011.
- BLIND, André Haluche. Avaliação da situação da alvenaria estrutural no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Engenharia Civil da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.
- BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Trad. Jamille Pinheiro Dias. **Caderno de Leituras**, n. 78, 2018.
- CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CAMPOS, Carmen Hein de; CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer de; MACHADO, Isadora Vier. Violência de gênero e pandemia. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 30, n. 2, 2022
- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários Escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 2015.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo negro, 2011.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência política do empoderamento**. trad. Jamile Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Grijalbo, 1999.
- DALCASTAGNÈ, Regina. Mulheres negras e espaço urbano na narrativa brasileira contemporânea. In: DALCASTAGNÈ, Regina; LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos (Org.). **Espaço e gênero na literatura brasileira contemporânea**. Porto Alegre: Zouk, 2015.
- DARDEL, Éric. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- DARNTON, Robert. **O grande massacre dos gatos**. Trad. Sônia Coutinho. São Paulo: Paz & Terra, 2014.
- DEMIER, Felipe. A lei de desenvolvimento desigual e combinado de Léon Trotsky e a intelectualidade brasileira. **Revista Outubro**. Edição 16. Rio de Janeiro: 2007.
- DIAS, Maria Odila L.S. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

- ELKIN, Lauren. **Flâneuse**: Mulheres que caminha pela cidade em Paris, Nova York, Toquio, Veneza e Londres. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Fósforo, 2022.
- EVARISTO, Conceição; JESUS, Vera Eunice. Outras letras: tramas e sentidos da escrita de Carolina Maria de Jesus. In: JESUS, Carolina Maria. **Casa de alvenaria**, volume 1: Osasco. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 09-23, 2021.
- EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, pp. 26-46, 2020.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- FARIAS, Tom. **Carolina**: uma biografia. Rio de Janeiro: Malê, 2018.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. trad. coletivo Sycorax. São Paulo, Elefante, 2017.
- FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- FILHO, Manoel Martins de Santana. Por uma educação geoliterária: o mundo como livro, o texto como viagem. In PORTUGAL, Jussara Fraga. **Geografias literárias escritos, diálogos e narrativas**. Salvador: EDUFBA, 2020.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Selma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **Isto não é um cachimbo**. Trad. Jorge Coli. São Paulo: Paz & Terra, 2014.
- FURLIN, Neiva. BACH, Ana María. Las voces de la experiencia: el viraje de la filosofía feminista. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 20, n. 3, p. 967–969, 2012.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. São Paulo: Global, 2006.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.
- HARAWAY, Donna. **Ficar com o problema**: fazer parentes no Chuthuluceno. Trad. Ana Luiza Braga. São Paulo: n-1, 2023.
- HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue. In TADEU, Tomaz. **Antropologia do Ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- HARAWAY, Donna. **Saberes localizados**: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In Cadernos Pagu, 5. Campinas, Ed. Unicamp, vol 5, pp. 07- 41, 1995.
- HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 7, 1993.

- HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe**: uma jornada pela rota atlântica da escravidão. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.
- HARTMAN, Saidiya. **Vidas rebeldes, belos experimentos**: História íntima de meninas negras desordeiras, mulheres encenqueiras e queers radicais. Trad. Floresta. São Paulo: Fosforo, 2022.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- HOOKS, bell. **Pertencimento**: uma cultura do lugar. Trad. Renata Balbino. São Paulo: Elefante, 2022.
- HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?**: mulheres negras e feminismo. Trad. Bhuvli Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019a.
- HOOKS, bell. **Anseios**: raça, gênero e políticas culturais. Trad. Jamille Pinheiro. São Paulo: Elefante, 2019b.
- JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2007.
- LARROSA, J. Experiência e Alteridade em Educação. **Reflexão e Ação**, v. 19, n. 2, p. 04-27, 5 jul. 2011.
- KAMENSZAIN, Tamara. **Fala, Poesia**. Trad. Ariadne Costa, Ana Isabel Borges e Renato Rezende. Rio de Janeiro: Azougue: Circuito, 2015.
- MARANDOLA JR, Eduardo José. **Fenomenologia do ser-situado**: crônicas de um verão tropical urbano. São Paulo: Editora da UNESP, 2021.
- MARANDOLA JR., E. Na fissura do presente / In the disruption of the present. **Geograficidade**, v. 10, n. Especial, p. 48-72, 6 out. 2020
- MARANDOLA JR, Eduardo José Marandola; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívía de. **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014.
- MARANDOLA JR., Eduardo. Sobre a impossibilidade de se voltar para casa ou a escrita como o lugar possível voltado para o futuro/On the impossibility to back home or written as possible place back to the future. **Geografares**, Vitória, Brasil, v. 2, n. 22, p. 5–10, 2016.
- MARANDOLA JR, Eduardo José. Geograficidade e espacialidade na literatura. **Revista Geografia**, v. 34, n. 3, 2009.
- KERN. Leslie. **Cidade feminista**: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens. Trad. Thereza Roque da Motta, Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

- LUGONES, María. Colonialidade e Gênero. In.HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, pp. 52-83.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial, In.HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, pp. 357-377.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Linguística de Texto: O que é e como se faz?** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.
- MARTÍNEZ, Zaida Muxí. **Mujeres, casa y ciudades: más allá del umbral**. Barcelona: Dpr, 2018.
- MASSEY, Doreen B.: **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Trad. Hilda Pareto Maciel; Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **RBCS** Vol. 32 n° 94, junho/2017, e329402.
- MILL, John Stuart. **A sujeição das mulheres**. Trad. Karen Clavery Macedo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.
- MOURA, Clovis. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo marcado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Trad. Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.
- PALLADINI, Giulia. On coexisting, mending and imagining: notes on the domestics of performance. In VUJANOVIC, Ana; PIAZZA, Livia Andrea (ed.). **A live gathering: performance and politics in contemporary Europe**. Berlin: b_books, pp. 106-130, 2019.
- PEREIRA, Camila S.; Anamaria L. Escrivivência nas ciências sociais: reflexões sobre método, desafios e perspectivas. **45º Encontro anual da ANPOCS, GT30 – Pensamento Social no Brasil**, online, 2021.
- PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- PINTO, Júlio Pimentel. **Sobre literatura e história: Como a ficção constrói a experiência**. São Paulo: Companhia das letras, 2024.
- PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano: Crônicas da travessia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: **Clacso**, 2005.
- RELPH, Edward. As bases fenomenológicas da geografia. **Revista Geografia**, v. 4, n. 7 (1979), 2020.
- RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANTOS, L. A. B. Espaços literários e suas expansões. **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 206–220, 2007.
- SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa e fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2019.
- SCHIENBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Trad. Raul Fiker. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- SCHWARCZ, Moritz Lilia. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.
- SEIXAS, Paulo; OLIVEIRA, Avelino; FARIA, Luís. A casa e suas casas. **Temáticas** 21 (42): 141-163, 2013.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2022.
- SHELLEY, Mary. **Frankenstein**, ou o Prometeu moderno. Trad. Bruno Gambarotto. São Paulo: Hedra, 2013.
- SILVA, Joseli Maria. **Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade**. Ponta Grossa: Toda Palavras, 2009.
- SOUZA, Neusa Santos. **Torna-se negro**, ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- SOUZA, Jessé de. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- TEIXEIRA, Wilson; et.al (org.). **Decifrando a Terra**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.
- THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Org. Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. [livro eletrônico]. Trad. Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2015.

- TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. Trad. Livia de Oliveira. São Paul: Unesp, 2005.
- VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Trad. Jamille Pinheiro. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- VIRGENS, Daniela Araújo. Minha casa é onde estou: escrevivência e geograficidade da presença e da ausência migrante. **Anais XIV ENANPEGE**, online, out. 2021.
- WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- WOOLF, Virginia. **Orlando**: uma biografia. Trad. Luci Collin. Itapevi, SP: Darkside, 2022a.
- WOOLF, Virginia. **Mrs Dalloway**. Trad. e notas Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2022b.
- WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2021.
- WOOLF, Virginia. **Mulheres e ficção**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.
- WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.
- WOOLF, Virginia. **O valor do riso**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.